SOBRE A MODIFICAÇÃO ADJETIVAL DO PORTUGUES

por

Sérgio de Moura Menúzzi

Dissertação apresentada ao Departamento de Linguística do Curso de Pós-Graduação em Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, em Campinas, São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Orientador:

Professor Doutor Rodolfo Ilari, 1948

Campinas , Agosto de 1992.

Este exemplar é a redação final da tese defendida por SERGIO DE MOURA Menúzzi e aprovada pela Comissão Julgadora em 17 / 08 / 92.

PROF. DR. RODOLFO ILARI
- ORIENTADOR -

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Agradecimentos

Não pretendo dedicar tão pequeno feito a quem me deu e tem me dado o que é essencial pra continuar vivendo e trabalhando -- existência, amor, amizade, etc.: eles merecem mais.

Mas não posso deixar de agradecer:

ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que me concedeu a bolsa que permitiu a realização desse trabalho;

à CAPES, cuja bolsa, apesar das dificuldades e da incerteza, foi meu sustento por três anos;

ao IEL/UNICAMP, por ter oferecido as condições acadêmicas para desenvolver um trabalho científico sério;

a Jorge Borges Neto, cujo trabalho sugeriu o problema que essa dissertação tenta solucionar, e a James Higginbotham, cujas idéias foram fundamentais para a solução;

muito especialmente, aos caríssimos Professores *Rodolfo Ilari*, meu orientador, pela tolerância, compreensão e confiança absolutamente sem reservas, e *Carlos Franchi*, pelo apoio inestimável.

SOBRE A MODIFICAÇÃO ADJETIVAL DO PORTUGUES: UMA TEORIA DA PROJEÇÃO DOS ADJETIVOS

SUMARIO

INTRODUÇÃO

CAPITULO UM: A MODIFICAÇÃO ADJETIVAL DO PORTUGUES: ALGUMAS PROPRIEDADES

1.0 Introdução

1.1 Adjetivos Categoremáticos e Sincategoremáticos

1.1.1 A Proposta de Borges (1991)

1.1.2 Problemas

1.1.3 Algumas Generalizações e Conclusões

1.2 Adjetivos Predicativos e Adjetivos Referenciais

1.2.1 A Ordem Linear dos Constituintes dentro do NP

1.2.2 A Distribuição dos Adjetivos Predicativos

1.2.3 A Distribuição dos Adjetivos Referenciais

1.3 Resumo

CAPITULO DOIS: A ESTRUTURA DA MODIFICAÇÃO ADJETIVAL DO PORTUGUES

2.0 Introdução

2.1 Background Teórico

2.1.1 A Teoria da Interpretação das Estruturas Sintáticas de Higginbotham (1985)

2.1.1.1 Redes Temáticas e a Projeção de Valores Semânticos

2.1.1.2 Os Modos de Descarga Temática

2.1.1.3 A Modificação Adjetival

2.1.1.4 Resumo
2.1.2 A Teoria da Projeção Lexical de Speas (1986)
2.1.2.1 Redundância nos Princípios X-barra
2.1.2.2 Relações Temáticas e Projeção Categorial
2.1.2.3 Eliminando os Princípios X-barra
2.1.3 Sobre a Ordem Linear dos Constituintes
2.2 A Estrutura da Modificação Adjetival do Português
2.2.1 Nomes: Adjetivos & Substantivos
2.2.2 Adjetivos Categoremáticos
2.2.2.1 A "Interpretação Apositiva Avaliativa"
2.2.2.2 Adjetivos Referenciais
2.2.3 Adjetivos Relacionais
2.2.3.1 Suposto e o Caso dos Adjetivos Intensionais
2.2.3.2 Esperto e Outros Adjetivos Relativizáveis
2.2.3.2.1 Problemas
2.2.3.2.1 Deduzindo as Propriedades dos Adjetivos Relativizáveis

RESUMO: RESULTADOS E CONCLUSÕES

REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem basicamente dois objetivos. O primeiro deles é procurar descrever e explicar adequadamente um certo conjunto de correlações entre distribuição e interpretação dos adjetivos, característico da modificação adjetival interna ao NP em português. Estas correlações podem ser exemplificadas por um paradigma como o em (1)-(2) abaixo:

(1) a. O médico *casado*
    b. O professor *esperto/competente*
    c. A invasão *italiana* da Bélgica
    d. O *suposto* estadista

(2) a. ?? O *casado* médico
    b. O *esperto/competente* professor
    c. * A *francesa* invasão da Bélgica
    d. * O estadista *suposto*

O segundo objetivo desta dissertação é procurar mostrar que a descrição e a explicação de fenômenos como os exemplificados por (1)-(2) exige um tipo de teoria das estruturas sintáticas e de sua interpretação em que:

(i) exista uma representação das propriedades do item lexical que codifique explicitamente o número e a natureza dos seus argumentos, i.é, sua *estrutura de argumentos*;

(ii) as estruturas sintático-semânticas tem de ser "projeções" dessa representação lexical, de tal modo que a interpretação das

estruturas sintáticas que caracterizam a aceitabilidade ou inaceitabilidade (de certas interpretações) de NPs como os em (1)-(2), bem como sua gramaticalidade ou não, resultem do modo específico pelo qual os argumentos de um item lexical são realizados sintaticamente;

(iii) finalmente, as relações de ordem linear que caracterizam correlações como as em (1)-(2) devem fazer referência às relações projetadas a partir da estrutura de argumentos dos itens lexicais, e não a entidades lingüísticas cuja natureza teórica é conceitualmente problemática (como os "traços semânticos" como [+concreto], [+abstrato], [+avaliativo], etc.).

Dado o fato de que esta dissertação sustenta uma teoria como a descrita acima, o resultado final mais geral dela é um argumento a favor do quadro conceitual que tem resultado da pesquisa da última década em gramática gerativa (para mais detalhes, ver seção 2.1).

A tese se constitui de dois capítulos relativamente autônomos, mas que, no todo, formam um encadeamento entre a colocação de um problema e a tentativa de sua solução.

O primeiro capítulo procurará mostrar que os principais problemas enfrentados por algumas das principais análises disponíveis de correlações como as exemplificadas em (1)-(2) decorrem do fato de que estas análises *não* as vêem como conseqüências da projeção das representações lexicais envolvidas, as estruturas de argumentos de substantivos (daqui por diante, Ns) e adjetivos (As). No que diz respeito às análises de cunho gerativista, o capítulo 1 mostrará também que as alternativas disponíveis enfrentam, além disso, problemas de ordem teórico-conceitual. O objetivo central deste capítulo é revelar, por meio da discussão dos fatos levantados por outras análises e dos problemas que elas enfrentam para descrevê-los e explicá-los, aquelas propriedades sintático-semânticas que caracterizam correlações como (1)-(2).

O segundo capítulo, de caráter um pouco mais técnico, procurará apresentar, primeiramente, uma teoria da representações lingüísticas em que elas são projetadas e interpretadas a partir da estrutura de argumentos dos itens lexicais e do modo como estas estruturas são satisfeitas, ou, mais simplesmente, uma "teoria léxico-projetiva" das representações lingüísticas. Esta teoria procura expressar, não apenas os *insights* derivados da discussão do capítulo 1, mas também torná-los compatíveis com os resultados da teoria gramatical recente. A parte final do capítulo 2 é, então, dedicada a mostrar em detalhe como aquelas propriedades que caracterizam a modificação adjetival do português, exemplificadas por paradigmas como (1)-(2), são dedutíveis de a "teoria léxico-projetiva" apresentada. Para encerrar a dissertação, o capítulo final retoma, em termos gerais, os resultados do capítulo 2.

CAPÍTULO 1

A MODIFICAÇÃO ADJETIVAL EM PORTUGUÊS: ALGUMAS PROPRIEDADES

1.0 Introdução

Como afirmei na Introdução a esta dissertação, a modificação adjetival do português é o domínio empírico cuja análise, eu procurarei mostrar, oferece um conjunto de evidências a favor do que chamei de "teoria léxico-projetiva" das estruturas sintático-semânticas. Neste capítulo, eu procurarei caracterizar algumas das propriedades fundamentais da modificação adjetival do português que creio que uma tal teoria tem de explicar: as correlações entre interpretação e distribuição dos adjetivos dentro do NP do português.

Tal caracterização procurará identificar (i) as generalizações descritivas sobre a distribuição e a interpretação dos adjetivos dentro do NP, e (ii) os problemas colocados por tais generalizações. Como veremos, tanto as generalizações quanto a formulação dos problemas que colocam surgem naturalmente quando *as correlações entre interpretação e distribuição envolvidas na modificação adjetival são vistas como reflexos sintático-semânticos das propriedades associadas à estrutura de complementos de adjetivos e substantivos* -- estrutura que passarei a chamar de *estrutura de argumentos*.

Minha estratégia neste capítulo será a seguinte: ao discutir alguns aspectos das análises de Borges (1991) e de Giorgi e Longobardi (1989) da modificação adjetival, procurarei mostrar alguns dos problemas que surgem pelo fato de ambas as análises não considerarem a modificação adjetival como um reflexo das estruturas de argumentos do N e do A envolvidos.

Na seção 1.1, eu discuto a análise de Borges (1991) das propriedades inferenciais da modificação adjetival, e a aplicação dessa análise a algumas correlações entre distribuição e interpretação dos adjetivos dentro do NP. Eu argumentarei que (i) a distinção entre adjetivos categoremáticos (ACs) e adjetivos sincategoremáticos (ASs) é insuficiente para captar os diversos comportamentos inferenciais dos adjetivos modificadores, e que (ii) é possível obter generalizações mais adequadas acerca das correlações entre interpretação e distribuição dos adjetivos se abdicamos da distinção AC/AS em favor das estruturas de argumentos envolvidas como os fatores relevantes a tais correlações.

Na seção 1.2, a análise proposta por Giorgi e Longobardi (1989) (G&L) para a distribuição dos adjetivos dentro do NP românico, incluindo o do português, é discutida à luz das generalizações obtidas na seção 1.1. Como procurarei mostrar, o principal defeito da análise de G&L é que ela explica de modo claro apenas as possibilidades distribucionais, e não as possibilidades intepretativas, associadas à modificação adjetival. Apesar disso a análise de G&L tem um mérito: ela sugere como formular mais claramente os problemas postos pelas generalizações que dizem respeito à distribuição linear dos adjetivos dentro do NP. Na seção final deste capítulo, 1.3, eu faço um resumo das conclusões relevantes de toda a discussão.

1.1 Adjetivos Categoremáticos e Sincategoremáticos

Existe um conjunto de padrões inferenciais associados aos adjetivos, entre os quais (1) abaixo, que permitem distinguir dois tipos de comportamentos[1]: (i) há adjetivos que tornam tais padrões uma inferência logicamente válida, como acontece com casado quando inserido na posição A de (1), cf. (2); (ii) há os que não, como é o caso de grande, cf. (3).

(1) Se X é um N A, então X é um N e é A[2].

(2) Se aquele pobre coitado é um rapaz casado, então ele é um rapaz e é casado.

(3) ! Se Paulo é um pigmeu grande, então ele é um pigmeu e ! é grande[3].

Os adjetivos que se comportam como casado em (2) são em geral chamados de *adjetivos categoremáticos* (ACs), e os que se comportam como grande em (3), como *adjetivos sincategoremáticos* (ASs).

A distinção entre ACs e ASs tem sido um tema constante de investigação dentro da tradição da análise lógico-semântica da linguagem, e vários modos de estabelecer esta distinção foram propostos[4]. No conjunto destas análises o trabalho de José Borges Neto, intitulado Adjetivos: Predicados Extensionais e Intensionais (1991), tem um interesse especial para esta dissertação porque ele *procura associar alguns dos diferentes padrões distribucionais dos*

---

[1]Ver seção 1.1.2.1 adiante.
[2]"X" representa um NP qualquer, "N" um nome comum qualquer, e A um adjetivo qualquer.
[3]"!" significa "Não é uma inferência válida" quando aplicado a uma suposta inferência, e "Não segue necessariamente que" quando aplicado a um suposto conseqüente de uma suposta inferência.
[4]Trabalhos representativos desta abordagem são Montague (1970), Siegel (1974), Cresswell (1974) e Kamp (1975). Para outras referências, ver Ludlow (1989).

adjetivos em português às propriedades inferenciais supostamente distinguidas pela dicotomia AC/AS.

1.1.1 A Proposta de Borges (1991)

As generalizações de natureza factual sustentadas por Borges que são relevantes para a minha argumentação podem ser resumidas assim:

(4) a. *Existem dois tipos fundamentais de comportamento inferencial das ocorrências dos adjetivos*, identificados pela dicotomia AC/AS[5];

b. Ainda que cada adjetivo geralmente se caracterize por um ou outro dos dois comportamentos, dado um contexto adequado, qualquer adjetivo pode ser "usado categoremática ou sincategorematicamente", i.é, *em princípio todos os adjetivos podem ser usados como ACs ou ASs*[6];

c. Existem correlações entre a distribuição linear de alguns adjetivos dentro do NP e o "uso" que dele está sendo feito, mas elas *não são uniformes (não há relação unívoca entre posição e uso de um adjetivo), nem gerais (não valem para todos os adjetivos)*[7];

Borges procura explicar tais generalizações por meio das seguintes conclusões:

---

[5]Ver a seção 1.1.2.1 adiante para os testes que servem como critérios da distinção.
[6]Ver seção 1.1.2.2 adiante para os argumentos de Borges.
[7]Ver seção 1.1.2.3 adiante para os argumentos de Borges.

(5) a. Os adjetivos podem ser predicados da extensão ou da intensão do nome que modificam: ACs são adjetivos que predicam da extensão do N que modificam; ASs predicam da intensão do N que modificam*;

b. A diferença entre um predicado extensional e um predicado intensional decorre de uma diferença *na estrutura da sintaxe lógica associada à expressão que contém o predicado (i.é, o adjetivo) e não das propriedades lexicais do predicado*: a sintaxe lógica da modificação adjetival é construída ou por uma "regra de predicação extensional", ou por uma "regra de predicação intensional" independentes das propriedades lexicais dos adjetivos*;

---

*Fundamentalmente, "ser um predicado da extensão" de um N é ser um predicado de 1a. ordem "independente" do, i.é, em conjunção com o predicado de 1a. ordem denotado pelo N comum, tomando o mesmo argumento que o N (ver Borges (1991), pp.45-8). O que Borges entende por "predicado da intensão" é menos claro, mas em qualquer caso seria uma "função dependente" (da "intensão") do N -- possivelmente uma função que toma (a intensão d)o N como um argumento e tem como valor um predicado de primeira ordem (ver pp.48-52). Não creio que haja algo de "radicalmente" diferente na proposta de Borges, como ele sugere (pp.90-1), em comparação com os tratamentos da modificação adjetival correntes na literatura semântica; parece-me que, com algum trabalho, ela poderia ser implementada com os recursos formais da semântica de Montague: ver nota seguinte.

*As afirmações de Borges neste terreno, como em outros, são bastante vagas. Em primeiro lugar, não há qualquer formulação explícita das "regras de predicação intensional ou extensional", ainda que se possa ter uma idéia de seus efeitos semânticos (ver nota anterior). Em segundo lugar, *parece* que a única informação relevante à aplicação de tais regras é a categoria sintático-semântica do adjetivo.

Em geral, há três meios de expressar as "propriedades lexicais" de uma "expressão básica" em uma semântica baseada em condições de verdade que se referem a um modelo: por meio da categoria sintático-semântica da expressão, por meio das "regras semânticas" que definem sua extensão e intensão, ou por meio dos "postulados de significado" (ver Dowty et alii (1981) para detalhes). Entretanto, Borges não fala em momento algum dos últimos, exclui a intensão e a extensão dos adjetivos como uma informação relevante e sugere que todos os adjetivos possuem a mesma categoria "sintático-semântica": ver, p.ex., a p.90.

Assim, é plausível supor que, para Borges, os efeitos semânticos associados à distinção AC/AS derivam das regras aplicadas à

c. A distribuição linear dos adjetivos é apenas um dos fatores envolvidos na determinação do "uso" de um adjetivo e, portanto, *não é decisiva para a distinção entre ACs e ASs.*

1.1.2 Problemas

1.1.2.1 Comecemos por considerar a generalização (4a) e a hipótese em (5a) a ela associada, abaixo repetidas:

(4a) *Existem dois tipos fundamentais de comportamento inferencial das ocorrências dos adjetivos*, identificados pela dicotomia AC/AS;

(5a) Os adjetivos podem ser predicados da extensão ou da intensão do nome que modificam: ACs são adjetivos que predicam da extensão do N que modificam; ASs predicam da intensão do N que modificam;

Os testes de inferência que, segundo Borges, servem de critérios para a demarcação das fronteiras entre ACs e ASs são formulados do seguinte modo: um adjetivo é *usado categorematicamente* (i.é, ele é um AC) se inferências como as em (6) se tornam válidas com o preenchimento da posição A por este adjetivo; o adjetivo é

"categoria" dos adjetivos: por isso, Borges diz que a distinção entre ACs e ASs é uma distinção entre "usos", e não entre "classes" (lexicais) de adjetivos (ver especialmente a discussão do Postácio de Borges (1991), pp.79-92). Talvez fosse possivel obter tecnicamente a proposta de Borges dentro da semântica de Montague admitindo *duas* regras de tradução para a modificação adjetival (e adverbial, se fosse o caso): a que resulta da regra geral na semântica de Montague e que faz com que o adjetivo seja um predicado da intensão do N (i.é, que o adjetivo seja um "AS"); e uma regra alternativa que traduziria a modificação como uma conjunção de predicados -- o "uso AC" do adjetivo. Seria preciso investigar um modo de relaxar as condições sobre a correspondência sintaxe-semântica

usado sincategorematicamente (i.é, ele é um AS) se estas mesmas inferências não se tornam válidas[10]:

(6) a. Teste da Conjunção (TC)

Se NP1 é NP2 A, então NP1 é NP2 e é A

b. Teste da Predicação do Hiperônimo (TH)

Se NP1 é NP2 A e NP3 é um hiperônimo de NP2, então NP1 é NP3 A.

c. Teste da Transferibilidade (TT)

Se NP1 é NP2 e é NP3 e é A, então NP1 é NP2 A e é NP3 A.

Um dos exemplos de AC de Borges é sonolento em (7a), conforme se pode observar em (8) pelo seu comportamento nos "testes de categorematicidade"; esperto em (7b) é um AS, cf. (9a,b) sugere:

(7) a. Henry é um policial sonolento

b. Henry é um estudante esperto

(8) a. TC: Se Henry é um policial sonolento, então Henry é um policial e é sonolento

b. TH: Se Henry é um policial sonolento, então Henry é um trabalhador sonolento

---

de Montague para obter esse resultado. Essa solução, entretanto, não salvaria a proposta de Borges das críticas que seguem.

[10]Ver Borges (1991), p.38. Quanto aos termos "uso categoremático" e "sincategoremático", ver nota anterior.

c. TT: Se Henry é um policial e é um trabalhador e é sonolento, então ele é um policial sonolento e é um trabalhador sonolento.

(9) a. TC: ! Se Henry é um aluno esperto, então Henry é um aluno e ! é esperto

b. TH: ! Se Henry é um aluno esperto, então ! ele é um estudante esperto

c. TT: Se Henry é um aluno e é um estudante e é esperto, então ele é um aluno esperto e é um estudante esperto.

É fácil demonstrar que tratar os ACs como "predicados de extensão", i.é, como predicados de 1a. ordem, assegura que as inferências em (6) sejam válidas: isso vale para o caso particular de sonolento em (8)[11].

Entretanto, dizer simplesmente que os ASs são "predicados intensionais" não dá conta da variedade de comportamentos que os supostos ASs apresentam quanto a (6), o que pode ser visto imediatamente pelo caso de esperto em (9). Intuitivamente, é fácil perceber por que as inferências (9a,b) não são válidas: se alguém é esperto no que diz respeito a algo em particular (p.ex., Henry é esperto para um estudante), isso não implica que este alguém seja esperto com respeito a qualquer outra coisa (p.ex., mesmo sendo esperto para um aluno, Henry pode não ser esperto enquanto estudante). Agora, note que, quanto ao teste TT, esperto não se comporta exatamente como seria de se esperar: se alguém é "esperto absolutamente" [12], então este alguém é esperto em tudo o que faz, e este bem pode ser o caso de Henry em (9c).

---

[11]Ver nota 8 deste capítulo.

[12]Tem-se uma "predicação absoluta" quando o predicado se aplica ao seu argumento sem considerar qualquer outra propriedade particular que o argumento possa possuir; a predicação é "relativa" quando se

Embora esperto pareça comportar-se como um AC em (9c), é importante notar que suas ocorrências nos conseqüentes do condicional (9c) continuam sendo sincategoremáticas[13]: um aluno/estudante esperto não é necessariamente um jovem esperto, etc.

Esperto não é o único adjetivo tomado por Borges como um exemplo de AS que não se comporta exatamente como seria de se esperar quanto aos testes em (6). Outro caso é o da ocorrência do adjetivo francês em (10):

(10) Fritz é um soldado francês

Se francês em (10) é interpretado de tal forma que possa ser parafraseado por, p.ex., nascido na França, então ele está sendo "usado categorematicamente", como se pode facilmente verificar pelo seu comportamento com relação aos testes em (6). Se francês é interpretado como algo semelhante a que serve no exército da França, ou do exército francês, então ele está sendo "usado sincategorematicamente", como (11a,c) atestam:

(11) a. TC: ! Se Fritz é um soldado francês, ele é um soldado e ! é francês

b. TH: Se Fritz é um soldado francês, então ele é um militar francês

---

aplica ao argumento com relação a alguma outra coisa. Dizer que "Paulo é esperto" *tout court* é dizer que ele é esperto independentemente das demais propriedades que possui: ele é esperto como estudante, jovem, motorista, etc. Dizer que ele é "esperto como motorista" *relativiza* a predicação de esperteza, que Paulo só possui sendo motorista. Ver Borges, pp.28-9, 36, 50, 56-7.

[13] Essa afirmação não é completamente correta; de fato, *em algumas das interpretações* de um aluno esperto, as preferenciais em sentenças predicativas como Henry é um aluno esperto, esperto é um "AS". Entretanto, essa simplificação não afeta o argumento. Ver discussão na seção 2.2.3.2.

c. ! Se Fritz é um soldado e é um militar e é francês, então ! ele é um soldado francês e ! é um militar francês

Também é fácil perceber intuitivamente por que as inferências em (11a,c) não são válidas. *Quando o adjetivo francês ocorre isolado*, como predicativo do conseqüente em (11a), e como predicativo de uma das premissas em (11c), *ele só pode ter a interpretação em que poderia ser parafraseado por nascido na/vindo da França*. Isso significa que (11a) poderia ser parafraseada por (12a), e (11c), por (12b); ora, é evidente que os condicionais em (12) não são válidos:

(12) a. ! Se Fritz é um soldado que serve na França, então ele é um soldado e ! é nascido na França

b. ! Se Fritz é um soldado e é um militar e é nascido na França, então ! ele é um soldado que serve na França e ! é um militar que serve na França

Tal como acontece com esperto, também o "uso sincategoremático" de francês falha num dos testes de "sincategorematicidade": mesmo interpretado como um AS, francês se comporta como um AC quanto ao TH, cf. (11b). A razão desta "falha" é intuitivamente clara: todo o soldado que serve no exército de um país X é também um militar que serve no exército do país X. De modo interessante, tal como também acontece com as ocorrências "sincategoremáticas" de esperto em (9c), francês em (11b) continua sendo "usado sincategorematicamente", cf. (13), apesar de (11b) corresponder a um padrão inferencial "categoremático". (13) é uma aplicação alternativa do TC às ocorrências de francês em (11b) e mostra que elas não são "categoremáticas":

(13) ! Se Fritz é um soldado francês e é um militar francês, então ele é um soldado (francês) e é um militar (francês) e ! é francês.

Ora, as questões que as diferenças de comportamento entre esperto em (9) e francês em (10)-(13) colocam em relação a (4a)-(5a) são óbvias: (i) por que, embora ambos estejam sendo "usados sincategorematicamente", apresentam algumas propriedades do "uso categoremático"? (ii) por que francês, e não esperto, permite inferências válidas em TH? por que esperto, e não francês, permite inferências válidas em TT?

É evidente que nada disso é esperado pela análise de Borges: se se admite que a dicotomia AC/AS pode ser de algum modo identificada pelo "papel criterial" dos testes em (6), está-se supondo que estes testes escondem alguma generalização; mas, se houvesse de fato alguma generalização por trás destes testes, seria de se esperar algum tipo de regularidade de comportamento entre os adjetivos. Entretanto, é isso justamente o que *não* se encontra, o que sugere que não há generalização alguma por trás de (6).

Para complicar um pouco mais as coisas, tomemos apenas mais um exemplo: suposto é geralmente considerado como um "AS"; aparentemente, ele se comporta como um "AS típico" quanto aos critérios de Borges, já que com ele nenhum dos testes resulta em uma inferência válida:

(14) a. TC: ! Se Vladimir é um suposto leninista, então ! Vladimir é um leninista e ! * é suposto

b. TH: ! Se Vladimir é um suposto leninista, então ! ele é um suposto comunista

c. TT: ! Se Vladimir é um leninista e é um comunista e * é suposto, então ! ele é um suposto comunista e ! é um suposto leninista

É evidente que suposto, quando comparado com esperto ou francês, põe novas dificuldades a (4a)-(5a): (i) por que difere de esperto quanto ao TT? (ii) por que difere de francês quanto ao TH? Parece que o único teste que permaneceria imune à variação de comportamento seria o TC. Entretanto, mesmo aqui há problemas: enquanto que o único problema de esperto e francês com relação a este teste é que não dão origem a inferências válidas no TC, suposto vai além: não só não dá origem a inferências válidas, como de fato dá origem a uma sentença agramatical.

Assim, parece-me que os critérios de demarcação de Borges de ACs e ASs, i.é, os "testes de categorematicidade" em (6), na verdade mostram que é possível distinguir *não apenas dois, mas vários* comportamentos inferenciais de adjetivos. Vimos quatro deles, correspondentes a quatro adjetivos: sonolento, esperto, francês e suposto. Como eu disse antes, o comportamento de sonolento pode ser adequadamente descrito se o tomamos, como Borges, como um "predicado independente" do predicado nomeado pelo N modificado. A questão imediata, então, é: qual a fonte das diferenças de comportamento entre os três supostos ASs?

Em primeiro lugar, esperto e francês diferem de suposto pelo fato de que os dois primeiros tornam válida a inferência em (15), mas não o segundo, cf. (16):

(15) Se NP1 é NP2 A, então NP1 é NP2

(16) a. Se Henry é um estudante esperto, ele é um estudante

b. Se Fritz é um soldado francês, ele é um soldado

c. ! Se Vladimir é um suposto comunista, então ! ele é um comunista

(16) mostra que o único dos "ASs" em questão que introduz de fato um contexto intensional quando modifica um N é <u>suposto</u>: a primeira ocorrência de <u>comunista</u> em (16c) é *referencialmente opaco*; as de <u>estudante</u> em (16a) e soldado em (16b) são *referencialmente transparentes*[14].

A fonte da "sincategorematicidade" de <u>suposto</u> em (16) é relativamente clara e não é de surpreender, já que é uma adjetivo derivado de um verbo que também introduz um contexto intensional, <u>supor</u>. (17a) abaixo poderia ser parafraseada por tanto por (17b) quanto por (17c), conservando, no essencial, as mesmas condições de verdade, em especial no que diz respeito à opacidade referencial de <u>comunista</u>:

(17) a. Vladimir é um suposto comunista

b. Vladimir é um indivíduo que é suposto ser um comunista

b. Supõe-se que Vladimir seja um comunista

Simplificando o que está por trás de (17), poderíamos presumir que <u>supor</u> é um verbo que pode ser interpretado como um predicado de três lugares -- *alguém* supõe *algo* sobre *algo* --, e o adjetivo <u>suposto</u> é a "forma passiva" deste predicado -- *algo* é suposto ser *algo* (por *alguém*). Desse modo, o "argumento intensional" de <u>supor</u> é

[14]"Contextos intensionais", tradicionalmente, são os contextos em que o que é relevante para as condições de verdade da sentença não é a *referência* de uma expressão, mas seu *sentido*: ver Frege, "On Sense and Reference". Quanto à *opacidade/transparência referencial*, ver Quine (1960), capítulo 4.

também um "argumento intensional" de suposto: aquilo que se supoe sobre algo é o que é suposto sobre algo.

Ora, o que estas observações sobre (17) sugerem é que as propriedades "sincategoremáticas" de suposto derivam das propriedades de supor: em particular, derivam *daquelas propriedades semânticas que supor atribui a um de seus argumentos*, ou seja, do tipo de informação que deve ser expressa no léxico e está de algum modo associada à *estrutura argumental* de supor. I.é, as propriedades "sincategoremáticas" de suposto podem ser explicadas pelo modo como o adjetivo deriva suas propriedades sintático-semânticas a partir da estrutura argumental do verbo[15].

Parece-me óbvio que, ao contrário do que acontece com suposto, as propriedades de esperto e francês não podem ser associadas à estrutura de argumentos de algum verbo. Qual, então, a fonte delas?

Considere primeiro algumas outras propriedades de esperto. Ao lado de (18a) temos (18b), ambas sentenças com essencialmente as mesmas condições de verdade[16]:

(18) a. Henry é um estudante esperto

b. Henry é um estudante esperto para um estudante

Nos termos de Borges, em (18a) Henry é considerado "esperto enquanto estudante"; em (18b) a "relativização" de esperto é expressa

---

[15]Sobre suposto, ver 2.2.3.1 adiante.

[16]Levando em conta uma das interpretações preferenciais de esperto em (18a), em que Henry é considerado esperto com relação à classe dos estudantes: esta é apenas uma de suas "interpretações sincategoremáticas" possíveis. Para simplificar a discussão nesse capítulo, eu esterei presumindo essa "predicação relativa" de esperto como sua única interpretação "AS". Entretanto, outras relativizações são possíveis e, em alguns contextos, mais adequadas: ver seção 2.2.3.2 e a nota seguinte.

por um PP[17]. (18b), no que diz respeito aos "testes de categorematicidade", se comporta como (18a): p.ex., quanto ao TC, (18b) dá origem à inferência inválida em (19), análoga à em (9a), abaixo repetida:

(9a) ! Se Henry é um estudante esperto, então ele é um estudante e ! é esperto

(19) ! Se Henry é um estudante esperto para um estudante, então ele é um estudante e ! é esperto

A razão da não validade de (19) (e de (9a)) é, como já comentei, intuitivamente clara: ainda que Henry seja esperto para um estudante, ele pode não ser esperto em "termos absolutos": ele pode não ser um garoto esperto, um amigo esperto, etc. Agora, o que o paradigma composto por (18) e (9a)-(19) sugere é que as propriedades semânticas de esperto em (18a) e (18b) são essencialmente as mesmas, apesar de refletirem-se em estruturas sintáticas um pouco diferentes. Como poderíamos expressar tal intuição?

Suponha que adjetivos como esperto, ao invés de "predicados da intensão de um N", sejam predicados de (pelo menos) dois argumentos de tal forma que relacionem indivíduos a "classes de comparação"[18]: o primeiro argumento, um ou mais indivíduos, possui a propriedade denotada pelo adjetivo em comparação com o segundo argumento, uma ou mais classes de indivíduos. Mais prosaicamente, um indivíduo é esperto com relação a alguma classe de indivíduos.

Assim, podemos ver por que esperto em (18a) e (18b) possui as mesmas propriedades semânticas: em ambos os casos ele é o mesmo predicado relacional; o que difere é o modo como um de seus argumentos está sendo saturado. Em ambas (18a) e (18b) o primeiro argu-

[17]Cf. a nota anterior, eu estou obliterando a diferente entre estas relativizações.

mento é o indivíduo que é um estudante (Henry) e em ambas o segundo argumento é a classe dos estudantes. Em ambas o primeiro argumento é identificado pelo mesmo argumento que satura o predicado denotado por estudante. Entretanto, em (18b) o segundo argumento é expresso pelo PP para um estudante, e em (18a) ele é expresso de algum modo pelo próprio N estudante[19].

Agora também podemos ver que razões análogas impedem que (9a) e (19) sejam inferências válidas. Em primeiro lugar, observe que uma sentença como (20a) poderia ser adequadamente parafraseada por (20b):

(20) a. Henry é esperto (de modo absoluto)

b. Henry é esperto para qualquer coisa que ele seja

O que (20) sugere é que a "interpretação absoluta" de adjetivos como esperto deriva na verdade de uma "interpretação genérica" do segundo argumento[20]: Henry é esperto para qualquer classe de comparação possível para ele. De (20) é possível, então, inferir, p.ex., que, se Henry é um estudante, ele é um estudante esperto, etc. Voltemos agora a (9a) e (19): considerando as assunções que fiz sobre (18) e (20), segue que poderíamos representar ambas (9a) e (19) por

(21) ! Se Henry é um estudante esperto para um estudante, então Henry é um estudante e ! é esperto para qualquer coisa que ele seja

---

[18]Sobre as "classes de comparação, ver seção 2.2.3.2.
[19]Para a implementação dessa idéia, ver capítulo 2.
[20]De novo, isso é uma simplificação, cf. nota 16.

(21) não é apenas uma paráfrase intuitivamente adequada para (9a) e (19): *(21) mostra exatamente por que (9a) e (19) são inferências não válidas*. As três, (9a), (19) e (21) são manifestações diferentes da mesma falácia, um caso particular da "generalização indutiva". I.é, (21) mostra por que esperto não dá origem a uma inferência válida no TC.

E quanto ao TH? mantendo as assunções anteriores, (9b) poderia ser então parafraseada por (22):

(9b) ! Se Henry é um aluno esperto, então ! ele é um estudante esperto

(22) ! Se Henry é um aluno esperto para um aluno, então ! ele é um estudante esperto para um estudante

De novo, (22) não apenas é uma paráfrase adequada de (9b), como mostra por que (9b) é uma inferência inválida: (22) é trivialmente inválida -- embora todo o aluno seja um estudante, nem todo o indivíduo esperto para um aluno é esperto para um estudante. (22) mostra que o comportamento "sincategoremático" de esperto quanto ao TH também segue do fato de ele ser um predicado relacional.

Mas o teste crucial é o TT: conforme (9c), abaixo repetida, esperto parece comportar-se como um AC quanto ao TT:

(9c) Se Henry é um aluno e é um estudante e é esperto, então ele é um aluno esperto e é um estudante esperto

O comportamento de esperto em (9c) poderia ser explicado pela teoria de Borges se esperto estivesse sendo "usado categorematica-

mente" em (9c)[21]. Neste caso, todas as suas ocorrências em (9c) seriam interpretadas como "predicados absolutos" e, portanto, suas ocorrências nos NPs predicativos dos conseqüentes de (9c) seriam interpretadas como "predicados independentes" dos predicados denotados por aluno e estudante. Com esta interpretação, (9c) poderia ser parafraseada por

(23) Se Henry é um indivíduo que é um estudante e é um indivíduo que é um aluno e é um indivíduo que é esperto (de modo absoluto), então ele é um indivíduo que é um aluno e que é esperto (de modo absoluto) e é um indivíduo que é um estudante e que é esperto (de modo absoluto)

Evidentemente, (23) é trivialmente válida e mostra uma interpretação de (9c) em que esta também é válida. Minhas assunções acerca de esperto forneceriam uma paráfrase um tanto quanto diferente de (9c) nesta mesma interpretação:

(24) Se Henry é um estudante e é um aluno e é esperto *para qualquer coisa que ele seja*, então ele é um estudante *esperto para qualquer coisa que ele seja* e é um aluno *esperto para qualquer coisa que ele seja*

Creio que (24) não apenas é uma paráfrase adequada para (9c) como também para (23), i.é, pode perfeitamente expressar as condições de verdade de (9c) e (23). Isso significa que minhas assunções e as de Borges, *quanto a esta interpretação de* esperto, são equivalentes. Entretanto, minhas assunções predizem uma segunda interpretação para (9c) em que ela *também é uma inferência válida*: justamente no caso em que, como notei anteriormente, as ocorrências de esperto nos NPs predicativos dos conseqüentes de (9b) são interpretadas

[21]Ver adiante a seção 1.1.2.2.

"sincategorematicamente". Neste caso, (9c) poderia ser parafraseada por

(25) Se Henry é um estudante e é um aluno e é esperto *para qualquer coisa que ele seja*, então ele é um estudante *esperto para um estudante* e é um aluno *esperto para um aluno*

De novo, creio não apenas que (25) é uma outra paráfrase adequada para (9c) como também mostra por que, *também nesta interpretação*, (9c) é válida: é a dedução, a partir de uma proposição geral, de alguns de seus casos particulares. O que é importante é que a análise de Borges não pode, sem recorrer a recursos adicionais, explicar esta última interpretação de (9c); entretanto, *(25) é apenas mais uma conseqüência de tratar esperto como um predicado relacional*[22]. De fato, isso mostra que não é necessário tomar esperto ora como um AC, ora como um AS, para explicar seus diferentes comportamentos inferenciais; basta considerar aquelas propriedades semânticas codificadas por sua estrutura argumental.

Como vimos antes, se chega a esta mesma conclusão quando se busca as fontes do "comportamento sincategoremático" de suposto. E, como veremos na próxima subseção, o mesmo se pode dizer quanto ao adjetivo francês em (11). O fundamental é que em todos os casos o que está envolvido é a estrutura de argumentos do adjetivo, uma representação qualquer de suas propriedades lexicais que deve discriminar, fundamentalmente, o número e o tipo de argumentos que o adjetivo toma. Ora, as estruturas de argumentos de suposto, esperto e francês são diferentes; portanto, seu hipotético "comportamento

[22]É óbvio que, sendo ambas (23) e (24) paráfrases uma da outra, esse fato em si não pode revelar qualquer precedência de uma sobre a outra. A questão é: qual das duas revela mais sobre as propriedades sintático-semânticas relevantes de esperto? Meu argumento pretende sustentar que é (24).

sincategoremático" não possui uma fonte comum; logo, é plausível presumir que a generalização (4a) não seja adequada tal como está.

Antes, o que as evidências que levantei sugerem é que a conclusão, de fato bem menos que uma generalização, adequada é a de que *existem vários comportamentos inferenciais dos adjetivos*. E isso não pode ser adequadamente captado se atribuirmos os comportamentos inferenciais dos adjetivos a uma dicotomia simples entre "predicados extensionais" e "predicados intensionais". Entretanto, quando procuramos determinar *que estruturas de argumentos estão sendo saturadas na modificação adjetival*, verificamos que os comportamentos inferenciais dos adjetivos podem ser facilmente explicados.

1.1.2.2. Considere agora a generalização em (4b) e a hipótese em (5b) que procura explicar-lhe, repetidas abaixo:

(4b) Ainda que cada adjetivo geralmente se caracterize por um ou outro dos dois comportamentos, dado um contexto adequado, qualquer adjetivo pode ser "usado categoremática ou sincategorematicamente", i.é, *em princípio todos os adjetivos podem ser usados como ACs ou ASs* ;

(5b) A diferença entre um predicado extensional e um predicado intensional decorre *de uma diferença na estrutura da sintaxe lógica associada à expressão que contém o predicado (i.é, o adjetivo) e não das propriedades lexicais do predicado*: a sintaxe lógica da modificação adjetival é construída ou por uma "regra de predicação extensional", ou por uma"regra de predicação intensional" independentes das propriedades lexicais dos adjetivos;

Embora o mesmo problema genérico se apresente para uma avaliação das propostas de Borges -- a ausência de uma formulação pre-

cisa, no presente caso, das tais "regras de predicação" -- creio que a argumentação da subseção anterior é suficiente para impor uma reformulação a (4b) e para rejeitar ao menos parcialmente (5b). As conclusões da subseção anterior sugerem que (4b) seja qualificada como (26), certamente uma afirmação muito menos forte:

(26) Embora cada adjetivo seja em geral caracterizado por um conjunto constante de propriedades sintático-semânticas, em contextos sintático-semânticos diferentes cada adjetivo pode apresentar diferentes comportamentos inferenciais;

A conclusão de que os diferentes comportamentos dos adjetivos dependem de propriedades particulares ao significado do nome e do adjetivo envolvidos, representadas de algum modo por suas estruturas de argumentos, sugere que (5b) seja corrigida para algo como (27):

(27) Embora os adjetivos freqüentemente sejam caracterizados por uma única estrutura de argumentos, mesmo assim eles podem apresentar diferentes propriedades inferenciais de acordo com o modo com que essa estrutura está sendo saturada.

Assim, sejam lá quais forem as "regras da sintaxe lógica" responsáveis pela saturação das estruturas de argumentos dos adjetivos na modificação adjetival, elas operam sobre informações codificadas por estas estruturas, i.é, *elas fazem referência às propriedades lexicais do adjetivo*.

Suponha por um momento que pudéssemos ignorar (26) e (27), e que quiséssemos ainda sustentar (4b)-(5b). O que (4b)-(5b) predizem é que (i) em "contextos adequados", um adjetivo "usualmente categoremático" pode ser "usado sincategorematicamente", e vice-versa,

e que (ii) tais "usos" dependem das propriedades do contexto à exclusão das propriedades lexicais dos adjetivos.

Procuremos, então, por um contexto em que, p.ex., casado possa "ser usado sincategorematicamente". Sou obrigado a confessar que minha imaginação não é capaz de descobri-lo[23]. Há contextos como (28), em que casado é referencialmente opaco, uma das supostas propriedades dos adjetivos sincategoremáticos:

(28) Paulo (até) parece um rapaz casado
comporta-se como

Mas é evidente que em (28) casado é referencialmente opaco não devido à sua "relação de predicação" com homem, mas porque elementos como parecer e como introduzem contextos referencialmente opacos[24]:

---

[23]O Prof. Ilari sugere que o seguinte exemplo: "O homem público Paulo Maluf é casado. O indivíduo Paulo Maluf separou-se de Dona Silvia há muito tempo. O caso de homens públicos casados, i.é, de políticos que são casados *apenas enquanto políticos*, não é raro na política brasileira". Esse exemplo, parece-me claro, mostra que: (i) casado pode ser interpretado como um AS se e somente se sua interpretação for *relativizada a uma classe de comparação*, e nisso ele segue o caso de esperto; (ii) essa é uma interpretação, digamos, *não-literal* de casado: na interpretação *literal*, nos referimos à situação civil de Paulo Maluf, que é ou não a de casado. Essa última propriedade de casado sugere que o mecanismo de "relativização de propriedades" pode ser aplicado em certos contextos mesmo aquelas propriedades em geral tomadas como intrínsecas ou características, cf. também "Embora esse chapéu seja de cor vermelha, ele não é vermelho para/comparado com uma capa de toureiro espanhol", i.é, o vermelho do chapéu não é tão vermelho assim. Ver mais alguma discussão na seção 2.2.2.

[24]Que, estritamente falando, podem não ser *intensionais* no sentido de que sua semântica pode não ter a ver com mundos e tempos possíveis, mas com a *vaguidade* introduzida por termos como parecer e como, como bem observa o Prof. Ilari. Mas meu intuito não é tratar da semântica dessas expressões, de modo que basta, para o meu argumento, notar que o contexto introduzido por estes termos é referencialmente opaco.

Paulo em (28) não só não é necessariamente casado, como também pode nem ser um rapaz.

(28) é um exemplo eloqüente de que a noção de "contexto adequado" a que Borges recorre em (4b) deve ser limitada se não quiser se tornar vácua. E a limitação relevante, tanto quanto toda a evidência que discuti deixa ver, é obviamente aquela que reduz a noção de "contexto adequado" às relações que o adjetivo estabelece localmente com os elementos internos ao NP cujo núcleo modifica, i.é, as relações que permitem tanto ao N quanto ao A saturarem suas estruturas de argumentos.

Ora, no que diz respeito a tais relações, casado não pode ser "usado sincategorematicamente" exceto em contextos *não-literais* (ver nota ...): mas se as regras da sintaxe lógica são cegas às propriedades de casado, por que cargas d'água a regra de "predicação extensional" sofre as limitações que sofre quando aplicada a Ns modificados por casado? Parece-me evidente que, seja lá como expressemos essa limitação das "regras da sintaxe lógica", ela deve se referir as propriedades lexicais particulares de casado.

Suponha que, como sonolento, casado fosse um predicado de indivíduos, i.é, de somente um argumento[29]. Tal como acontece com sonolento, o comportamento "categoremático" de casado seria uma conseqüência de sua *estrutura argumental*. Mas a estrutura argumental de um item é uma *representação lexical*: portanto, a suposta "regra de predicação extensional", fosse ela qual fosse, faria

---

[29] O Prof. Ilari "desconfia" do caráter "AC" de sonolento em face de exemplos como "Em sua gestão na Prefeitura de São Paulo, Prestes Maia foi um administrador sonolento e um político mais do que vigilante". Creio que comentários análogos ao caso de casado se aplicam aqui: (i) *literalmente*, sonolento descreve a propriedade física (temporária ou não) de um indivíduo *que tem sono*, certamente uma propriedade independente do fato desse indivíduo ser político, ou prefeito, etc.; (ii) *não-literalmente*, pode se referir à atenção dispensada pelo indivíduo a seus compromissos na qualidade de político, etc. Ver a nota 23.

referência às propriedades lexicais de casado. Logo, (5b) é falsa, exceto se reformulada como (27).

Consideremos os argumentos de Borges a favor de (4b)-(5b). Eles se reduzem, em última análise, a uma suposta "ambigüidade" de adjetivos como francês, alemão, etc., aos quais Borges chama de *gentílicos*. Para Borges, embora "tidos como claramente categoremáticos", tais adjetivos poderiam ser "usados sincategorematicamente" em um contexto apropriado. é o caso da sentença (10), que, como vimos, na interpretação desejada dá origem a inferências inválidas nos testes IC e IT, cf. (11a,c)[26]:

(10) Fritz é um soldado francês

(11) a. ! Se Fritz é um soldado francês, então ele é um soldado e ! é francês

c. ! Se Fritz é um soldado e é um militar e é francês, então ! ele é um soldado francês e ! é um militar francês

Borges também atribui à "ambigüidade" dos gentílicos a possibilidade de que sentenças como (29a) e (29b) não sejam necessariamente contraditórias[27]:

(29) a. Fritz é um soldado francês alemão

b. Fritz é um soldado francês e é um soldado alemão

(29a) pode ser parafraseada por (30a), e (20b) por (30b), ambas trivialmente não contraditórias:

---

[26]Ver exemplos em (12).
[27]Ver Borges (1991), pp.56-7.

(30) a. Fritz é um soldado *do exército da França nascido na Alemanha*

b. Fritz é um soldado *do exército da França* e é um soldado *nascido na Alemanha*

Entretanto, a suposta "predicação intensional" de francês enfrenta dois problemas imediatos. Em primeiro lugar, por que (11b), mesmo com francês sendo interpretado como um AS, é válida (i.é, por que um AS dá origem a uma inferência válida em um contexto onde só ACs deveriam obter esse resultado)? (11b), abaixo repetida, poderia ser parafraseada, no sentido relevante, por (31), que é obviamente válida[28]:

(11b) Se Fritz é um soldado francês, então ele é um militar francês

(31) Se Fritz é um soldado do exército da França, então ele é um militar do exército da França.

Além disso, a "predicação intensional" de francês é um tanto curiosa: ela não introduz, como vimos, um contexto intensional, cf. (16b) abaixo repetida:

(16b) Se Fritz é um soldado francês, então ele é um soldado

Creio que, tal como aconteceu com o caso de esperto, a ausência de qualquer referência no trabalho de Borges a este tipo de problema, ao mesmo tempo que impede uma avaliação mais precisa de suas intenções , mostra que sua análise não poderia se manter tão singela a ponto de se limitar à distinção entre ACs e ASs. Como,

---

[28]Evidentemente, há uma premissa implícita em (11b) e (31): a de que *todo o soldado é um militar*.

então, se poderia explicar os fatos notados por Borges sobre as sentenças em (29) e, simultaneamente, explicar o comportamento de francês em (11a,b,c) e (16b)?

Em primeiro lugar, note que é possível substituir os gentílicos em (29a) por NPs genitivos correspondentes conservando a interpretação:

(32) a. Fritz é um soldado francês da Alemanha

b. Fritz é um soldado alemão da França

c. Fritz é um soldado da França da Alemanha

Em (32) os NPs genitivos podem ser interpretados ou do mesmo modo que o "predicado independente" nascido em X, ou do mesmo modo que a "função dependente" do exército de X, em que "X" é a França ou a Alemanha. Ora, se os NPs genitivos em (32) possuem essencialmente as mesmas propriedades interpretativas que os adjetivos gentílicos em (29a), é plausível supor que tanto uns quanto os outros podem possuir as mesmas funções semânticas dentro dos respectivos NPs.

Enquanto os adjetivos, em geral, são tomados como *adjuntos* adnominais, NPs acompanhados de preposição, como os em (32), podem ser adjuntos ou *complementos*, i.é, *argumentos* nominais. A distinção entre argumentos e adjuntos pode ser mais claramente observada com verbos, em que a aparição obrigatória ou não do NP (acompanhado ou não de preposição, dependendo do caso) é admitida como teste do caráter de argumento ou de adjunto, respectivamente. Assim, em (33a) os NPs em posição de sujeito e de objeto de invadir são argumentos de invadir, mas o PP temporal é um adjunto; em (33b) vemos elementos análogos dentro do NP cujo núcleo é invasão, o N derivado de invadir:

(33) a. A Alemanha invadiu a França (durante a 2a Guerra)

b. A invasão da Alemanha da França (durante a 2a Guerra)

A analogia entre (33a,b) sugere que a distinção argumento-adjunto também vale para os elementos que acompanham o N-núcleo[24].

Intuitivamente falando, pode-se caracterizar a distinção *semântica* entre argumentos e adjuntos com base na noção mais fundamental de *predicado* -- uma expressão incompleta que precisa ser completada para ser apropriadamente interpretada. O *argumento* de um predicado é uma expressão que pode completar este predicado. Um *adjunto* é, em geral, um "predicado secundário": um predicado que toma como argumento um elemento "independentemente licenciado", i.é, cujas propriedades necessárias à sua própria interpretação estão independentemente satisfeitas. P.ex., o adjunto temporal em (33a) não é *exigido* por invadir para que dê origem a uma sentença interpretável; entretanto, tanto o sujeito quanto o objeto têm de estar presentes para isso.

Um pouco mais formalmente: suponha que dispomos de uma linguagem lógica (de 1a ordem é suficiente aqui) apropriadamente interpretada, e de regras de tradução em que as expressões básicas do português correspondem a constantes dessa linguagem, e as expressões complexas construídas pela sintaxe do português correspondem a expressões dessa linguagem construídas por regras que correspondem as regras do português; em suma, suponha que "interpretássemos" o português por meio de uma linguagem lógica à *la Montague*.

---

[24]A validade dessa distinção, embora sendo consensual em se tratando de Ns-núcleo deverbais, não tem o mesmo consenso no caso dos Ns que não possuem uma fonte lexical em que sua poliadicidade possa ser independentemente verificada. Mas aqui seguirei Tellier (1988), seção 4.2.1, em que se mostra que esta distinção de fato tem conseqüências empíricas também no caso dos nominais não-derivados. Ver nota 36.

Além das regras de tradução usuais, poderíamos supor que houvesse uma regra específica que traduziria as expressões construídas por meio de adjuntos em português como predicados compostos a partir da conjunção de predicados simples (e abstração lâmbda, p.ex.) na linguagem lógica[30]. Desse modo, o nome invasão poderia ser traduzido pelo predicado em (34), e o NP em (33b) pela fórmula em (35)[31,32]:

(34) invasão (x,y,z), lido "x é um evento em que y invade z"

(35) Ex [invasão(x,Alemanha,França) & durante-a-2a-Guerra(x) &
Vy [[invasão(y,Alemanha,França) & durante-a-2a-Guerra(y)]
-> y = x]]

Como se vê, os NPs genitivos em (33b) são interpretados como *termos* que satisfazem o predicado em (34). Agora, como se pode ver por (36), em que a ocorrência do adjetivo alemã substitui a ocorrência de da Alemanha em (33b), aparentemente um adjetivo gentílico também pode ser interpretado como um argumento de um N, pois (36) pode ser interpretado do mesmo modo que (33b), i.é, como (35):

(36) A invasão alemã da França durante a 2a Guerra

Ora, se estes adjetivos podem ser interpretados como argumentos do N, sua interpretação nessas ocorrências depende da estrutura

[30]A idéia é a de que a semântica da modificação pode ser adequadamente tratada por meio da conjunção de predicados: ver também a seção 2.1.1.3.
[31]Que interpreta a descrição definida de acordo com a teoria de Russell; estou ignorando que regras sintáticas uniriam a fórmula em (35) ao predicado principal da sentença, em geral correspondente a um verbo do português.
[32]Aqui e no resto da dissertação estarei usando os símbolos usuais da lógica de 1a ordem com seus respectivos significados; assim 'Ex'

de argumentos do N que "modificam". Os adjetivos que se caracterizam por esta propriedade de funcionar como argumentos de um N são chamados de *adjetivos referenciais*[33]. Admitindo essa análise semântica dos adjetivos referenciais, por passos análogos uma sentença como a em (37a) é interpretada por (37b):

(37) a. Monte Castelo foi uma derrota alemã na 2a Guerra

b. Ex [derrota(x,Alemanha) & na-2a-Guerra(x) & MC = x]

Como falantes do português, sabemos que (37a) pode ser apropriadamente parafraseada por (38a), mas não por (38b), que inclusive contém uma sentença agramatical inaceitável no sentido em que está sendo usada[34]:

(38) a. Monte Castelo foi uma derrota alemã e foi na 2a Guerra

b. ! Monte Castelo foi uma derrota e !* foi alemã e foi na 2a Guerra

Aqui, é importante lembrar que os adjetivos gentílicos, quando em posição predicativa, são interpretados do mesmo modo que nascido no país X: digamos que fossem traduzidos pelos predicados 'de-X(x)', lidos "x é originário (vindo/nascido/etc.) de X"[35]. Agora, se atribuímos representações adequadas a (38a,b), é possível ver que a

---

é lido "existe um x tal que", 'Vx' é lido "Para todo x tal que", '->' é lido "se ... então ...", etc.

[33]Ver, para uma discussão um pouco diferente, seções 1.2 e 2.2.2.2.

[34]A sentença (Monte Castelo) foi alemã é agramatical no sentido em que está sendo usada em (38b), que poderia ser parafraseado pela também agramatical *Monte Castelo foi um evento alemão. Isso significa que a agramaticalidade desta sentença se deve à impropriedade de alemã(o) como um predicado de eventos. Há um sentido, irrelevante para a discussão, em que aquela mesma sentença é gramatical e factualmente falsa: Monte Castelo foi (uma cidade) alemã.

[35]Ver a seção 2.2.2.2 adiante.

inferência de (38a) a partir de (37a) segue de princípios usuais da lógica, enquanto que não há modo de deduzir (38b) de (37a):

(39) a. Ex [derrota(x,Alemanha) & MC = x] & na-2a-Guerra(MC)

b. ExEy [derrota(x,y) & MC = x] & !* da-Alemanha(MC) & na-2a-Guerra(MC)

Depois dessa longa volta, reconsideremos novamente a sentença em (29a), repetida abaixo. Do ponto de vista intuitivo, é fácil perceber que o adjetivo francês, parafraseado como "do exército da França", tem sua interpretação ligada às propriedades de soldado; o mesmo não se pode dizer de alemão interpretado como "nascido na Alemanha", cujas propriedades interpretativas são independentes das de soldado. De fato, um soldado do exército francês que é um engenheiro não precisa ser um engenheiro do exército francês; entretanto, um soldado nascido na Alemanha que é um engenheiro também é um engenheiro nascido na Alemanha[34].

---

[34]Cf. Tellier (1988), um teste para o caráter "argumental" de NPs genitivos é verificar se podem dar origem ao que ela chama de "Double Dont Constructions" do francês: construções com orações relativas genitivas, introduzidas por dont, que envolvem dois constituintes não-realizados lexicalmente, ambos interpretados como co-referentes com o núcleo da oração relativa, cf.

(i) un homme$_i$ dont les ambitions $___i$ dépassent le talent $___i$

Em português, temos uma construção análoga com as relativas introduzidas por cujo:

(ii) um homem$_i$ cujas ambições $___i$ superam o talento $___i$

O que Cristine Tellier sustenta é que, nestas construções, a segunda lacuna só é licenciada (dando origem à interpretação sugerida em (i-ii) pela co-indexação) quando o elemento não-preenchido lexicalmente *é um argumento do N*, cf. o ligeiro contraste de (ii) com (iii):

Assim, suponha que soldado seja interpretado como o predicado 'soldado(x,y)', lido "x é um soldado que serve em Y". Se supusermos que francês em (29a) é interpretado como um argumento do predicado denotado por soldado, e que alemão é um adjunto, então pode-se ver que (29a) possui propriedades inferenciais análogas às de (37a). Seja então (29a) interpretada como (40): (41), mas não (42), pode ser inferida de (29a)-(40):

(29a) Fritz é um soldado francês alemão

(40) Ex [soldado(x,França) & da-Alemanha(x) & Fritz = x]

(41) a. Fritz é um soldado francês e é alemão

b. Ex [soldado(x,França) & Fritz = x] & da-Alemanha(Fritz)

(42) a. Fritz é um soldado e ! é francês e é alemão

(iii) um homem$_i$ cujas ambições $___i$ podem ser reconhecidas pelos objetos (*? $___i$ /dele/que possui)

A razão do contraste, segundo Tellier, é que a segunda lacuna é uma *lacuna parasita*, e lacunas parasitas só ocorrem em posição argumental (ver Tellier (1988), cap.4). Agora, um contraste semelhante pode ser fornecido para o caso de soldado, sugerindo que esse N licencia lacunas parasitas e, portanto, possui uma posição argumental disponível:

(iv) o batalhão$_i$ cujo comandante $___i$ elogiou os soldados $___i$

(v) o batalhão$_i$ cujo comandante $___i$ elogiou a comida (?*$___i$/dele/feita nele)

Segundo Tellier, as classes de Ns que admitem que seu complemento genitivo seja interpretado como uma lacuna parasita são as dos que expressam relações de parentesco, qualidades intrínsecas ou características de outros objetos/indivíduos, e relações parte-todo (p.289 e ss.). É plausível que soldado expresse uma relação parte-todo, já que em geral todo o soldado é um membro de uma tropa, exército (de algum país), etc. Observações similares valem para militar.

b. ExEy [soldado(x,y) & Fritz = x] & ' da-França(Fritz) & da-Alemanha(Fritz)

Agora, note que o suposto "comportamento sincategoremático" de francês quanto ao TC e ao TT segue naturalmente do fato de ele ser interpretado como um argumento de soldado: se representamos as inferências em (11a,c), repetidas abaixo, como (43a,b), respectivamente, se torna evidente por que elas não são válidas:

(11) a. ! Se Fritz é um soldado francês, então Fritz é um soldado e ! é francês

c. ! Se Fritz é um soldado e é um militar e é francês, então ele é um soldado francês e é um militar francês

(43) a. ! Ex [soldado(x,França) & Fritz = x] -> ExEy [soldado(x,y) & Fritz = x] & ! da-França(Fritz)

b. ! ExEy [soldado(x,y) & Fritz = x] & EzEw [militar(z,w) & Fritz = z] & da-França(Fritz) -> ! Ex [soldado(x,França) & Fritz = x] & ! Ez [militar(z,França) & Fritz = z]

Do mesmo modo, se pode ver por que francês, e os demais gentílicos em situação semelhante, não "se comportam como AS" quanto ao TH: (11b), repetida abaixo, pode ser representada por (44)[37], em que se pode ver por que ela é válida:

(11b) Se Fritz é um soldado francês, então Fritz é um militar francês

(44) [Ex [soldado(x,França) & Fritz = x] & VyVz [soldado(y,z) -> militar(y,z)]] -> Ex [militar(x,França) & Fritz = x]

---

[37]Ver notas 29, 33 e 36 aqui.

Ao fim, vemos então que a hipotética ambigüidade de francês, atribuída por Borges à dicotomia AC/AS, resulta mais propriamente do fato de que, como o NP (d)a França, este adjetivo pode ser interpretado como um argumento ou como um adjunto de soldado: como argumento de soldado, ele tem uma "função dependente" semanticamente da estrutura de argumentos de soldado; como um adjunto, ele é um "predicado independente" de soldado.

As duas possibilidades evidentemente colocam uma questão empírica interessante: é uma mesma e única a estrutura de argumentos de francês (e de (d)a França) que permite ambas as interpretações? Entretanto, seja lá qual for a resposta desta questão[38], o fato é que *não* podemos atribuir a "ambigüidade" de francês à ação de duas diferentes "regras da sintaxe lógica" que fossem comuns aos demais adjetivos e *independentes das propriedades lexicais codificadas por suas diferentes estruturas de argumentos*. As propriedades inferenciais de francês seguem das relações particulares que sua estrutura de argumentos é capaz de entreter com a do N que modifica, relações estas que são diferentes das estabelecidas por, p.ex., esperto e suposto, *porque as estruturas de argumentos destes adjetivos são diferentes*.

Em suma, sejam lá quais forem as "regras da sintaxe lógica" responsáveis pela modificação adjetival, elas operam a partir das informações codificadas pelas estruturas de argumentos envolvidas, i.é, *elas fazem referência às propriedades lexicais do itens envolvidos, incluindo o adjetivo*. Creio que isso refuta (5b) e mostra que (4b) não é uma generalização adequada. Antes, (26) e (27) se mostram mais adequadas.

1.1.2.3. Considere agora a generalização (4c) e a conclusão a que Borges chegou a partir dela, (5c):

---

[38]Ver discussão da seção 2.2.2 adiante.

(4c) Existem correlações entre a distribuição linear de alguns adjetivos dentro do NP e o "uso" que dele está sendo feito, mas elas *não são uniformes (não há relação unívoca entre posição e uso de um adjetivo), nem gerais (não valem para todos os adjetivos);*

(5c) A distribuição linear dos adjetivos é apenas um dos fatores envolvidos na determinação do "uso" de um adjetivo e, portanto, *não é decisiva para a distinção entre ACs e ASs.*

O que me parece crucial no percurso de Borges até (4c)-(5c) é a tensão entre o fator "distribuição linear" e os demais hipotéticos "fatores": à medida em que aparentemente não há uma relação uniforme entre a distribuição do adjetivo e o "uso" que dele está sendo feito, Borges sugere que outros fatores intervêm na identificação das diferentes estruturas "geradas" pelas "regras de predicação" e conclui que "a ordem não é um fator decisivo".

O que eu pretendo mostrar é que a conclusão de Borges decorre da tentativa de ver nas propriedades semânticas associadas à modificação adjetival manifestações da distinção AC/AS. De novo não é de surpreender que a generalização (4c) de Borges se revele inadequada: a generalização que lhe dá base o é. Procurarei mostrar que uma consideração mais detida dos fatos leva a uma conclusão mais interessante: a de que *a distribuição dos adjetivos dentro do NP é fundamental para a sua interpretação* no sentido de que diferentes posições do mesmo adjetivo dão origem a diferentes interpretações.

O primeiro fato que Borges levanta como uma possível evidência da importância da distribuição linear dos adjetivos na determinação de seu "uso" é a interpretação da sentença em (29a), repetida abaixo:

(29a) Fritz é um soldado francês alemão

Borges nota que, nesta sentença, "a ordem é absolumente rigida" no sentido de que ela determina que o primeiro adjetivo, francês no caso, seja "interpretado sincategorematicamente", e que o segundo adjetivo, alemão no caso, seja "interpretado categorematicamente". (29a) pode ser parafraseada por (44a), mas não por (44b); ao contrário, (45), em que a ordem entre francês e alemão foi invertida, pode ser parafraseada por (44b), mas não por (44a):

(44) a. Fritz é um soldado do exército francês nascido na Alemanha

b. Fritz é um soldado do exército alemão nascido na França

(45) Fritz é um soldado alemão francês

Como Borges observa[38], o paradigma (29a)-(45) poderia sugerir que, numa série de dois adjetivos pospostos ao N, deveríamos ter sempre o primeiro interpretado como um AS e o segundo como um AC, i.é, teríamos sempre a ordem em (46a). Entretanto, exemplos como (47) seriam a prova de que a ordem em (46b) também é possível em português:

(46) a. [$_{NP}$ ... N AS AC]

b. [$_{NP}$ ... N AC AS]

(47) Pedro é [um pianista cego famoso]

O contraste interpretativo entre (29a)-(45) e (47) leva Borges a concluir que " ... no caso de [(29a)], uma vez que os adjetivos são muito semelhantes, a ordem é o único recurso disponível para distinguir os diferentes papéis, enquanto que no exemplo [(47)] ...

[38]Ver Borges (1991), nota 1, p.71.

os traços semânticos dos dois adjetivos são suficientes para que os papéis sejam estabelecidos, tornando-se a ordem, assim, irrelevante" (nota 1, p./1).

Entretanto, a conclusão a que Borges chega só faz sentido se de fato as propriedades semânticas relevantes envolvidas em (29a)-(45) e (47) fossem derivadas da distinção AC/AS. Mas, como procurei mostrar na discussão sobre os gentílicos, o que é relevante para "uso sincategoremático" de francês em (29a) é que este adjetivo funciona como um argumento de soldado. Diferentemente disso, em (47) nenhum dos adjetivos é um argumento de pianista; ambos são adjuntos[40]. Portanto, (29a)-(45) e (47) possuem "formas lógicas" diferentes, e não é possível tirar qualquer conclusão acerca das relações entre ordem e interpretação dos adjetivos para além da de

---

[40]Em conexão com o caso de francês, o Prof. Ilari nota que, em um exemplo como (i) abaixo, teríamos, nos termos de Borges, dois adjetivos sincategoremáticos, pois de (i) "não se infere que X é clássico e talvez não se infira que seja famoso":

(i) X é um pianista clássico famoso

O Prof. Ilari sugere que clássico possa ser tratado como argumento de pianista (um pianista clássico é um pianista de música clássica e não um pianista e um clássico). Nesse caso, teríamos dois "ASs", sendo que apenas um deles é um argumento, do que o Prof. Ilari conclui que "em última análise, ... [eu e o Borges estamos] falando de coisas diferentes". Acho, entretanto, que (i) mostra mais que isso: seguindo as sugestões de Borges, note que, no caso de (i), "os traços semânticos dos dois adjetivos são suficientes para que os papéis sejam estabelecidos", o que deveria tornar "a ordem ... irrelevante". Entretanto, não é isso o que acontece: exatamente como no caso dos gentílicos, clássico recebe sua "interpretação argumental" de maneira natural somente quanto segue imediatamente o nome:

(ii) X é um pianista famoso clássico

(ii) é preferencialmente interpretada como "X é um pianista famoso que é clássico", e não como "X é um pianista famoso de música clássica". (ii) seria apropriada se estivéssemos falando daqueles personagens freqüentes em filmes sobre Hollywood, os pianistas famosos. X, nessa situação, poderia ser um exemplo prototípico, *clássico*, desses personagens.

que *em (29a)-(45) a ordem dos adjetivos é que determina sua interpretação*[41].

O outro argumento de Borges a favor de (4c)-(5c) diz respeito à distribuição linear de alguns adjetivos em relação ao N que modificam. Borges chama de "ambíguos" aos adjetivos que, quando pospostos ao N, podem ser "usados como ACs ou ASs": p.ex., belo em (48a) e novo em (48b) são "adjetivos ambíguos", pois podem ser "usados categorematicamente", cf. (49), ou "sincategorematicamente", cf. (50)[42]:

(48) a. Nicolescu é um jogador de basquete belo

b. Artur é um pianista novo

(49) a. Se Nicolescu é um jogador de basquete belo, então ele é um jogador de basquete e é belo

b. Se Artur é um pianista novo , então ele é um pianista e é novo

(50) a. Se Nicolescu é um jogador de basquete belo, então Nicolescu é um jogador de basquete belo para um jogador de basquete

b. Se Artur é um pianista novo, então Artur é um pianista novo para um pianista

O paradigma (48)-(50) é similar ao apresentado por esperto nos exemplos (18)-(25). De fato, esperto se comporta como belo e novo também em outro aspecto: como Borges notou, quando prepostos ao N núcleo, tais "adjetivos ambíguos" perdem a "ambigüidade" e passam a

---

[41]Para uma discussão dos fatores envolvidos nessas correlações ordem-interpretação, ver seção 2.2.2.

[42]Quanto às relativizações em (5), valem as ressalvas feitas para o caso de esperto: ver notas 16 e 17.

se comportar exclusivamente como ASs[43]. Assim, sentenças como as em (51) podem dar origem a inferências válidas como as em (52); mas as inferências em (53) são inválidas[44]:

(51) a. Nicolescu é um belo jogador de basquete

b. Artur é um novo pianista

c. Mandrake é um esperto advogado

(52) a. Se Nicolescu é um belo jogador de basquete, então ele é belo para um jogador de basquete

b. Se Artur é um novo pianista, então ele é novo para um pianista

c. Se Mandrake é um esperto advogado, então ele é esperto para um advogado

---

[43]Além de receberem uma "interpretação não-restritiva": ver adiante.

[44]O Prof. Ilari observa que "não [lhe] parece que as sentenças de (52) sejam boas paráfrases para as de (51). *Talvez* fossem se tivéssemos 'novo enquanto pianista' ou 'belo enquanto jogador de basquete'. Na realidade, [o Prof. Ilari acha] que o sentido do adjetivo mudou radicalmente aqui": <u>novo</u> passou de "de pouca idade" para "que apareceu, ficou conhecido recentemente"; <u>belo</u> de "bonito" para "de grande capacidade esportiva". Embora eu concorde com as observações do Prof. Ilari no que diz respeito à interpretação preferencial de (51a-b), eu creio que as interpretações que comento no texto *são possíveis*: parece perfeitamente admissível interpretá-las do mesmo modo que (i) e (ii) abaixo, respectivamente, que possuem exatamente as propriedades que espero (dadas as simplificações que assumi: ver nota 16):

(i) Nicolesco é um bonito jogador de basquete
(ii) Artur é um jovem pianista

Assim, embora eu reconheça que a discussão que procedo não faz justiça à riqueza de significados associada a <u>belo</u> e <u>novo</u>, creio que, no essencial, as simplificações que venho fazendo não afetam o argumento; mostram apenas que o trabalho sobre a semântica lexical é uma *endless story*, quando o foco é *o significado dos itens lexicais particulares*, e não *os princípios subjacentes à sua interpretação*. Ver o capítulo 2 para discussão.

(53) a. ! Se Nicolescu é um belo jogador de basquete, então ! ele é belo

b. ! Se Artur é um novo pianista, então ! ele é novo

c. ! Se Mandrake é um esperto advogado, então ! ele é esperto

Creio que as razões para a validade de (52) e a não validade de (53) já são relativamente claras[45]. O que (51)-(53) apresentam de novo é que, quando antepostos, adjetivos como belo, novo e esperto não podem mais ser "usados categorematicamente", i.é, não podem ter seu segundo argumento, a classe de comparação, "interpretado genericamente": ele deve ser interpretado pela classe de algum modo expressa pelo N modificado. Quando pospostos, os mesmos adjetivos podem ter seu segundo argumento interpretado genericamente, ainda que em muitos contextos esta interpretação seja marginal[46].

Agora, o argumento de Borges a favor de (4c)-(5c) segue assim: o paradigma (51)-(53) sugere que adjetivos antepostos ao N sejam sempre ASs e que, pospostos, possam ser ACs ou ASs; entretanto, há adjetivos que não se submetem a essa suposta regra -- (54) mostra que calvo é um AC independentemente da posição; (55), que competente é um AS independentemente da posição --; logo, a ordem linear dos adjetivos "não é decisiva para a determinação do uso que está sendo feito dele".

(54) a. O pianista calvo não tocava Chopin

b. O calvo pianista não tocava Chopin

(55) a. Luís é um professor competente

b. Luís é um competente professor

---

[45]Ver discussão de (18)-(35).
[46]Ver seção 2.2.3.

Concordo com o ceticismo de Borges com relação às possíveis correlações entre a posição dos adjetivos e a distinção AC/AS; entretanto, meu ceticismo não deriva da ausência de uma relação uniforme posição-"uso", mas da crença de que a distinção AC/AS tal como formulada por Borges não é relevante para a descrição das propriedades sintático-semânticas dos adjetivos. Uma vez que descartamos a distinção AC/AS, estamos livres para ver em (51)-(55) um outro tipo de generalização. E, tal como acontece com (29a)-(45), de novo a generalização mais evidente é a de que *a distribuição linear dos adjetivos em relação ao N determina a interpretação do adjetivo.*

Essa é uma afirmação consensual quanto a <u>belo</u> e <u>novo</u> em (74)-(78). O problema parece ser a interpretação de <u>calvo</u> em (54) e de <u>competente</u> em (55): para Borges, a posição não é suficiente para forçar <u>calvo</u> a ser um AS, nem <u>competente</u> a ser um AC. Uma vez que não estamos interessados em princípio na distinção AC/AS, podemos procurar outros efeitos semânticos em (54) e (55) que mostrem que a distribuição também nestes casos afeta a interpretação dos adjetivos.

Quanto a (54), é intuitivamente evidente que (54a) e (54b) não possuem exatamente as mesmas propriedades semânticas. Borges sugeriu que a anteposição do adjetivo favorece a uma "interpretação apositiva" do adjetivo[47]. De fato, vê-se que o adjetivo anteposto ao N, tal como acontece com um adjetivo apositivo, não pode ser "interpretado restritivamente", cf. (56b,c), diferentemente do que acontece com o adjetivo posposto, cf. (56a):

(56) a. Aqueles dois pianistas executaram uma bela versão a quatro mãos do "Samba de Uma Nota Só". O pianista calvo foi quem fez o arranjo.

---

[47]Ver Borges (1991), nota 4, p.71.

b. Aqueles dois pianistas executaram uma bela versão a quatro mãos do "Samba de Uma Nota Só". * O calvo pianista foi quem fez o arranjo.

c. Aqueles dois pianistas executaram uma bela versão a quatro mãos do "Samba de Uma Nota Só". * O pianista, o calvo, foi quem fez o arranjo.[48]

O sujeito singular da segunda sentença em (56a,b,c), interpretado anaforicamente a partir de um NP plural da primeira sentença, exige por isso uma "interpretação restritiva" do adjetivo, de onde a agramaticalidade da segunda sentença em (56b,c).

Agora, é importante notar que *este tipo de efeito parece ocorrer sempre que um adjetivo, qualquer que seja ele, é anteposto ao N*: podemos verificar isso fazendo testes semelhantes a (56) com as sentenças em (51). *Vou chamar a esta interpretação dos adjetivos antepostos de "não-restritiva"* e, não de "apositiva", por cautela: embora ambas tenham efeitos semelhantes, há razões para acreditar que sejam sintaticamente diferentes[49].

Então, qualquer que seja a fonte da diferença de comportamento semântico de <u>calvo</u> em (56a) e (56b,c) (e em (54a) e (54b)), é um fato que a ordem do adjetivo em relação ao N núcleo é que determina sua interpretação: é um caso particular da oposição interpretação restritiva-interpretação não-restritiva.

---

[48]O Prof. Ilari pensa que em sentenças como (i) abaixo o adjetivo não é um aposto *verdadeiro*, mas "algo como um adjunto de causa, numa oração reduzida, ou talvez num predicativo do sujeito":

(i) O pianista, calvo, foi quem ...

Embora minhas intuições correspondam às que o Prof. Ilari tenta caracterizar, acho que uma questão pertinente aqui seria: os elementos parentéticos em (56c) e (i) ocupam posições diferentes? Creio que uma investigação cuidadosa aqui talvez pudesse esclarecer a natureza dos elementos apositivos.

[49]Ver discussão na seções 1.2.2 e 2.2.2 adiante.

Considere agora (55), o segundo contra-exemplo de Borges à correlação posição-"uso", em que competente parece ser usado sincategorematicamente independentemente de sua posição. Em primeiro lugar, note que competente é um predicado relacional: quem é competente, é competente em alguma coisa que saiba fazer. I.é, competente é um predicado que toma como argumentos indivíduos e as atividades em que estes indivíduos são competentes. Assim, (55a) poderia ser parafraseada por (57a), ou, mais sinteticamente, por (57b)[80]:

(57) a. Luís é um professor competente em tudo o que um professor faz

b. Luís é um professor competente como professor

Em segundo lugar, note que o N professor pode denotar uma classe de indivíduos por referência à atividade que exercem; entretanto, um N como indivíduo não possui esta mesma propriedade. De modo interessante, se se substitui professor por indivíduo em (57a), cf. (58a), o adjetivo competente pode ser interpretado "categorematicamente", cf. (58b), mas causa estranheza se interpretado "sincategorematicamente", cf. o contraste entre (57b) e (58c):

(58) a. Luís é um indivíduo competente

b. Se Luís é um indivíduo competente, ele é um indivíduo e é competente

c. ?? Luís é um indivíduo competente como indivíduo

[80]De novo, estou simplificando o que está envolvido nas relativizações de competente, cf.exemplos como um professor competente como professor em todas as matérias.

O que estes fatos sugerem é que professor, por denotar uma classe de indivíduos por referência à atividade deles, pode satisfazer o segundo argumento de competente. Uma outra evidência disso é que competente deixa de ser "sincategoremático com relação a professor" se o segundo argumento é preenchido explicitamente:

(59) a. Se Luís é um professor competente como faxineiro, então Luís é um professor e ! é competente como professor

b. Se Luís é um professor competente como faxineiro, então ele é um professor e é competente como faxineiro

O paradigma (57)-(59) sugere duas coisas: (i) que o aparente "uso sincategoremático" de competente deriva de sua estrutura argumental, e (ii) que professor, mas não indivíduo, pode funcionar adequadamente como o segundo argumento de competente. Agora, de modo interessante, a anteposição de competente diante de indivíduo afeta a aceitabilidade da sentença, ao contrário do que acontece com professor, de modo que temos o seguinte paradigma:

(60) a. Luís é um competente professor

b. Luís é um professor competente como professor

(61) a. ?? Luís é um competente indivíduo

b. ?? Luís é um indivíduo competente como indivíduo

Parece-me que não estamos longe da verdade se concluirmos que a anteposição dos adjetivos não tem como efeito apenas a "interpretação não-restritiva": *a anteposição de adjetivos "relacionais" determina a interpretação do N modificado como o segundo argumento do adjetivo.*

Essa última conclusão recebe evidência do comportamento de vários dos adjetivos que discuti: não apenas competente, mas esperto, belo, novo, e, por fim, suposto comportam-se deste modo[14]. Com efeito, a generalização correta parece ser a de que *o suposto "uso sincategoremático" obrigatório dos adjetivos relacionais antepostos se reduz ao fato de que tomam o N como seu segundo argumento.*

Ora, o que tudo isso nos mostra é que a distribuição linear dos adjetivos em português é um fator fundamental para determinar a interpretação da modificação adjetival, o que contradiz a conclusão muito menos forte de Borges. Isso não elimina a possibilidade de que outros fatores intervenham nestas construções; mas, na falta de hipóteses específicas sobre tais fatores e à medida em que se pode mostrar que existe regularidade nas correlações entre distribuição e interpretação, tal possibilidade perde plausibilidade.

Para concluir esta subseção, considere mais um exemplo, negligenciado por Borges, da conexão fundamental entre distribuição e interpretação dos adjetivos em português. Os chamados "adjetivos categoremáticos" são, via de regra, pospostos ao N núcleo e, quando antepostos, podem dar origem a efeitos semânticos, pelo menos aparentemente, diferentes, cf.

(62) a. O pianista calvo tocava Chopin

b. O calvo pianista tocava Chopin

(63) a. Fritz é um soldado francês

b. Fritz é um francês soldado

(64) a. Fritz é um soldado casado

b. ?? Fritz é um casado soldado

[14]Ver também o caso de alto na seção 2.2.2 adiante.

O caso de (62) já foi rapidamente discutido anteriormente: é um exemplo de que os "ACs" podem dar origem a oposição entre interpretação restritiva e interpretação não-restritiva.

Os casos de (63) e de (64) exemplificam um outro fenômeno interessante: *os "ACs", quando antepostos, em alguns casos passam a ser interpretados como o "núcleo" do NP.* P.ex., em (63b) está-se falando de franceses que sejam soldados, e não o contrário. Embora (64b) seja marginal, a única possibilidade de ser aceita é na interpretação de que estejamos falando de casados que sejam soldados[32].

De novo, estes exemplos colocam uma questão empírica relevante, a saber, a da existência ou não de uma conexão entre (62) e (63)-(64), mas, independentemente dela, uma coisa é certa: *a ordem linear dos "ACs" é decisiva para sua interpretação.*

1.1.3. Algumas Generalizações e Conclusões

É possível resumir os principais pontos que procurei sustentar nesta seção opondo-os esquematicamente aos de Borges em (4) e (5). Assim, em lugar das generalizações factuais de Borges que resumi em (4), vimos que há boas evidências para dizer antes que

(65) a. Os adjetivos apresentam *vários* tipos de comportamento inferencial;

b. Embora cada adjetivo seja em geral caracterizado por um conjunto constante de propriedades sintático-semânticas, em

---

[32]Ver seção 2.2.1 para uma discussão.

contextos sintático-semânticos diferentes cada adjetivo pode apresentar diferentes comportamentos inferenciais;

c. Existem correlações entre a distribuição linear dos adjetivos dentro do NP e a interpretação deles que, embora não sejam necessariamente gerais (nem sempre valem para todos os adjetivos -- valem para *classes* de adjetivos) são uniformes (estabelecem certas conexões regulares entre posição e interpretação).

Como eu disse, as conclusões (65a,b) são bem mais fracas que suas correspondentes em (4). Mas nem por isso as generalizações de Borges são melhores: como vimos elas carecem de evidência empírica. Além disso, a conclusão (65c) não apenas leva a generalizações factuais mais interessantes do que as obtidas por Borges, como levanta problemas mais definidos que sua correspondente (4c), como veremos na próxima seção.

Final e fundamentalmente, todas as generalizações em (65) revelam o papel central, tanto para a sintaxe quanto para a semântica da modificação adjetival, das estruturas de argumentos dos adjetivos, i.é, da representação lexical que codifica as propriedades lexicais relevantes à sintaxe. As conclusões em (65) sugerem que

(66) a. As propriedades inferenciais dos adjetivos seguem das propriedades codificadas em sua estrutura de argumentos; ora, tais estruturas são necessariamente diferentes para itens cujas propriedades sintático-semânticas sejam diferentes: daí a diversidade de comportamentos inferenciais;

b. Embora os adjetivos sejam freqüentemente caracterizados por uma única estrutura de argumentos, mesmo assim podem apresentar diferentes propriedades inferenciais de acordo com o modo como sua estrutura de argumentos está sendo saturada;

c. As correlações entre distribuição e interpretação se explicam se a distribuição dos adjetivos é, de algum modo, reflexo dos diferentes modos pelos quais sua estrutura de argumentos pode ser saturada; assim também se explica por que estas correlações não são gerais: nem todos os adjetivos possuem as mesmas estruturas de argumentos, ainda que muitos as possuam análogas, definindo classes de adjetivos que possuem comportamentos sintático-semânticos análogos.

Finalmente, como procurei mostrar na subseção anterior, (65c)-(66c) subsumem algumas outras generalizações que, como veremos, são o suficientemente específicas para orientar a construção de uma teoria da modificação adjetival do português. Entre tais generalizações temos aquelas que podem ser caracterizadas por referência às estruturas de argumentos em jogo:

(67) a. Adjetivos (referenciais), quando pospostos, podem funcionar como argumentos do N, mas não quando antepostos;

b. Adjetivos relacionais, quando antepostos, exigem que o N denote seu segundo argumento, mas quando pospostos isso nem sempre ocorre.

Há ainda algumas generalizações cuja conexão com (67) e, mais genericamente, com (65)-(66), ainda está por ser estabelecida:

(68) a. Adjetivos pospostos ao N são interpretados restritivamente;

b. Adjetivos antepostos ao N são interpretados não restritivamente;

c. "ACs" (incluindo os adjetivos referenciais) são normalmente pospostos e, quando antepostos, em geral se tornam "núcleos" do NP.

Na próxima seção, eu apresento um ponto de vista diferente acerca da distribuição dos adjetivos dentro do NP. Como veremos, tal ponto de vista permitirá colocar de maneira mais clara os problemas teóricos postos por (65)-(68) quando se os considera a luz dos chamados "Parâmetros de Direcionalidade" da Gramática Universal[83].

1.2 Adjetivos Predicativos e Adjetivos Referenciais

Na seção anterior, vimos a tentativa de Borges (1991) de explicar algumas das propriedades inferenciais dos adjetivos e algumas das correlações entre sua distribuição e interpretação dentro do NP por meio de uma dicotomia *semântica*, a dicotomia AC/AS: os critérios de demarcação da dicotomia são padrões de inferência, e a definição que Borges formula de ACs e ASs se refere às noções semânticas de *extensão* e *intensão*.

Nesta seção, discutirei uma tentativa de atribuir algumas das correlações entre distribuição e interpretação dos adjetivos dentro do NP às *propriedades sintáticas* das línguas românicas em geral, o que inclui o português. Como veremos, Giorgi e Longobardi (1989) (G&L) sugerem fundamentalmente que (i) as propriedades sintáticas dos *adjetivos referenciais*, em conjunção com a marcação do *parâmetro do núcleo-sujeito* das línguas românicas, exige que eles sejam pospostos, e que (ii) as propriedades sintáticas dos *adjetivos predicativos* permite que estes sejam antepostos ao N núcleo.

[83]Ver seção 2.1.3.

G&L caracterizam *nocionalmente* adjetivos referenciais e predicativos, mas os critérios de identificação que fornecem são *sintáticos*: adjetivos predicativos podem ser modificados (por muito) e antepostos ao N núcleo, adjetivos referenciais não.

Na verdade, a análise de G&L da distribuição dos adjetivos das línguas românicas é apenas um dos argumentos a favor de uma hipótese mais geral acerca das diferenças paramétricas entre as línguas românicas de um lado, e as línguas germânicas de outro. É importante ter em mente o fato de que *minha argumentação é contra a análise de G&L no que ela tem de específico sobre a distribuição dos adjetivos*, e não contra suas idéias mais gerais: com efeito, creio que a teoria que apresentarei no próximo capítulo expressa corretamente a idéia que está subjacente à proposta de G&L.

1.2.1 A Ordem Linear dos Constituintes dentro do NP

Como pode ser facilmente observado, as línguas românicas e as germânicas freqüentemente contrastam no que se refere à distribuição linear dos constituintes do NP. P.ex., no que se refere aos complementos do N núcleo, as línguas germânicas em geral possuem a ordem preferencial (69a), enquanto que as línguas românicas dispõem apenas da ordem (69b), cf. o contraste entre o inglês e o português em (70)-(71)[84]:

(69) a. $[_{NP}$ ... S ... N ... O ...]

b. $[_{NP}$ ... N ... O ... S ...]

---

[84] *As usual*, "S" em (1) significa "sujeito", e "O" significa "objeto". No artigo de G&L, as línguas usadas nos exemplos da argumentação, em geral, são o italiano e o inglês, tomadas como representantes da família românica e germânica, respectivamente. Por razões óbvias, eu usarei exemplos do português, equivalentes aos italianos de G&L quanto aos aspectos relevantes para a discussão.

(70) a. The enemy's destruction of the city

b. The destruction of the city by the enemy

(71) a. * O inimigo[+definitivo] destruição da cidade

b. A destruição da cidade pelo inimigo

G&L propõem reduzir o conjunto de contrastes de ordem dos constituintes nas duas famílias de línguas aos efeitos de dois parâmetros. Tais parâmetros seriam responsáveis pela distribuição dos dois tipos fundamentais de "modificadores" de um núcleo lexical: (i) o parâmetro da direção de atribuição temática de papéis *internos*, ou *Parâmetro (da Ordem) Núcleo-Objeto*, seria responsável pela distribuição dos modificadores do núcleo exigidos pelo Princípio da Projeção; (ii) o parâmetro da direção de atribuição temática de papéis *externos*, ou *Parâmetro (da Ordem) Núcleo-Sujeito*, responsável pela distribuição dos modificadores não exigidos pelo Princípio da Projeção[39]. Em particular, segundo G&L, como todos os elementos não temáticos [i.é, não exigidos pelo Princípio da Projeção] de algum modo selecionados pelo N núcleo são definidos "fora de N'", é possível generalizar o termo "sujeito" a todas essas *funções semânticas externas*.

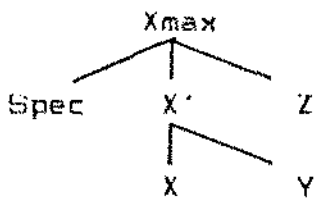
Assim, como (69) sugere, no que se refere aos constituintes do NP a diferença fundamental entre as línguas românicas e germânicas se reduz à marcação do Parâmetro Núcleo-Sujeito: as línguas românicas atribuem papéis externos à *direita* do N núcleo, e as línguas germânicas à *esquerda*. Tomando Y como uma variável para os argumentos internos, Z para as funções semânticas externas, e X para o nú-

---

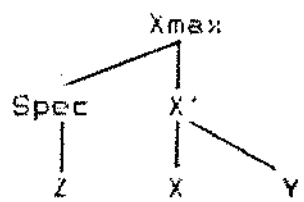
[39]Para as noções de *parâmetro*, *atribuição temática*, *papéis temáticos internos e externos* e modo como tais noções estão associadas aos diferentes níveis hierárquicos de constituintes (i.é, de projeção de um núcleo lexical), ver G&L, pp.156-64; Chomsky (1986a), cap.3, Speas (1986), cap.2. Ver também a seção 2.1 aqui.

cleo lexical, o efeito dos dois parâmetros pode ser representado assim[84]:

(72) a. Línguas Românicas



b. Línguas Germânicas



É dentro deste quadro geral que G&L procuram não apenas explicar as diferenças entre a distribuição dos adjetivos germânicos e românicos, mas também os diferentes padrões distribucionais dos adjetivos nas línguas românicas.

1.2.2 A Distribuição dos Adjetivos Predicativos

G&L caracterizam intuitivamente os *adjetivos predicativos* como "todos aqueles modificadores adjetivais que predicam uma qualidade do N núcleo sem denotar um objeto no mundo e sem funcionar como um argumento do núcleo" (p.169). *Adjetivos referenciais*, ao contrário, podem denotar (uma classe de) objetos e possuir propriedades referenciais análogas a dos NPs; inclusive podem funcionar como argumentos do N núcleo.

Assim, em (73) abaixo elegante é um adjetivo predicativo, segundo G&L, porque "não se refere a uma entidade do mundo, é apenas uma propriedade que pode ser predicada de algo" (p.169). Ao contrário, alemã em (74a) possui as mesmas propriedades referenciais

[84]G&L chamam de *Spec* (do ingl. *specifier*, "especifi-cador") à posição pré-nuclear de qualquer Xmax (i.é, projeção máxima de X). Ver G&L, nota 3, p.161, para mais detalhes.

que o NP os alemães em (74b), i.é, "denota a mesma classe de objetos": ambos o adjetivo e o NP funcionam como um argumento de invasão e ambos violam o Critério Temático em (75)[9]:

(73) o vestido elegante

(74) a. a invasão alemã da Grécia

b. a invasão da Grécia pelos alemães

(75) a. * a nossa invasão alemã da Grécia

b. * a nossa invasão da Grécia pelos alemães

Como se sabe, as línguas românicas e germânicas diferem quanto à distribuição dos adjetivos predicativos: nas línguas românicas eles podem preceder ou seguir o N núcleo, cf. (76), mas nas línguas germânicas eles só podem precedê-lo, cf. (77):

(76) a. uma garota simpática

b. uma simpática garota *t*

(77) a. a nice girl

b. * a *t* girl nice

Para G&L, "esta diferença distribucional pode seguir do Parâmetro Núcleo-Sujeito se considerarmos que APs internos ao NP só podem ser interpretados como funções semânticas externas ... [do que] segue que [em português] o AP é gerado pela base na posição pós-nominal, como em [(76a)]. Em inglês, ao contrário, ele é gerado pré-nominalmente, como em [(77a)]. [Em português] uma estrutura como [(76b)] pode ser facilmente derivada, uma vez que é simples-

[9]Sobre o *Critério Temático*, ver seção 2.1 adiante.

mente uma instanciação de movimento para Spec, um caso nuclear de movimento. Ao contrário, o movimento do adjetivo para uma posição pós-nominal em inglês, sendo um caso de movimento à direita, não é admitido senão sob alguma condição especifica" (p.170)[**]. Esse é o caso, p.ex., de "APs pesados", cf.

(77c) A t girl proud of her behaviour

Este quadro geral, sedutor pela simplicidade, esconde, entretanto, algumas complexidades que, ao fim, se mostram reveladoras. Em primeiro lugar a hipótese de que os adjetivos antepostos se deslocam de sua posição de base à direita para a posição de *Spec* pré nominal coloca alguns problemas teóricos, em particular porque não parece ter as caracteristicas dos demais "movimentos para *Spec*".

Diferentemente dos dois movimentos consensualmente considerados como movimento-para-*Spec* -- movimento de NP para a posição de sujeito, e de *Qu-* para a posição de *Spec* de COMP -- o movimento dos adjetivos: (i) está sujeito a uma condição que impede seu deslocamento se acompanhado de complementos (cf. "[$_{NP}$ o pai de Maria]$_i$ foi encontrado $__{}_i$" vs. * "o [$_{NP}$ orgulhoso de seus filhos]$_i$ pai $__{}_i$"); (ii) admite que mais de um adjetivo seja deslocado para *Spec* em Estrutura-S (cf. * "A quem$_i$ o que$_j$ Maria deu $__{}_j$ $__{}_i$" vs. "um interessante$_i$ novo$_j$ carro $__{}_j$ $__{}_i$"); não o leva para uma "posição de escape" que lhe permita "movimento cíclico" (cf. "Quem$_i$ Paulo disse $__{}_i$ que Maria encontrou $__{}_i$", "Paulo$_i$ parece $__{}_i$ ter sido encontrado $__{}_i$ pela polícia" vs. * "Paulo beijava bonita$_i$ uma $__{}_i$ moça $__{}_i$").

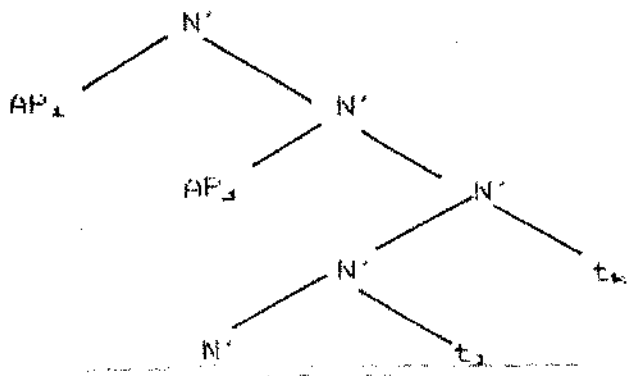
Além disso, uma estrutura como a em (ii) acima oferece um problema adicional se assumimos que vestigios de movimento estão

---

[**]Sobre os casos "nucleares" vs. "não-nucleares" de movimento, ver G&L, p.166-69, e Chomsky (1986b).

sujeitos à Condição da Minimalidade Relativizada de Rizzi (1989)**. Considere a estrutura resultante do movimento de dois adjetivos em (78a) abaixo, com suas duas possibilidades de indexação em (78b):

(78) a.



b. i) i=k e j=l; ii) i=l e j=k.

Se a estrutura em (78a) corresponde à indexação em (78b.i), AP$_j$ é um antecedente potencial de t$_k$ e a estrutura viola a Condição da Minimalidade Relativizada; se (78a) corresponde a (78b.ii) AP$_j$ é um antecedente potencial de t$_i$ e a estrutura viola novamente a Condição; ou seja, em qualquer caso uma configuração como (78a) viola a Minimalidade Relativizada**.

**Segundo Baker e Hale (1990), "intuitivamente, a idéia [de Rizzi] é a de que o elemento mais próximo que é tanto categorial quanto posicionalmente apropriado para ser um antecedente de um vestígio [, i.é, se é um *antecedente potencial* do vestígio,] deve ser o antecedente real deste vestígio. Assim, se Z é um antecedente apropriado de *t* na estrutura abstrata em (i), então a indexação em (i.a) será gramatical, mas a em (i.b) não ..." (p.289):

(i) a. [...X...[...Z$_i$...[...t$_i$...]]]

b. [...X$_i$...[...Z$_k$...[...t$_i$...]]], em que k = i

Para as definições formais, ver Rizzi (1989), Baker e Hale (1990).

**A análise de Boff (1990) também possui esse problema. Estruturas alternativas derivadas por movimento e que *afetassem* as relações de dominância da estrutura de base (p.ex., levando os adjetivos para uma mesma posição sintática), entre outros problemas, enfrentariam

Além desses problemas teóricos, a análise de G&L enfrenta dificuldades empíricas quando se leva em conta os efeitos semânticos associados à dupla possibilidade distribucional dos adjetivos predicativos românicos. Segundo G&L, as duas possibilidades "diferem quanto ao conteúdo de informação que veiculam; ... *a posição pré-nominal possui somente uma interpretação apositiva, enquanto que a posição pós-nominal pode ser restritiva ou apositiva*" (p.170).

Em primeiro lugar, tais observações descritivas merecem reparos, ao menos quando se considera o português. Não creio que seja estritamente adequado dizer que "a posição pós-nominal [dos adjetivos predicativos] possa ser interpretada apositiva ou restritivamente" por duas razões: há evidências que sugerem que (i) a "posição pós-nominal restritiva" e a "apositiva" *são diferentes*, e que (ii) a "posição pós-nominal apositiva" não é *interna* ao NP num sentido preciso.

Tanto quanto minha intuição consegue discriminar, a interpretação apositiva de um adjetivo pós-nominal só é possível diante de recursos entonacionais bastante específicos: uma pausa ou uma mudança entonacional significativa entre o NP e o adjetivo, ambas representadas por vírgulas na escrita e frequentemente consideradas um sintoma de fronteira de constituintes. Na ausência de algum destes "marcadores" parece-me que a interpretação restritiva se torna obrigatória, e, inversamente, a presença deles impede a interpretação restritiva. Além disso, alguns fatos sintáticos apontam para a mesma direção.

Uma seqüência potencialmente infinita de elementos "internos" ao NP (adjetivos e PPs restritivos, PPs complementos) não impedem a adição de um aposto, AP ou não; mas um aposto elimina a possibilidade de expansão de um NP à direita:

---

então o problema ao ter de derivar as restrições de ordem entre os adjetivos antepostos, cf. *um interessante novo carro* vs *?* um novo interessante carro*.

(79) a. [o irmão (comunista (doente(...))) de Paulo de Roma, (que era) *melancólico*], estava cansado de utopias

b. * [o irmão, (que era) *melancólico*, comunista (doente (...))) de Paulo de Roma] estava cansado de utopias[41]

(79) mostra que o aposto marca "a fronteira" do NP à direita: qualquer constituinte que seja "interno" ao NP deve estar antes do aposto. (80) abaixo mostra que o aposto não é um modificador "interno" no mesmo sentido que os modificadores restritivos: pronomes pessoais e nomes próprios (quando não acompanhados de determinantes) não admitem modificadores restritivos, mas admitem apostos:

(80) a. * Paulo/Ele de vermelho/encantador fez sucesso na festa

b. Paulo/Ele, de vermelho/encantador, fez sucesso na festa

Ora, sabe-se que as seqüências *N+modificadores restritivos* comportam-se como um constituinte intermediário entre o N e sua projeção máxima, NP, o que sugere que tais modificadores estão associados às projeções não-máximas de N, *internas* ao NP: é nesse sentido que se pode considerar tais modificadores como *internos ao NP*. Do mesmo modo, sabe-se que pronomes e nomes próprios comportam-se como NPs[42]. Assim, o que (80) sugere é que, ao contrário dos modificadores res-

---

[41] O prof. Ilari nota que (79b) "poderia ser interpretada como gramatical desde que comunista, doente e de Roma fossem tratados como predicativos do sujeito, mediante o verbo de ligação era". E, o que é mais importante, de Paulo *não* pode receber essa interpretação porque é um complemento nominal de irmão e, portanto, *tem de ocupar uma posição interna ao NP*: ver seção 2.1 adiante.

[42] Ver, entre outros, Radford (1981), cap.3; Hornstein e Lightfoot (1981); Abney (1986).

tritivos, os apostos funcionam de algum modo como modificadores *da projeção máxima NP e, portanto, não são internos a ela*[43].

Se as observações que fiz acima estão ao menos no caminho certo, temos boas razões para presumir que, na verdade, *a posição pós-nominal interna ao NP dos adjetivos predicativos é sempre interpretada restritivamente.*

Também merece reparo a observação de G&L de que "a posição pré-nominal dos adjetivos predicativos românicos possuem *somente* uma interpretação apositiva". Como vimos, os adjetivos antepostos ao N de fato possuem uma interpretação cujos efeitos são semelhantes aos associadas à interpretação de apostos[44]. Entretanto, acabamos de ver algumas das razões para ter cautela em atribuir aos adjetivos antepostos uma "interpretação apositiva": enquanto não há dúvida de que, ao menos sintaticamente, tais adjetivos são *internos* ao *NP*, vimos que os apostos não o são. Na ausência de uma teoria sobre a suposta "interpretação apositiva" dos adjetivos antepostos, chamemo-la simplesmente de "não-restritiva".

Além disso, como eu procurei mostrar na seção anterior, as generalizações acerca da posição pré-nominal dos adjetivos não se limitam à distinção entre interpretação restritiva e não-restritiva: além de exigir uma interpretação não-restritiva dos adjetivos, cf. (68b), ela também exige que adjetivos relacionais tomem o N como seu "segundo argumento", cf. (67b).

De fato, essas considerações mais específicas oferecem um quadro adequado para uma outra observação de G&L. Segundo eles, "com *algumas escolhas lexicais* [de adjetivos predicativos] podem às vezes surgir outras diferenças de significado [que não a diferença entre "interpretação apositiva" e "interpretação restritiva"] entre a posição pré- e pós-nominal" (nota 13, p.170). Se (67b) é correta,

---

[43]Para uma análise da modificação não-restritiva, ver Jackendoff (1977).
[44]Ver discussão sobre calvo na seção 1.1.2.3.

podemos predizer, pelo menos em parte, que escolhas lexicais são estas e que outras diferenças de significado emergem: a escolha de adjetivos cuja estrutura de argumentos lhes permite tomar o N como seu "segundo argumento" e os efeitos resultantes desta conexão.

Isso se confirma na análise do exemplo particular de G&L, o NP um alto oficial. Vejamos quais as possíveis fontes dos significados notados por G&L considerando inicialmente algumas das propriedades inferenciais de uma sentença como

(81) *Um oficial alto* conseguiu enterrar a bola na cesta

Em uma de suas interpretações, (81) pode ser parafraseada por (82) abaixo, em que alto é interpretado como um predicado que relaciona um indivíduo à classe de comparação expressa pelo N oficial (nos termos de Borges (1991), alto está sendo "usado sincategorematicamente"):

(82) Um indivíduo que é um oficial e que é alto para um oficial conseguiu enterrar a bola ...

Entretanto, (81) poderia ser, menos naturalmente, parafraseada também por (83), em que alto é o mesmo predicado relacional de (82) (i.é, que toma um indivíduo e uma classe de comparação como argumentos): chamemos a esta interpretação de alto de $alto_1$; mas a classe tomada como argumento não é a expressa por oficial: em (83) ela é interpretada de um modo genérico, talvez análogo ao modo como o N indivíduo denota uma classe (nos termos de Borges, alto está sendo "usado categorematicamente" ou "predicando de modo absoluto"):

(83) Um indivíduo que é um oficial e que é alto para um indivíduo
...

Ora, o padrão mostrado em (81)-(83) já nos é familiar: é análogo ao apresentado, p.ex., por esperto em (18)-(25). Isto sugere que alto$_1$ possui uma estrutura argumental semelhante a de esperto. De fato, outra evidência disso é que, tal como acontece com esperto, a presença de uma classe de comparação explicitamente expressa por um PP impede que alto$_1$ tome a classe denotada pelo N como sua classe de comparação: das sentenças em (84) pode-se inferir as em (85), mas não as em (86):

(84) a. Um jovem esperto para um estudante esteve aqui

b. Um oficial alto para um tenente esteve aqui

(85) a. Um indivíduo que é um jovem e que é esperto para um estudante esteve aqui

b. Um indivíduo que é um oficial e que é alto para um tenente esteve aqui

(86) a. Um indivíduo que é um jovem e que é esperto para um jovem esteve aqui

b. Um indivíduo que é um oficial e que é alto para um oficial esteve aqui

Se alto$_1$ possui uma estrutura argumental semelhante à de esperto, é de se esperar que, quando anteposto, além da interpretação não-restritiva ele também exija que sua classe de comparação seja a expressa pelo N. Embora alto$_1$ não seja muito natural anteposto ao N, parece-me que (87) confirma esta expectativa, se ignorarmos o caráter acentuadamente marcado da construção: (87) poderia ser

parafraseada, talvez grosseiramente, por (88a), mas parece-me difícil que o fosse por (88b):

(87) Uma alta mesa impedia que os bebés alcançassem os bombons

(88) a. Uma mesa, que era alta para uma mesa, impedia que os bebés roubassem os bombons

b. Uma mesa, que era alta para um objeto/um móvel, impedia que os bebés roubassem os bombons

O que (81)-(88) mostram, apesar da instabilidade das intuições derivada da fina rede de idiossincrasias lexicais envolvida, é que alto, interpretado como $alto_{\lambda}$, confirma a generalização (67b).

Entretanto, G&L notam que alto, quando anteposto, dá origem a outro "significado" que "está ausente" na ordem N-A: (89a), mas não (89b), pode ser parafraseada por (90):

(89) a. Um alto oficial esteve aqui

b. Um oficial alto esteve aqui

(90) Um oficial alto na hierarquia militar esteve aqui (i.é, um coronel, um general, etc., esteve aqui)

Chamemos ao "significado" de alto em (89a)-(90) de $alto_{\sim}$. A questão é: também $alto_{\sim}$ é um caso da generalização (67b)? Creio que sim e que (90) sugere a solução do problema.

Suponha que pudéssemos adequadamente expressar o significado de alto em (90), i.é, $alto_{\sim}$, dizendo que é um predicado que relaciona (a posição ocupada por) um indivíduo à hierarquia expressa pelo PP. Ora, poderíamos explicar a possibilidade de parafrasear (89a) por (90) (e vice-versa) se $alto_{\sim}$ em (89a) relaciona um indi-

víduo à hierarquia de algum modo expressa pelo N oficial. Uma evidência disso é que Ns que não são usualmente associados a alguma hierarquia não admitem que alto anteposto tenha a interpretação alto$_{\sim}$**:

(91) ?? Um alto homem esteve aqui

Outra evidência disso é a de que a presença de um PP expressando tal hierarquia ou modificando o N de tal modo que ele passe a expressar uma hierarquia torna a sentença perfeita**, cf.

(92) a. Um alto homem na hierarquia da KGB foi pego

b. Um alto homem do governo foi pego

E mais: a presença de um PP expressando abertamente a hierarquia impede que alto$_{\sim}$ tome a hierarquia associada ao N como seu "segundo argumento": (93a) pode ser parafraseada por (94a), mas não por (94b); ao contrário, (93b) pode ser parafraseada por (94b), mas não por (94a):

(93) a. Um funcionário público alto na hierarquia daquele posto de saúde resolveu tirar férias

b. Um alto funcionário público resolveu ...

(94) a. Um indivíduo que é funcionário público e é alto na hierarquia daquele posto de saúde resolveu ...

**Ver exemplos (57)-(61) para um fenômenos semelhante com competente.

**Quanto às manifestações do que chamo aqui de "segundo argumento", ver seção 2.2.3..

b. Um indivíduo que é funcionário público e é alto na hierarquia do serviço público resolveu ...

Este conjunto de propriedades sintático-semânticas associado a alto$_2$ colocam questões intrigantes: (i) de que forma está associado ao conjunto de propriedades apresentado por alto$_1$? (ii) por que alto posposto não toma a hierarquia associada ao N como argumento, i.é, por que alto$_2$ não se manifesta em alto posposto na ausência de um PP que expresse a hierarquia?

Entretanto, quaisquer que sejam as respostas dessas perguntas, uma coisa é certa: alto, também quando interpretado como alto$_2$, confirma a generalização (6/b). De novo concluimos que, *qualquer que seja o "sentido especial"*[67] *associado à interpretação de um adjetivo, se esse sentido possui algum reflexo sintático, então ele é de alguma maneira codificado na estrutura argumental do adjetivo e suas conseqüências sintático-semânticas são preditíveis*[68].

Voltando agora ao nosso ponto de partida: que problemas colocam tais conclusões à análise da distribuição dos adjetivos predicativos como uma conseqüência do Parâmetro Sujeito-Núcleo? Creio que o problema fundamental é o seguinte: embora a análise de G&L pudesse explicar as diferenças *distribucionais* entre os adjetivos predicativos românicos e os germânicos, *ela não explica o conjunto*

---

[67] É o termo que G&L usam para se referir a alto$_2$: ver nota 13, p.170. A análise de alto parece valer para a classe de adjetivos aos quais Borges chamou de "problemáticos", cf. Borges (1991), pp. ...: grande, pesado, largo, etc. Ver adiante ...

[68] Segundo o Prof. Ilari, o conjunto de fatos que eu apresentei levam à mesma conclusão a que chegou Bierwisch (1973): "alto$_1$ e alto$_2$ são, ambos, adjetivos comparativos; sua diferença não consiste em exigir/dispensar um termo de comparação, mas em características de distribuição e construção sintática do segundo termo". Embora eu concorde com a primeira parte da observação, eu tenho dúvidas quanto à segunda: embora alto$_1$ e alto$_2$ sejam obviamente "conceitos" associados (e possivelmente constituam uma única entrada lexical), parece-me que há *uma diferença de significado* envolvida: alto$_1$ implica que o objeto a que se aplica possui *altura*; alto$_2$ não.

de correlações entre distribuição e interpretação dos adjetivos predicativos românicos expressas pelas generalizações (67)-(68).

É mais: essas correlações colocam novos problemas teóricos à hipótese do movimento dos adjetivos para a posição pré-nominal. Até onde se conhece os efeitos semânticos associados às modificações estruturais causadas por movimento para *Spec*, não há razões para atribuir a tais modificações os efeitos que se nota no caso dos adjetivos.

Como é largamente presumido, o movimento para a posição de *Spec* em geral pode ter efeito para as relações de *escopo* da sentença, mas de modo algum pode afetar as *relações temáticas* dela, que são projetadas a partir do léxico em Estrutura-P; movimento mapeia a Estrutura-P em Estrutura-S. Mas a generalização (67b) parece fazer referência justamente a efeitos sobre as relações temáticas da sentença: ela se refere a atribuição de papéis semânticos do adjetivo. Deste modo, uma análise dessa generalização por meio de uma regra de movimento é, em princípio, suspeita e requer qualificações adicionais para que se torne plausível. Como veremos na próxima seção, essa objeção permanece de pé mesmo diante de uma outra alternativa oferecida por G&L para explicar as correlações expressas por (67b).

O problema central posto pela distribuição dos adjetivos, incluindo a dos predicativos, então, é o seguinte: *qual(is) a(s) diferença(s) entre a estrutura caracterizada pela posição pós-nominal e a caracterizada pela posição pré-nominal e como tal(is) diferença(s) dá(ão) origem aos efeitos semânticos observados?* Uma teoria que responda a este problema, o resto sendo igual[49], é certamente mais adequada que uma teoria que responda apenas ao problema da distribuição dos adjetivos.

---

[49] I.é, se a teoria cobrir o conjunto de fatos coberto por sua rival e for "tão explanatória quanto" ela.

1.2.2 A Distribuição dos Adjetivos Referenciais

Tal como acontece em relação à distribuição dos adjetivos predicativos, as línguas românicas e germânicas também diferem quanto à distribuição dos adjetivos referenciais: nas línguas românicas, eles só ocorrem à direita do N núcleo, e nas línguas germânicas somente à esquerda, cf. o contraste entre (95) e (96):

(95) a. a invasão italiana da Albânia

b. * a italiana invasão da Albânia

(96) a. * the invasion Italian of Albany

b. the Italian invasion of Albany

G&L procuram explicar o contraste entre (95) e (96) adotando a análise de Kayne (1981) do paradigma em (97) abaixo, em conjunção com o Parâmetro Sujeito-Núcleo. (97) mostra que um adjetivo referencial pode expressar um papel semântico do N, mas, diferentemente dos NPs genitivos correspondentes, *nunca pode expressar um papel semântico interno*[70]:

(97) a. the Italian invasion of Albany

b. * the Albanian invasion by Italy

c. Italy's invasion of Albany

d. Albany's invasion by Italy

[70] G&L discutem alguns contra-exemplos aparentes na nota 17, p.173. Um contra-exemplo potencial é o do N derrota, cf. (37)-(39).

Para Kayne, a explicação de (97) é análoga à explicação de (98) abaixo: em (98) vê-se que NPs genitivos, mas não adjetivos referenciais, podem funcionar como antecedentes de um anafórico lexical. Em (97), para poder ser interpretado como argumento de invasion, o adjetivo referencial teria de ligar uma CV na posição de argumento interno de invasion. Entretanto, esta CV seria um *vestígio de NP*[71], i.é, um anafórico; como adjetivos referenciais não podem funcionar como antecedentes, (97b) é excluída pelas mesmas razões que (98a).

(98) a. * the Albanian destruction of itself/themselves

b. Albania's destruction of itself

c. the Albanians' destruction of themselves

G&L extendem a explicação de Kayne ao paradigma românico análogo em (99). Para isso, G&L assumem que APs originados sob N' devem ser movidos até Nmax[72]. Assim, mesmo nas línguas românicas os adjetivos referenciais não podem funcionar como argumentos diretos porque teriam de ligar um vestígio de NP:

(99) a. a invasão italiana da Albânia

b. * a invasão *t* albanesa por parte da Itália

c. A sua invasão da Albânia

d. A sua invasão *t* por parte da Itália

---

[71]Seria um NP porque, sendo um argumento interno, está sujeita ao Princípio da Projeção, e a "realização estrutural canônica" do argumento interno de invasion é NP; seria anafórica porque não há um operador em posição não-A para ligá-la: ver G&L, p.175.

[72]G&L atribuem a necessidade deste movimento à exigência de que APs recebam e realizem Concordância, cf. p.176, especialmente nota 19.

Segundo G&L, essa explicação da distribuição dos adjetivos referenciais, em conjunto com o Parâmetro Núcleo-Sujeito, dá conta do contraste entre as línguas românicas e as línguas germânicas exemplificado em (95)-(96). Uma vez que o Parâmetro Núcleo-Sujeito é marcado para a direita em românico, a posição de base de um adjetivo referencial românico é à direita; sendo movido para a esquerda, ele deveria então ligar o vestígio pós-nominal para poder ser interpretado. Mas, como o adjetivo não pode ser um antecedente de um anafórico, esta ligação não é possível e (95b) é excluída. Um raciocínio análogo, *mutatis mutandis*, vale para (96a).

Crucialmente, G&L sustentam que essa explicação da distribuição dos adjetivos referenciais românicos explica automaticamente no que ela difere da distribuição dos adjetivos predicativos; os adjetivos predicativos podem mover-se para a posição pré-nominal porque "não têm de ligar um vestígio em posição de argumento, mas um vestígio verdadeiramente adjetival".

Admitamos por um momento que esta explicação da distribuição dos adjetivos seja correta. A pergunta imediata, de novo, é: o que tem ela a ver com os efeitos semânticos associados às posições pré- e pós-nominais, i. é, as generalizações em (67) e (68) abaixo repetidas?

(67) a. Adjetivos (referenciais), quando pospostos, podem funcionar como argumentos do N, mas não quando antepostos;

b. Adjetivos relacionais, quando antepostos, exigem que o N denote seu segundo argumento, mas quando pospostos isso nem sempre ocorre;

(68) a. Adjetivos pospostos ao N são interpretados restritivamente;

b. Adjetivos antepostos ao N são interpretados não restritivamente;

c. "ACs" (incluindo os referenciais) são normalmente pospostos e, quando antepostos, em geral se tornam "núcleos" do NP.

Chomsky e N.Vincent sugeriram a G&L que tentassem reduzir as generalizações expressas em (67a) e (68a,b) aos efeitos do Parâmetro Núcleo-Sujeito, diante do fato de que a interpretação restritiva e os adjetivos referenciais possuem a mesma distribuição tanto em germânico quanto em românico[73].

O caminho, apenas apontado por G&L[74], para implementar essa idéia é o seguinte: "poder-se-ia propor que a leitura restritiva é *quase-referencial*, no sentido de denotar o conjunto de todos os elementos a partir dos quais aquele denotado pelo N núcleo é tomado. Assim, um cavalo branco , na interpretação restritiva, seria entendido essencialmente como um cavalo do conjunto dos cavalos brancos. O AP restritivo seria, então, *uma expressão referencial mantendo uma relação não-temática com o núcleo, muito provavelmente uma função externa no sentido relevante para o Parâmetro Núcleo-Sujeito*" (nota 21, p.180).

Como G&L reconhecem, essa idéia precisaria de mais investigação para ser sustentada. Há um número não pequeno de problemas de implementação que surgem imediatamente. Em primeiro lugar, lembre-se dos problemas associados ao recurso do movimento nestes casos, problemas que permanecem intocados. Em segundo lugar, o que é uma expressão "quase-referencial"? "Um calvo pianista", apesar da interpretação não-restritiva do adjetivo anteposto, também se refere a um pianista do conjunto dos pianistas calvos e, portanto, também é *quase-referencial*. O que acontece aqui é que se está transferindo

---

[73]Ver G&L, nota 21, p.180.
[74]Ver referência da nota anterior.

o ônus de formular a estrutura precisa associada à interpretação restritiva para a formulação de uma estrutura precisa associada a "interpretação quase-referencial".

Mas creio que os mais graves seriam os de natureza empírica: como dar conta, dentro deste quadro, das generalizações (67b) e (68c)? Em suma: nesse nível de formulação da teoria é impossível ver como ela poderia abranger o conjunto de propriedades que, como procurei mostrar, caracterizam a modificação adjetival do português. Uma resposta mais satisfatória para o conjunto das correlações entre interpretação e distribuição dos adjetivos segue se procurarmos equacionar a distinção interpretação restritiva-interpretação não-restritiva com uma outra generalização que emerge da análise de G&L.

G&L procuram descrever os contrastes de distribuição a partir dos *parâmetros de direcionalidade de atribuição de papel semântico* de um núcleo lexical. Em particular, procuraram mostrar que a distribuição dos adjetivos poderia ser uma conseqüência do Parâmetro Sujeito-Núcleo, que se refere à atribuição de papéis semânticos *do núcleo*, supostamente o N no caso da modificação adjetival. A generalização (67a) confirma esta idéia, mas a generalização (67b) mostra que *não é apenas a atribuição de papéis semânticos do N que está em jogo: a atribuição de papéis semânticos do adjetivo também é relevante* para as propriedades da modificação adjetival.

O mais interessante é que ambas as atribuições são obrigatórias só quando o atribuidor está à esquerda, e o recebedor à direita. Isso sugere que, *seja lá de quem for os papéis semânticos a serem atribuídos, eles devem ser atribuídos à direita*. A questão fundamental, então, é: *é possível reduzir a distinção entre interpretação restritiva e não-restritiva a um efeito da direcionalidade da atribuição de papéis semânticos?* Eu espero, no próximo capítulo, mostrar que sim.

1.3. Resumo

Como vimos, o problema teórico mais geral posto pelas correlações entre a distribuição e interpretação dos adjetivos dentro do NP português pode ser expresso por

(100) *Qual(is) a(s) diferença(s) entre a estrutura caracterizada pela posição pós-nominal e a caracterizada pela posiçao pré-nominal e como tal(is) diferença(s) dá(ão) origem aos efeitos semânticos observados?*

Vimos na seção 2.1 que algumas das principais conclusões factuais acerca de tais correlações poderiam ser descritas por referência às estruturas de argumentos de Ns e As:

(67) a. Adjetivos (referenciais), quando pospostos, podem funcionar como argumentos do N, mas não quando antepostos;

b. Adjetivos relacionais, quando antepostos, exigem que o N denote seu segundo argumento, mas quando pospostos isso nem sempre ocorre;

Na seção 2.2 vimos que tais generalizações poderiam ser reinterpretadas como (101), sugerindo a generalização mais ampla em (102):

(101)a. A anteposição de um adjetivo relacional exige a atribuição de seu segundo papel semântico ao N à direita;

b. A posposição do adjetivo referencial permite a atribuição de papéis semânticos do N a ele;

(102) A atribuição de papéis semânticos entre As e Ns dentro do NP do português é dirigida para a direita.

Por outro lado, vimos também nas seções 2.1 e 2.2 que existe uma outra distinção semântica associada à distribuição dos adjetivos, a distinção entre interpretação restritiva e não-restritiva. Entretanto, na ausência de sugestões mais explícitas acerca de como tal distinção resulta, não foi possível caracterizar as generalizações em (68), associadas a esta distinção, por meio das estruturas de argumentos em jogo:

(68) a. Adjetivos pospostos ao N são interpretados restritivamente;

b. Adjetivos antepostos ao N são interpretados não restritivamente;

c. "ACs" (incluindo os referenciais) são normalmente pospostos e, quando antepostos, em geral se tornam "núcleos" do NP.

Dada a evidente relação de (68) com (67) e (101), a distinção interpretação restritiva-interpretação não-restritiva levanta dois tipos de questões, possivelmente relacionadas:

(103)a. Existe alguma conexão entre a atribuição de papéis semânticos de um adjetivo relacional ao N e a interpretação não-restritiva?

b. Existe alguma conexão entre a atribuição de papéis semânticos do N a um adjetivo referencial e a interpretação restritiva?

(104) Existe alguma conexão entre a direção de atribuição de papéis semânticos e a distinção interpretaçao restritiva-interpretação não-restritiva?

Creio que a discussão e as evidências que levantei no presente capítulo por si só são suficientes para sugerir um caminho para a resposta de (100):

(105) A estrutura que surge na modificação adjetival é uma expressão das relações entre a estrutura de argumentos do adjetivo e a do N modificado, e os efeitos semânticos da estrutura que surge derivam do modo como cada uma destas estruturas de argumentos está sendo saturada.

Neste capítulo, eu apresentei bastante informalmente exemplos de estruturas de argumentos de adjetivos e nomes, e de seus modos de saturação. No próximo capítulo, eu apresentarei uma teoria mais articulada desses construtos e de sua interação com os "parâmetros de direcionalidade" responsáveis pela ordem linear dos constituintes. Tentarei mostrar que uma teoria baseada nessas noções é capaz de deduzir todas as propriedades aqui apresentadas da modificação adjetival do português.

CAPÍTULO DOIS

A ESTRUTURA DA MODIFICAÇÃO ADJETIVAL DO PORTUGUÊS

2.0 Introdução

No capítulo anterior vimos que, formulado em termos gerais, o problema teórico posto pelas correlações entre distribuição e interpretação dos adjetivos dentro do NP em português pode ser expresso como ((100) do capítulo anterior):

(1) Qual(is) a(s) diferença(s) entre a estrutura caracterizada pela posição pós-nominal e a caracterizada pela posição pré-nominal dos adjetivos, e como tal(is) diferença(s) dá(ão) origem aos efeitos semânticos observados?

Vimos também que toda a discussão daquele capítulo sugere que a resposta ao problema expresso por (1) deve ser dada por uma teoria em que (cf. (105) do capítulo anterior)

(2) A estrutura que surge na modificação adjetival é uma expressão das relações entre a estrutura argumental do adjetivo e a estrutura argumental do N modificado, e os efeitos semânticos

dessa estrutura derivam do modo como cada uma destas estruturas argumentais está sendo saturada.

O objetivo do presente capítulo é, em primeiro lugar, apresentar uma tal teoria, e, em segundo lugar, mostrar como ela explica a estrutura da modificação adjetival do português, i.é, como é possível derivar dela as principais generalizações de cunho factual do capítulo 1, a saber, (3) e (4) ((67) e (68), respectivamente, do capítulo anterior):

(3) a. Adjetivos referenciais, quando pospostos, podem funcionar como argumentos do N, mas não quando antepostos;

b. Adjetivos relacionais, quando antepostos, exigem que o N denote seu segundo argumento, mas quando pospostos isso nem sempre ocorre.

(4) a. Adjetivos pospostos ao N são interpretados restritivamente;

b. Adjetivos antepostos ao N são interpretados não-restritivamente;

c. ACs são normalmente pospostos e, quando antepostos, em geral se tornam "núcleos" do NP.

A teoria que apresentarei na seção 2.1 do presente capítulo é, essencialmente, a teoria da representação lexical e da interpretação da estruturas sintáticas formulada por James Higginbotham (1985, 1989), tal como subsumida pela teoria da projeção lexical de Margaret Speas (1986). O que há de crucial nestas teorias é que elas expressam justamente aquele tipo de informação requerido para dar conta das generalizações factuais em (3) e (4); mais especificamente, em conjunto elas constituem uma formulação

específica da idéia geral contida em (2): uma teoria léxico projetiva das representações lingüísticas.

Com base nessa teoria, eu apresentarei, ainda na seção 2.1, uma ligeira reformulação dos chamados "parâmetros de direcionalidade de atribuição temática (ver seções 1.2 do capítulo 1, e 2.1.3 do presente), que, em conjunção com a teoria de Higginbotham/Speas, é capaz de derivar as generalizações em (3)-(4).

Finalmente, a seção 2.2 enfrentará diretamente a questão em (1), tal como colocada pelas generalizações em (3)-(4): como veremos, a análise cuidadosa do comportamento de As que exemplificam estas generalizações confirma as predições feitas pela teoria apresentada na seção 2.1., mostrando que ela é uma formulação plausível de (2).

2.1 *Background* Teórico

2.1.1 A Teoria da Interpretação das Estruturas Sintáticas de Higginbotham (1985)

Desde o início da década de 80, James Higginbotham publicou vários trabalhos nos quais tem procurado fornecer *princípios de interpretação semântica*[1] aos mecanismos gramaticais desenvolvidos na chamada de Teoria Padrão Estendida da gramática gerativa (TPE). O artigo de 1985, intitulado "On Semantics", tem um papel central neste programa: nele, Higginbotham ofereceu uma primeira versão de sua teoria da "semântica lexical" acoplada ao modelo de Princípios e Parâmetros da TPE[2].

Como nos demais modelos da TPE, no modelo de Princípios e Parâmetros uma expressão E de uma língua L é *gramatical* se e somente se possui a ela associada uma estrutura (P,S,F,L) tal que (i) P, S, F e L são representações de E licenciadas pela gramática de L nos níveis de representação da Estrutura-P (EP), Estrutura-S (ES), Forma Fonética (FF) e Forma Lógica (FL), respectivamente, e (ii)

---

[1]Seguindo Hornstein (1984), uso o termo *interpretação semântica* no sentido estrito de "interpretação por meio de noções *semânticas*" como *referência*, *verdade*, etc. De fato, Higginbotham adota a posição davidsoniana de que a teoria da interpretação das línguas naturais deve ser uma *teoria da referência*: ver Higginbotham (1985), (1989a,b).

[2]Para uma apresentação e discussão autorizada de termos como *Gramática Universal (GU)*, *Gramática Gerativa*, *Teoria Padrão Estendida*, *Modelo (ou Abordagem) de Princípios-e-Parâmetros*, *Teoria da Regência e Ligação*, ver Chomsky (1986a, 1988).

existe um mapeamento entre P, S, F e L licenciado pela gramática de L[3].

Dessas representações, L (i.é, a representação de E em FL) é a que se supõe que codifica toda a informação gramatical relevante para a interpretação da expressão E. Assumindo esta suposição, Higginbotham sugere que as propriedades interpretativas mais óbvias de uma expressão E, como aquelas expressas por dados da forma em (5a) e (6a) (p.ex., dados como (7a) e (7b), respectivamente), sejam deduzidas (como teoremas da teoria semântica) das propriedades da representação de E em FL, i.é, L, cf. (5b)-(6b):

(5) a. E pode significar *m*

b. Existe uma representação L em FL para E tal que L significa *m*.

(6) a. E não pode significar *m*

b. Toda a derivação que atribui uma representação L em FL para E tal que L significa *m* é agramatical

(7) a. John saw Mary significa que John viu Mary

b. John saw Mary não pode significar que Mary viu John

Um caso especial de (5a)-(6a) é aquele em que E é uma sentença S de L, como nos exemplos em (7): o que (5b)-(6b) dizem é que as propriedades interpretativas de uma sentença de L expressas por (5a)-(6a), i.é, *suas condições de verdade*, devem ser deduzidas

---

[3]Termos como *licenciado* e *licenciamento* expressam a mudança conceitual envolvida no desenvolvimento do Modelo de Princípios-e-Parâmetros da TPE: as estruturas não são mais "geradas por um sistema de regras", mas "licenciadas, permitidas por um conjunto de princípios", universais e/ou parametrizados: ver nota anterior.

(pela teoria semântica) das propriedades de sua representação em FL, L, *uma representação sintática* de S.

Em TPE, toda a *representação sintática* de uma expressão é definida como um *marcador sintagmático* M -- uma estrutura abstrata de pontos ou *nós* rotulados em que os nós terminais são elementos básicos e em que as relações configuracionais (de dominância e/ou de linearidade (i.e, de ordem linear), etc.) são as relações lingüísticas relevantes*. Cada nó *n* em M *determina* um *submarcador sintagmático* N de M cujos constituintes são exatamente aqueles pontos de M que são dominados por *n* (inclusive *n* mesmo).

Para Higginbotham, "*os objetos [lingüísticos] que possuem valores [semânticos] são os nós em um marcador sintagmático*" (p.553), mais especificamente nós de L, a representação da expressão E em FL. Uma vez que os nós *determinam* (sub)marcadores sintagmáticos, a atribuição de um valor semântico a um nó *n determina* o valor semântico do *submarcador sintagmático* N determinado por *n*. Desse modo, Higginbotham fornece uma interpretação à representação L de E em FL (um marcador sintagmático) por meio da interpretação dos nós que determinam L.

---

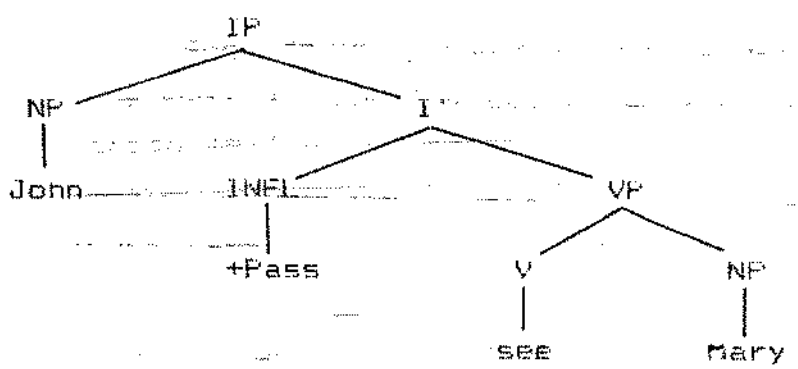
*Há, no Modelo de Princípios-e-Parâmetros da TPE, essencialmente dois tipos de marcadores sintagmáticos: (i) aqueles que são "projetados" a partir das propriedades de subcategorização dos itens lexicais e que se conformam às condições impostas por alguma versão da teoria X-barra -- as representações em Estrutura-P; (ii) os marcadores mapeados a partir de outro marcador por meio do princípio geral "Afete X" -- representações em Estrutura-S, mapeadas a partir de uma representação em Estrutura-P, e em FL, mapeadas a partir uma representação em Estrutura-S. Assim como a "projeção" da Estrutura-P está sujeita às condições X-barra, a operação de "Afete X" também é restringida: (i) pela natureza da representação *input* R_i, já que X deve ser uma uma "categoria visível" em R_i; (ii) pela natureza da representação *output* R_o, já que o resultado da operação não pode violar nenhum princípio válido para R_o. Sobre "Afete X", ver Lasnik & Saito (1984), Chomsky (1988); sobre a projeção lexical e a teoria X-barra, ver Stowell (1981) e Speas (1986) e a seção 2.1.2 aqui.

O predicado primitivo da teoria semântica de Higginbotham é o predicado $v(x,n)$[8], lido como "x é um valor semântico do no n", e os valores semânticos atribuídos aos nós são "os de tipo usual: o valor semântico de termos singulares são coisas, de expressões predicativas são as varias coisas que denotam", de sentenças, valores de verdade[9]. Assim, dada a sentença

(8) John saw Mary,

é necessário, de um lado, que a teoria gramatical diga que ela é bem-formada, e de outro lado que a teoria semântica diga que é verdadeira se e somente se John viu Mary. Assumindo que o resultado da teoria gramatical é uma estrutura (P,S,F,L) bem-formada e que L, i.é, a representação de (8) em FL, é o marcador sintagmático em (9), resta mostrar como a teoria semântica interpreta (9):

(9)



[8]De fato, o predicado primitivo de Higginbotham é $v(x,n,m,C,f)$, lido "x é um valor do marcador determinado pelo nó n, considerado como um submarcador do marcador determinado pelo nó m, no contexto C e sob a atribuição (de valores a elementos anafóricos) f". Entretanto, como Higginbotham, podemos ignorar os parâmetros representados por m, C e f, que não são relevantes à discussão que segue: ver p.554.

[9]Segundo Higginbotham, tais valores *não* são "entidades em um modelo", cf. pp.556-7. Cf. também nota 1 deste capítulo.

Alguns nós de (9), os terminais, são entradas lexicais; outros, categorias sintáticas; logo, a teoria semântica deve ser capaz de atribuir valores a entradas lexicais e a categorias sintáticas; em especial, ela deve ser capaz de atribuir valores às categorias sintáticas *de acordo com os valores de seus constituintes imediatos*. Como? Higginbotham propõe que, assim como a estrutura sintática resulta da "projeção sintática" das entradas lexicais, o valor semântico de uma categoria resulta da "projeção" dos valores semânticos dos constituintes que a compõem. Esta "projeção de valores semânticos" é, fundamentalmente, uma interpretação das estruturas resultantes da satisfação das exigências semântico-sintáticas das expressões predicativas, exigências essas codificadas nas *redes temáticas destas expressões*[7].

2.1.1.1 Redes Temáticas e a Projeção de Valores Semânticos

Segundo Higginbotham, "cada palavra que atribui papéis temáticos para argumentos possui associada a ela, como parte de sua entrada lexical, a informação apropriada sobre o número e a natureza destes argumentos" (p.55)[8]. Esta informação, para Higginbotham, é codificada na *rede temática* do item lexical, uma das representações

---

[7]A noção de *rede temática* (ing. "thematic grid") foi introduzida por Stowell (1981), p.34: a rede temática de um item lexical funcional (um *nome-de-função*, nos termos de Stowell; ing. "function-name") é "uma representação explícita de todos os papéis temáticos que [esse item] atribui a seus complementos". Ver também nota seguinte.

[8]Grosseiramente falando, usualmente considera-se que *papéis temáticos* são propriedades de significado, às quais se costuma fazer referência por meio de noções como *agente*, *tema*, que um item lexical atribui a seus complementos; *argumentos* são justamente os elementos que recebem tais papéis, i.é, os complementos. No sentido que Higginbotham parece usar o termo, podemos chamar de *papel temático* todo e qualquer tipo de dependência de significado exigida por um item lexical a fim de poder ser adequadamente interpretado. Para uma discussão, sob diferentes pontos de vista, ver Levin & Rappaport (1988) e Dowty (1991).

que compõem sua entrada lexical*: em (10) abaixo, a rede temática de see é expressa pelo conjunto de caracteres encerrado entre colchetes angulares:

(10) see [V] <1,2,E>

Entretanto, não é somente "o numero e a natureza" dos argumentos de see que a rede temática em (10) representa. Considere a descrição de Higginbotham das propriedades desta rede: "*A posição 1 é a posição temática que será preenchida por* John, e 2 a posição preenchida por Mary. [A representação da] informação específica acerca dos papéis temáticos associados a estas posições é necessária, para assegurar, p.ex., que a posição de sujeito [,a posição temática representada por 1 em (10),] seja preenchida pelo [NP-]agente John, e não pelo [NP-tema] Mary: devemos explicar que [(10)] não pode significar que Mary viu John. A posição E corresponde ao lugar-de-argumento "oculto" para eventos, originalmente sugerido por Donald Davidson em (1966)" (p.555).

Tentemos tornar mais explícitas as informações que Higginbotham parece estar atribuindo às redes temáticas nesta descrição. Considere, p.ex., a afirmativa de que "a posição 1 é a *posição temática* que, em última análise, será preenchida [pelo NP] John [em (9)]". Uma *posição temática* é uma posição em FL -- i.é, uma *posição*

---

*A entrada de um item lexical é usualmente concebida como uma representação de todas as suas propriedades idiossincráticas, não preditíveis: forma fonético-fonológica, categoria (lexical) morfo-sintática e significado (do qual pode ser deduzida sua rede temática e, portanto, sua estrutura de complementação: ver Higginbotham (1989), Stowell (1981) e Chomsky (1986a)). Em (10), a forma fonético-fonológica do item é representada por sua grafia sublinhada, e sua categoria lexical é representada pela abreviatura entre colchetes (categorias lexicais são definidas como conjuntos de traços lexicais: ve seção 2.2.1): i.é, [V] é uma abreviatura de [+V, -N]. As propriedades de significado relevantes para a discussão são representadas pelas redes temáticas e suas anotações: ver logo adiante.

sintática em L, uma representação em FL[10] -- *marcada por um papel temático*[11]. Mais especificamente, a posição *sintática* a ser preenchida por John é a posição de *sujeito*, que é *marcada pelo papel temático de agente*.

Assim, se tomamos a posição 1 em (10) como um caso paradigmático do que se representa por meio de uma posição em uma rede temática, podemos dizer que: (i) cada posição em uma rede temática é uma representação lexical de uma *posição sintática*; (ii) esta posição sintática está de algum modo associada, na entrada lexical, a um *papel temático*[12]; (iii) a projeção sintática apropriada de uma posição em uma rede temática define as condições em que o papel temático a ela associado tem de ser atribuído a um constituinte.

A fim de tornar uniforme a representação do conteúdo associado a cada posição em uma rede temática, cf. (i)-(ii) acima, eu adotarei a seguinte notação: toda a posição sintática representada em uma rede temática será expressa por um número, e o papel temático a ela associado será expresso por uma anotação específica como em (10'), minha versão de (10):

(10') see [V] <1,2,3> Agente(1), Tema(2), Evento(3)

Agora, a teoria semântica deve atribuir à entrada em (10'), um dos nós do marcador (9), um valor semântico. "Como as demais expressões predicativas, ... a entrada lexical em [(10')] é ver-

---

[10]E, pelo Princípio da Projeção, uma posição sintática presente nos demais níveis de representação sintática: ver adiante.
[11]Ver Chomsky (1981), p.35 e ss.
[12]Eis por que uma rede temática é também uma representação lexical do "número e da natureza", i.é, da *estrutura de argumentos* de uma expressão predicativa: toda a posição em uma rede temática está associada a um papel temático e, portanto, representa um argumento da expressão predicativa; cada papel temático é uma "propriedade semântica" da expressão predicativa que diz que tipo de argumento pode satisfazer a posição sintática a ele associada.

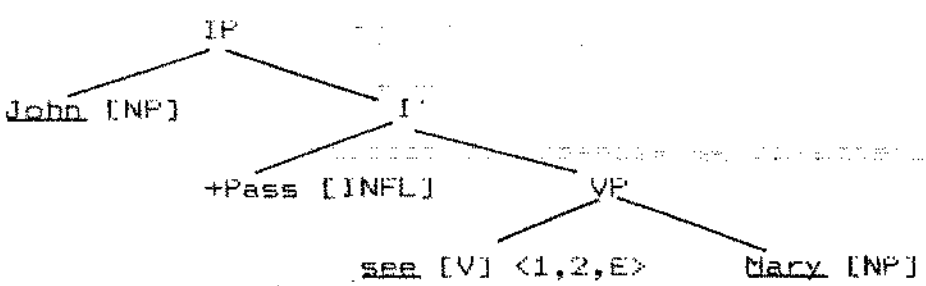
dadeira de algumas coisas e falsa de outras. Os *valores* de um predicado Q, as coisas *x* tais que v(*x*,Q), são aquelas das quais ele é verdadeiro. Os valores de [(10')] são ao mesmo tempo os valores do nó *n* do marcador sintagmático [(9)] que porta [(10')] como seu rótulo: eles são aquelas triplas ordenadas <*a*,*b*,*e*> tais que *e* é um evento de *a* ver *b* " (p.555). I.é, sendo *s* uma variável cuja extensão são as seqüências finitas de coisas, (11a) e, em última análise, (11b) abaixo estabelecem os valores de *n*:

(11) a. v(*s*,[see [V] <1,2,E>]) sse ExEyEe [*s* = <x,y,e> & ver(x,y,e)]

b. v(<x,y,e>,[see [V] <1,2,E>]) sse ver(x,y,e)

Como o valor semântico de (o nó rotulado por) (10') é projetado para os nós que o dominam? O nó imediatamente dominando (10') é (aquele rotulado pel') a categoria sintática *V* em (9). Segundo Higginbotham, este e os demais nós rotulados por categorias sintáticas que dominam imediatamente uma entrada lexical são redundantes, já que as entradas lexicais já contêm a informação sobre a categoria sintática do item lexical (p.555). Por isso, tais nos podem ser eliminados do marcador sintagmático em (9), resultando assim o marcador em (12):

(12)



Então, o primeiro nó a ser considerado é o VP em (12). O valor semântico desse VP deve ser o resultado da "projeção" dos valores semânticos de seus constituintes imediatos, os nós rotulados por see e Mary, cujos valores são dados por (11) e (13), respectivamente:

(13) v(*x*,[Mary [NP]]) sse *x* = Mary

O que significa, então, "projetar" os valores semânticos dos constituintes de um nó? Para Higginbotham, significa essencialmente *interpretar um nó sintaticamente projetado a partir de uma entrada lexical de acordo com modo como sua rede temática atribue papéis temáticos a outros constituintes*. De acordo com a versão padrão da TRL, a atribuição de papéis temáticos é exigida pelo Critério Temático (CT) em FL sob configuração de *regência*[13]; entretanto, pela ação do Princípio da Projeção (PProj), a configuração de atribuição temática deve ser representada nos demais níveis e, na verdade, corresponde às configurações projetadas sintaticamente a partir do léxico pelos Princípios X-barra[14].

---

[13] O CT é uma condição de interpretabilidade sobre FL que exige "unicidade de relação funcional" entre predicados e seus argumentos:

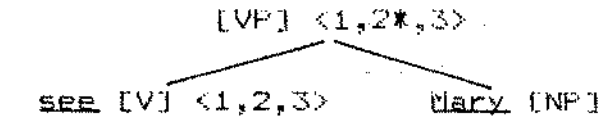
> *Critério Temático*:
> a) A todo argumento é atribuído um e somente um papel temático;
> b) Todo o papel temático é atribuído a um e somente um argumento.
>
> A relação de regência se caracteriza pela configuração
>
> ... [$_{A}$... X ... Y ...] ...
>
> em que A é uma projeção-barra de X; nessa configuração, se X é um regente (uma categoria lexical, p.ex.), X *rege* Y. Ver Chomsky (1981), cap.2.

[14] O PProj tem como função assegurar que as propriedades lexicais relevantes à sintaxe sejam estruturalmente representadas em todos os níveis (a versão informal abaixo é a de Stowell (1981), p.35):

O efeito geral do CT, do PProj e dos Princípios X-barra é que o VP em (12) não é apenas uma projeção sintática de see presente em todos os níveis gramaticais, mas é aquela projeção em que o papel temático associado à posição 2 da rede temática de (10) *tem* de ser atribuído a um NP-argumento, no caso, Mary, em FL.

Quando um papel temático associado a uma posição temática encontra essa posição preenchida por um constituinte adequado em FL e é então atribuído a um argumento, Higginbotham diz que a posição foi "descarregada". Higginbotham representa a estrutura resultante da "descarga" de uma posição temática por meio da "percolação", para o nó dominante, da rede temática cuja posição foi descarregada[15]; a posição temática descarregada é marcada por um asterisco. Assim, o marcador sintagmático rotulado pelo VP em (12) é representado em FL por

(16)



Princípio da Projeção:
Se X possui uma propriedade lexical que exige Y como um complemento, então X seleciona Y em todos os níveis gramaticais.

Um dos efeitos do PProj é o de fazer coincidir as configurações projetadas pelos Princípios X-barra em Estrutura-P com as configurações em que se dá a atribuição temática em FL: ver Stowell (1981), p.34-7. Para a eliminação dessa redundância, ver seção 2.1.2 adiante.

[15]Higginbotham, em geral, não é muito claro no que se refere a detalhes técnicos, mas aparentemente a percolação das redes temáticas, sendo o resultado da descarga das posições temáticas, deve se dar em FL; nesse nível, a identidade categorial dos nós já foi definida pela percolação dos traços categoriais por meio dos Princípios X-barra. Assim, os dois processos de percolação não são idênticos. Entretanto, entre os nós que recebem os traços categoriais de um item lexical estão justamente aqueles pelos quais percola sua rede temática: ver nota anterior.

Agora, se o VP em (16) é uma estrutura bem-formada em FL, a exigência semântica associada à posição 2 da rede temática de see também foi satisfeita, i.é, o papel temático de *tema* foi atribuído a Mary. I.é, o valor semântico do VP é justamente o valor resultante dos valores de see e Mary *e seu modo específico de combinação* -- nesse caso, Mary denota o argumento que recebe o papel temático de *tema* de see: é o NP-argumento de see que ocupa a posição temática associada ao papel temático de *tema*, a *posição de objeto*. Formalmente, o valor semântico do VP em (16) é dado por (17a), em que z é uma variável sobre seqüências finitas de coisas; (17a) é logicamente equivalente a (17b-c) e, em última análise, resulta em algo como (17d):

(17) a. $v(z,[[VP]\ \langle 1,2*,E\rangle]) \text{ sse } \exists x\exists y\exists e\ [\ z = \langle x,e\rangle\ \&$
$[v(\langle x,y,e\rangle,[\text{see}\ [V]\ \langle 1,2,E\rangle]) \ \&\ v(y,[\text{Mary}\ [NP]])$

b. $v(z,[[VP]\ \langle 1,2*,E\rangle]) \text{ sse } \exists x\exists y\exists e\ [\ z = \langle x,e\rangle \ \&\ ver(x,y,e)\ \&$
$y = \text{Mary}\ ]$

c. $v(z,[[VP]\ \langle 1,2*,E\rangle]) \text{ sse } \exists x\exists e\ [\ z = \langle x,e\rangle\ \&\ ver(x,\text{Mary},e)]$

d. $v(\langle x,e\rangle,[[VP]\ \langle 1,2*,E\rangle]) \text{ sse } ver(x,\text{Mary},e)$

O resultado final da interpretação de (12) pela "projeção" dos valores semânticos dos seus submarcadores sintagmáticos, dados alguns princípios adicionais[14], é (18):

(18) $v(\text{Verdadeiro},\ [[IP]\ \langle 1*,2*,E*\rangle]) \text{ sse } \exists e\ [ver(\text{John},\text{Mary},e)]$

[14]Fundamentalmente, a descarga da posição E em (10) através da "ligação temática" por INFL, como veremos imediatamente.

2.1.1.2 Os Modos de Descarga Temática

Para Higginbotham, a versão em (14) do CT não é completamente adequada, entre outras razões, porque *nem todos os papéis temáticos precisam ser "preenchidos por argumentos"* -- i.é, nem toda a posição temática associada a um papel temático é descarregada por um constituinte-argumento da projeção lexical (p.ex., um NP). Higginbotham dá como exemplo de um modo alternativo de descarga de uma posição temática a projeção de NPs.

Ns comuns são usualmente tomados como expressões predicativas[17] e, em muitas línguas (entre as quais os português[18]), podem inclusive servir de predicado sentencial. Desse modo, uma palavra como "dog, p.ex., [deve possuir pelo menos] um lugar vazio (e, portanto, denota cada um dos diversos cachorros). ... Com base nisso somente, deveríamos esperar que dog possuisse uma rede temática como parte de sua entrada lexical, como em [(19)]", e que o valor de (19) fosse dado por algo como (20):

(19) dog [N] <1> Indivíduo(1)

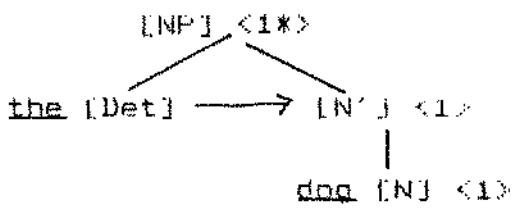
(20) v(x,[dog [N] <1>]) sse cachorro(x)

"Mas [, segue Higginbotham], nomes-núcleo não tomam argumentos quando formam NPs [por meio da descarga da posição 1[19]]. Antes, o que acontece é a *posição 1 é acessível ao especificador do NP* [i.é, o determinante], que funciona como um *ligador* dela" (p.560). Assim, a posição 1 em (19) é uma representação lexical da posição sintática em última análise ocupada por um determinante --, e um de-

[17] P.ex., Montague e toda a tradição da semântica formal trata os Ns comuns como expressões do tipo <e,t>, i.é, predicados (de um lugar).
[18] Ver seção 2.2.1.
[19] Entretanto, Ns comuns tomam argumentos quando descarregam outras posição temáticas, como em a destruição de Roma por Nero.

terminante descarrega a posição 1 por funcionar como um "ligador" dela, i.é, como um quantificador que liga a variável de um predicado em lógica de primeira ordem. Isso significa que uma entrada como (19) projeta NPs cuja representação em FL é algo como (21) abaixo; (21), de acordo com os valores de seus constituintes em (20) e (22), tem como valor (23):

(21)



(22) v(Q, [the [Det]]) sse Ex [Q(x) & Vy [se Q(y) então y = x]][20]

(23) a. v(a, [[NP] <1*>]) sse Ex [a = x & cachorro(x) &
Vy [se cachorro(y), então y = x]]

b. v(a, [[NP] <1*>]) sse [cachorro (a) & Vy [se cachorro(y),
então y = a]]

Higginbotham chama a operação de descarga de posições temáticas exemplificada em (21) de *ligação temática*. Como a marcação temática, exemplificada em (16), a ligação temática é um *modo de descarga temática*: uma operação executada sob a configuração de

[20](22) simplesmente expressa, nos termos de Higginbotham, a análise de Russell das descrições definidas. Quanto à possível objeção de que (22) não interpreta the como uma relação de predicados, contra Barwise e Cooper (1981), entre outros, que sustentam que determinantes devam ser assim interpretados: é possível que a interpretação relacional dos determinantes quantificacionais seja derivada do *movimento de quantificador* (ing. "quantifier raising") em FL, cf. Higginbotham (1985), May (1985), Bach (1989), entre outros; (ii) há dúvidas quanto à suposta interpretação relacional de the: descrições definidas *não* sofrem *movimento de quantificador* em FL,

regência em que uma posição em uma rede temática é descarregada por um constituinte adequado em FL, e que, por isso, fornece a interpretação da estrutura resultante. Os modos de descarga temática são as *operações primitivas* da semântica lexical de Higginbotham: eles definem os diferentes modos de composição semântica associados às estruturas sintáticas projetadas a partir do léxico[21].

Desse modo, a ligação temática e a marcação temática diferem na medida em que são operações semânticas diferentes e, portanto, interpretam de modo diferente as estruturas sintáticas a que se aplicam -- a ligação temática interpreta uma relação sintática como uma relação de quantificação entre um ligador e uma variável de um predicado; a marcação temática, com uma relação função-argumento entre um predicado e um termo. Entretanto, ambas as operações aplicam-se na mesma configuração sintática -- a de regência -- e no mesmo nível de representação -- FL.

Tal como acontece com as posições temáticas descarregadas por marcação temática e seus respectivos argumentos, também as posições temáticas descarregadas por ligação temática e seus respectivos "ligadores" estão sujeitos à ação do CT, cf. a agramaticalidade de

(24) a. *[$_{NP}$ ___ dog] came here

b. *[$_{NP}$ the ___] came here

c. *[$_{NP}$ every the dog] came here

d. *[$_{NP}$ the enemy's destruction] ... (com o sentido de the enemy's destruction of itself)

De fato, é de se esperar que *todos os modos de descarga temática* eventualmente existentes estejam sujeitos ao CT: o CT é uma

cf. May (1985), e mesmo não existe consenso quanto às supostas ambigüidades de escopo a elas atribuídas, cf. Hornstein (1984).

condição de interpretabilidade sobre predicados e sobre os elementos que satisfazem predicados em FL; e os modos de descarga temática definem justamente as operações de satisfação dos predicados. Entretanto, tal como formulado em (14), o CI não se aplica nem à ligação temática, nem aos demais casos possíveis de descarga temática. Por isso, Higginbotham propôs que o CT fosse generalizado[22]:

(25) *Critério Temático* (Generalizado):

a. Toda a posição temática deve ser descarregada;

b. Todo X deve: ou descarregar uma posição temática, ou ter uma posição temática descarregada;

b. Se X descarrega a posição temática *p* de Y, então ele descarrega, de Y, somente *p*.

(24a) viola a cláusula (a) do CT; (24b-c) violam a cláusula (b); e (24d) a cláusula (c).

2.1.1.3 A Modificação Adjetival

Há uma terceira relação gramatical, também caracterizada pela configuração de regência, cuja natureza temática sugere que sua interpretação seja deduzida da descarga de posições temáticas e a

---

[21]Ver também Higginbotham (1989a), pp.475-6.
[22]A versão em (25) é ligeiramente diferente da apresentada por Higginbotham, em especial pela introdução da cláusula b. Em uma teoria como a que será apresentada na seção 2.1.2, essa cláusula pode ser deduzida dos princípios que definem a projeção sintática da estrutura temática.

relação de *modificação*[23]. Como já vimos no capítulo 1, o caso da chamada *modificação adjetival categoremática* pode ser adequadamente interpretado por meio da conjunção de predicados: uma *parede branca* é sempre uma coisa que é uma parede e que é branca. Voltando à teoria de Higginbotham, isto sugere que parede e branco devem ter em suas entradas lexicais redes temáticas com (pelo menos) uma posição temática, como em (26), e que, no marcador sintagmático em (27), estas posições temáticas são descarregadas de tal modo que (27) é interpretado como (28)[24]:

(26) a. parede [N] <1> Coisa(1)

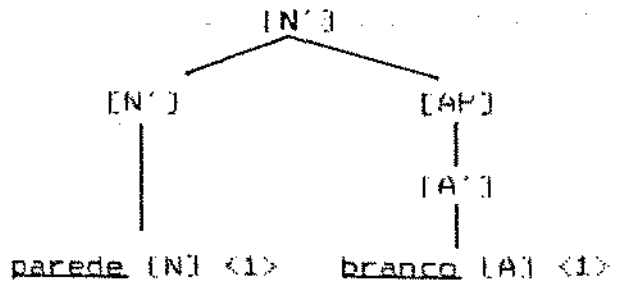
b. branco [A] <1> Coisa(1)

---

[23]Dentro do paradigma circunscrito pela teoria X-barra, há muita discussão sobre que tipo de configuração sintática caracteriza a modificação. Jackendoff (1977), p.ex., propôs várias configurações diferentes (recorrendo inclusive a "níveis-barra" específicos) para tipos diferentes de modificadores. Aqui, o que interessa é unicamente a modificação *interna* a um constituinte, interpretada restritivamente. A fim de capturar a idéia relativamente consensual de que modificadores são adjuntos, eu representarei a configuração X-barra correspondente como uma estrutura de *adjunção*, como em (27). Sobre a posição dos modificadores, ver também Stowell (1981), capítulo 4, e Fukui e Speas (1986).

[24]Daqui por diante, eu abreviarei as cláusulas de interpretação semântica ignorando o lado esquerdo dos bicondicionais: compare (28) com (20), p.ex. Desse modo, "as fórmulas [como as em (28)] não são representações [de expressões do português] em qualquer nível de representação lingüística, mas expressões de uma extensão arregimentada do [português] que devem ter suas condições de verdade provadas como equivalentes às das estruturas sintáticas de que são arregimentações; é por esta razão que [Higginbotham afirma] que [tais fórmulas] mostram a interpretação das [expressões do português]" (Higginbotham (1989a), nota 4, p.472). Ver também pp. ... aqui.

(27)

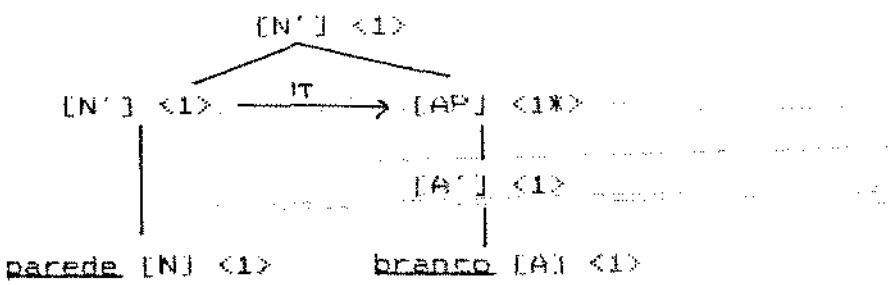


(28) [parede(x) & branco(x)]

Entretanto, uma interpretação como (28) mostra claramente que, *numa relação de modificação, as posições temáticas envolvidas não podem ser descarregadas nem por marcação temática (MT), nem por ligação temática (LT)*: o efeito semântico da relação de modificação representada em (27), expresso por (28), não corresponde aos efeitos da MT e da LT -- (28) não expressa uma relação predicado-argumento, nem uma relação ligador-variável.

Higginbotham introduz então um terceiro modo de descarga a fim de dar conta de relações de modificação como a exemplificada em (27). Esse modo é chamado de *identificação temática* (IT) e opera descarregando a posição temática do modificador, que é *identificada* pela posição temática correspondente do modificando; a rede temática do núcleo "percola" para N' a fim de ser finalmente descarregada pelo determinante:

(29)



Por trás da IT está a idéia de que uma estrutura como (29) é análoga à contrução de um predicado composto como 'F(x) & G(x)' por

meio da conjunção de dois predicados 'F(x)' e 'G(y)', e da identificação de 'x' e 'y' (por abstração lâmbda, p.ex.; p.563-4). Ha, entretanto, um pequeno problema com essa idéia que, creio Higginbotham não percebeu: embora a noção de *identificação temática* expresse de maneira clara que existe uma relação *assimétrica* entre o núcleo e o modificador -- uma posição do núcleo identifica uma posição do modificador, e não o contrário[23] --, o correlato lógico dessa relação, a conjunção de predicados não consegue capturar essa distinção[24].

Como vimos na seção 1.1.2, a distinção núcleo-modificador *tem* relevância interpretativa: p.ex., os NPs em (30) abaixo contrastam em interpretação em função desta distinção. Entretanto, as fórmulas lógicas correspondentes não apresentam um contraste análogo: (31a) expressa exatamente as mesmas condições de verdade que (31b):

(30) a. um menino estudante
b. um estudante menino

(31) a. Ex [menino(x) & estudante(x)]
b. Ex [estudante(x) & menino(x)]

A assimetria interpretativa entre núcleo e modificador exemplificada em (30) é usualmente descrita por meio da noção de *restrição*: intuitivamente falando, o modificador restringe o núcleo no sentido de que nos referimos a um subconjunto do conjunto denotado pelo núcleo quando o modificamos. P.ex., em (30a) estamos nos referindo a um subconjunto específico do conjunto dos meninos, o conjunto dos meninos que são estudantes. Em (30b) ocorre justamente o oposto: estamos dizendo que existe um indivíduo que pertence a um

---

[23]Sobre a assimetria dos modos de descarga temática, ver seção 2.1.2.2 aqui.
[24]O que também foi notado pelo Prof. Ilari.

subconjunto específico do conjunto dos estudantes, o conjunto dos estudantes que são meninos[27].

Embora do ponto de vista puramente extensional essa assimetria não pareça ter importância -- nos dois casos em (30) estamos dizendo que existe um indivíduo que é simultaneamente um estudante e um menino, o que é expresso pelas fórmulas em (31) --, ela possui não apenas um conteúdo intuitivo bastante claro, mas também expressão sintática clara -- o núcleo sempre precede o modificador em português[28], p.ex. --, e conseqüências interpretativas verificáveis[29].

A fim de expressar a distinção núcleo-modificador(es) na fórmula lógica associada à identificação temática, eu assumirei que tal fórmula é construída por meio de uma "conjunção assimétrica de predicados", em que um dos conjuntos é o "predicado nuclear" (representado por colchetes internos à conjunção, cf. (31') abaixo, em lugar de (31)), e o outro é o "predicado restritivo"; essa assimetria estrutural permite, p.ex., que um eventual componente

---

[27]Nos termos de Borges, "adjetivos restritivos [são] aqueles que delimitam subconjuntos no conjunto delimitado pelo nome": ver Borges (1991), nota 4, p.71.

[28]Ver seção 2.2.1.

[29]Que parecem ter a ver natureza pragmática, uma vez que a noção de *núcleo* (do NP) está de algum modo associada a noção de *tópico* do discurso: é o núcleo que é interpretado naturalmente como o tópico; o modificador só o é com o acento contrastivo de foco, cf.

(i) A - Os jovens hoje em dia não querem saber de compromisso algum ...
B - Mas ontem esteve aqui um jovem estudante/?*um estudante jovem/?um estudante JOVEM muito dedicado...

(ii) A - Os estudantes hoje em dia não querem saber de compromisso algum ...
B - Mas ontem esteve aqui um estudante jovem/?*um jovem estudante/?um jovem ESTUDANTE muito dedicado...

Esse comportamento do núcleo pode ter a ver com o fato de que, como o tópico, ele é um elemento *sintaticamente saliente*. Para mais alguma discussão, ver seção 2.2.2.

pragmático pragmatico interprete a *modificação* como uma *restrição*[30], p.ex.

(31') a. Ex [[menino(x)] & estudante(x)]
b. Ex [[estudante(x)] & menino(x)]

Higginbotham nota, no entanto, que a modificação restritiva categoremática "é a exceção antes do que a regra"; muito mais comum é a chamada *modificação (restritiva) sincategoremática*, que, como também vimos no capítulo 1, não pode ser interpretada simplesmente como uma conjunção de predicados: um *violinista ruim* não é um indivíduo que seja um violinista e que seja ruim; antes, é um indivíduo que é um violinista e que é *ruim como violinista*.

Isso significa, evidentemente, que *os efeitos semânticos da modificação sincategoremática não podem ser deduzidos da identificação temática unicamente*. Entretanto, Higginbotham mostrou que é possível deduzir da IT *algumas* das propriedades da modificação sincategoremática se se adota a análise de Davidson (1966) de advérbios como rapidly.

Davidson sugeriu que a validade lógica de condicionais como o em (32a) abaixo poderia ser explicada se rapidly fosse tomado "como predicado de eventos com respeito a um ou outro atributo usado para classificá-los" (Higginbotham (1985), p.562). Dessa forma, a sentença em (32b), o antecedente de (32a), significaria algo como (32c) ou, mais formalmente, (32d) (em que W é o atributo expresso

[30]Destas observações deve ficar claro que não apenas a formalização *lógica* da restrição, mas como e onde interpretá-la não são questões resolvidas. Meu ponto aqui é estabelecer a necessidade da distinção *inclusive para a interpretação* das estruturas sintáticas; do ponto de vista formal, tudo o que fiz foi estipular um mecanismo para representá-la, embora creio que esse mecanismo seja facilmente construído como uma regra *lógica* da modificação restritiva; o problema, de novo, é sua interpretação.

por "for a walk" em (32c)[34]. E o consequente de (32a) seria apenas a primeira proposição da conjunção em (32d), (32e); i.é, (32a) seria apenas um caso particular da "eliminação da conjunção", uma regra de inferência logicamente válida:

(32) a. If John walked rapidly, then John walked
b. John walked rapidly
c. There was a walk by John, and it was rapid (for a walk)
d. Ee [walk(John,e) & rapid(e,W)]
e. Ee [walk(John,e)]

Nas palavras de Higginbotham, uma modificação sincategoremática como a de rapidly em (32b) "é interpretável como uma conjunção quando certas posições referenciais não aparentes são postuladas, nomeadamente as posições *e*, para eventos, e W, para atributos de eventos" (p.563). O mesmo, segundo Higginbotham, acontece na modificação sincategoremática adjetival em (33a), que significa algo como (33b), i.é, (33c):

(33) a. That is a big butterfly
b. That is a butterfly, and it is big (for a butterfly)
c. [butterfly(a) & big(a,B)]

Como Higginbotham notou, "quando um adjetivo [sincategoremático] combina-se com um N para formar um N' complexo, como em tall man, big butterfly ou bad violinist, ele é tomado como graduando [a predicação] com respeito ao atributo *dado pelo N*. [Entretanto,] quando o adjetivo está separado sintaticamente do N, [como em (34a) abaixo,] o elo semântico também é quebrado": (34a) é

[34]Quanto ao *status* lógico dos "atributos", ver discussão em Higginbotham (1989), pp.478-80, 501-12. Aqui, ver seção 2.2.3 adiante.

interpretada como (34b-c), em que A pode ser um atributo qualquer da borboleta em questão[32]:

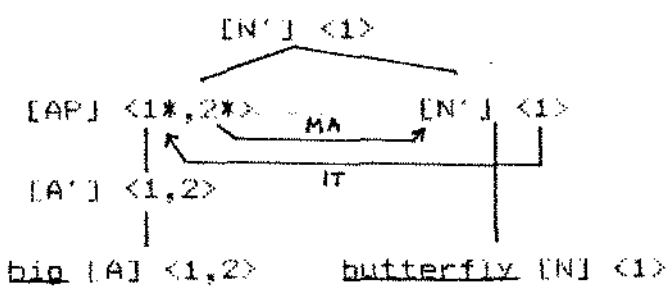
(34) a. That butterfly is big
b. That butterfly is big (for an A)
c. [butterfly(a) & big(a,A)]

A diferença de interpretação entre (33a) e (34a) sugere que a relação *local*, i.é, de *regência*, entre big e butterfly em (33a) faça com que o atributo tomado por big seja aquele expresso por butterfly. Retornando à teoria de Higginbotham, isso significa que, dadas as entradas em (35a,b) e a estrutura em (35c), não apenas a posição 1 de big tem de ser identificada pela posição 1 de butterfly, mas também a posição 2 deve ser de algum modo descarregada pelo N:

(35) a. butterfly [N] <1> Coisa(1)

b. big [A] <1,2> Coisa(1), Atributo(2)

c.

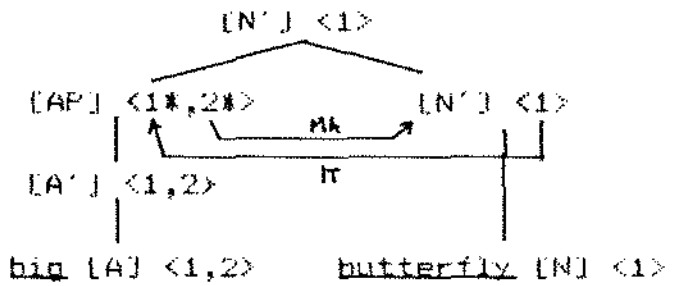


Higginbotham introduz mais modo de descarga, ao qual chama de *marcação temática autônima* (MA), a fim de dar conta da semântica de (35c). Segundo Higginbotham, "no caso usual de marcação temática a referência da expressão marcada tematicamente se torna o valor de uma posição aberta no marcador temático; mas no caso da modificação

[32] *Pode*, inclusive, ser o atributo de ser uma borboleta: ver Ludlow (1989); aqui, seção 2.2.3.

[sincategoremática], eu sugiro, o que é marcado tematicamente, o nó rotulado pelo N, é ele mesmo o valor" (p.564). Isto é, a posição 2 em (35c) é descarregada pelo próprio N butterfly, como em (35c'), e o N butterfly denota ele mesmo o atributo "ser uma borboleta", de modo que (35c') é interpretada como (36):

(35c')



(36) [[butterfly(x)] & big(x,B)]

Assim, a relação sintática de modificação é interpretada por dois modos de descarga temática: a identificação temática e a marcação temática autônima.

2.1.1.4 Resumo

É possível resumir a teoria da interpretação de Higginbotham apresentada nas seções precedentes aos seguintes traços fundamentais:

(i) é uma teoria que *interpreta semanticamente* estruturas *geradas sintaticamente*, i.é, os princípios de interpretação atribuem uma *referência* às estruturas construídas pelos princípios gramaticais;

(ii) as palavras que denotam predicados possuem como parte de sua entrada lexical uma *rede temática*, um conjunto de posições temáticas cada uma das quais associada a um papel temático do predicado;

(iii) a *descarga* das posições temáticas -- seu preenchimento por um constituinte sintático adequado -- corresponde à satisfação dos papéis temáticos do predicado;

(iv) o CT exige que toda a posição temática seja descarregada em FL; e o PProj assegura que as estruturas geradas pelos Princípios X-barra e aquelas em que se dá a descarga temática sejam idênticas: em todas a relação relevante se dá numa configuração de regência;

(v) existe um conjunto limitado de operações específicas que executam a descarga temática e, com isso, definem o modo de composição semântica que se estabelece entre o "significado" dos constituintes de uma estrutura; são os *modos de descarga temática*: Marcação Temática (MT), Ligação Temática (LT), Identificação Temática (IT) e Marcação Temática Autônima (MA).

2.1.2 *A Teoria da Projeção Lexical de Speas (1986)*

Como vimos, a teoria da interpretação de Higginbotham introduz um conjunto de operações de descarga temática que atuam sobre marcadores sintagmáticos independentemente gerados pela sintaxe; em particular, sobre aqueles marcadores gerados a partir do léxico por alguma versão da teoria X-barra, i.e, as representações em Estrutura-P.

Marcadores sintagmáticos são estruturas relacionais que representam formalmente algum conjunto de relações lingüísticas relevantes -- relações hierárquicas e de identidade categorial, relações de ordem linear, etc.[33] A Estrutura-P, especificamente, é tradicionalmente tomada como uma representação estrutural das propriedades categoriais de complementação dos itens lexicais, i.é, de seus "traços de subcategorização estrita".

Desde o trabalho de Stowell de 1981, há um relativo consenso de que as propriedades de "subcategorização estrita" dos itens lexicais podem ser deduzidas de suas propriedades temáticas -- i.é, dos papéis temáticos que compõem sua rede temática. Isso, em conjunção com a introdução do Princípio da Projeção, fez com que a Estrutura-P passasse a ser concebida como uma "projeção", i.é, uma representação categorial da estrutura temática dos itens lexicais. Nesse contexto, o papel dos princípios da teoria X-barra seria o de impor certas condições *formais* sobre esta representação, condições

---

[33]A notação bidimensional dos marcadores sintagmáticos permite, em princípio, que tanto relações hierárquicas (*de dominância*) quanto relações de ordem linear (*de precedência*) sejam especificadas simultaneamente no mesmo marcador. Entretanto, os últimos anos de pesquisa recente têm mostrado que os fatores que determinam as relações de ordem dos constituintes sintáticos são diversos dos que determinam sua estrutura hierárquica. Isso sugere que as representações daquelas relações pode ser propriedades de marcadores sintagmáticos distintos -- i.é, tais relaçoes podem ser definidas em diferentes níveis de representação sintática: ver Stowell (1981), Marantz (1984) e Speas (1986).

estas que definiriam as relações hierárquicas e de identidade categorial *independentemente da estrutura temática representada*[34].

2.1.2.1 Redundância nos Princípios X-barra

Apesar dessa interpretação conceitual perfeitamente plausível, o fato é que, em todas versões conhecidas da teoria X-barra, parte da restrições codificadas em seus princípios dizem respeito a noções associadas às propriedades temáticas nos itens lexicais[35]. E, o que é crucial, como Speas notou, *tais restrições são redundantes com as restrições impostas a uma representação sujeita ao Princípio da Projeção.*

P.ex., as condições da teoria X-barra garantem que as projeções sintáticas dos itens lexicais definam uma assimetria configuracional entre "argumentos externos" e "argumentos internos" (na terminologia X-barra, "especificadores" e "complementos"). No entanto, por razões independentes, esta mesma assimetria tem de estar codificada na entrada lexical do item que toma estes argumentos[36].

---

[34]Ver Stowell (1981), cap. 2; Chomsky (1986a), p.80-4, 86-92, 100-1; Speas (1986), p.70 e ss.

[35]Fundamentalmente, aquela parte dos princípios que estipula que elementos ocorrem em que nível de projeção: Especificadores no nível uma barra, Complementos no nível duas barras. Ver Stowell (1981), p.87 e ss., que percebeu pela primeira vez o caráter problemático desta parte da teoria.

[36]Assimetrias dessa natureza nas relações de dominância, i.é, assimetrias codificadas lexicalmente, eu representarei notacionalmente pela ordem das posições temáticas em uma rede: p.ex., supondo que a ordem de constituição hierárquica associada à entrada lexical em (10') seja aquela projetada em (12), (10') seria reformulada para:

see [V] <1,2,3> Tema(1), Evento(2) e Agente(3)

Assim, uma entrada como a acima deve ser interpretada do seguinte modo: o verbo see deve formar um primeiro constituinte sintático (VP em (12)) com o elemento que ocupa a posição 1; esse consti-

Ora, se o FProj permite somente estruturas em que as propriedades lexicais são representadas categorialmente, é de se esperar que a estrutura da entrada lexical, que define a assimetria entre os argumentos e que é uma propriedade lexical, deva ser representada categorialmente, inclusive e especialmente na Estrutura-F[37].

Quando a parte redundante dos Princípios X-barra é eliminada, o que resta da teoria são condições de dois tipos: (i) o esquema X-barra deve definir de algum modo que rotulamentos de que nós são admissíveis em EF, i.é, os princípios X-barra definem a identidade categorial dos constituintes sintáticos (fundamentalmente, isso se reduz à afirmação de que todo o sintagma tem de ser *endocêntrico*, i.é, deve ser a projeção de um núcleo (lexical)); (ii) o esquema X-barra deve definir tipos ou níveis de constituência (parece que as regras gramaticais fazem referência a pelo menos três níveis diferentes: o nível zero barra, ou lexical; o nível uma barra, ou projeção intermediária; o nível duas barras, ou projeção máxima)[38].

Na teoria de Speas, a Estrutura-F é uma projeção das propriedades temáticas dos itens lexicais *executada pelos modos de descarga temática* de Higginbotham. O que ela procura mostrar é que, nesta teoria, mesmo as últimas condições da teoria X-barra podem ser deduzidas do modo como a projeção lexical é realizada, o que elimina a necessidade dos princípios X-barra[39].

---

tuinte assim formado deve formar um novo constituinte (INFL' em (12)) com o elemento que ocupa a posição 2; e assim por diante. Ver o exemplo de (43) adiante.

[37]Ver Speas (1986), p.70 e ss.

[38]Ver Speas (1986), p. 74 e ss.

[39]Uma outra conseqüência da teoria de Speas é a de que ela define como uma relação de *identidade a relação entre as operações de composição sintática e as de composição semântica*: ver adiante a seção 2.1.2.3.

2.1.2.2 Relações Temáticas e a Projeção Categorial

Speas observou que as operações de descarga temática de Higginbotham podiam ser caracterizadas pelas generalizações descritivas em (37):

(37) a. Dados os irmãos X e Y, se X possui uma rede temática não saturada e Y possui uma rede temática saturada, então X marca tematicamente Y;

b. Dados os irmãos X e Y, se X não possui uma rede temática e Y possui uma rede temática, então X liga tematicamente uma posição da rede de Y;

c. Dados os irmãos X e Y, se X e Y possuem ambos redes temáticas não saturadas, então X e Y estão em uma relação de modificação (identificação temática e/ou marcação temática autônima).

Segundo Speas, o que as generalizações em (37) revelam é que *as operações de descarga tematica são relações assimétricas entre posições em redes temáticas e constituintes ou outras posições em outras redes temáticas*. Isso fica claro quando se as representa como em (38)[40]:

(38) a. *Marcação Temática*: posição temática ⟶ constituinte

---

[40]Comparando (37) com (38), note que a relação de *marcação autônima* possui um caráter conceitualmente problemático: do ponto de vista das generalizações descritivas em (37), ela forma um padrão com a relação de *identidade temática*; do ponto de vista da natureza estrutural das relações, expressa pelas possibilidades em (38), ela forma um padrão com a *marcação temática*. E, crucialmente, nem em (37), nem em (38) ela introduz um padrão independente. Para mais alguma discussão dessa questão, ver seção 2.2.3.

b. *Ligação Temática*: constituinte ——→ posição temática

c. *Identificação Temática*: posição temática ——→ posição temática

Speas nota que a única lacuna no paradigma em (38) é preenchida justamente pelo tipo de dependência originada fundamentalmente por movimento ou pelas relações de ligação:

(39) *Antecedência*: constituinte ——→ constituinte

As relações de antecedência se distinguem das relações em (38) em vários aspectos: elas não resultam das propriedades temáticas dos predicados; elas dependem da configuração de c-comando, e não da configuração, muito mais restrita, de irmandade; *last, but not least*, são relações que muito provavelmente *não* se estabelecessem em Estrutura-P[41]. Chamando às relações em (38) de *relações temáticas*, Speas chega então à seguinte generalização:

(40) X e Y estão em uma relação temática se e somente X e Y são irmãos estruturais em Estrutura-P.

A questão fundamental então é: o que faz com que a generalização em (40) seja verdadeira? Para Speas, a resposta é trivial: *(40) é verdadeira porque decorre da definição da Estrutura-P*. Se a EP é uma representação "pura" das relações temáticas, e se toda a representação não é outra coisa que (a representação estrutural de) o conjunto das relações relevantes, então todo o constituinte em EP

[41]Isso é verdade por definição no caso de movimento; quanto às relações de ligação, a situação é menos clara: ver Chomsky (1986a) para uma discussão.

tem de ser, por definição, uma representação estrutural de (pelo menos) uma relação temática[42]:

(41) X^Y formam um constituinte em Estrutura-P se e somente se se estabelece uma relação temática entre X e Y.

Assim, a projeção do léxico (em constituintes da EP) é simplesmente a realização sintática (por meio de um constituinte) de uma relação entre uma posição em uma rede temática e um outro elemento (posição temática ou constituinte) que a descarrega, i.e, *a projeção do léxico é uma operação de redes temáticas para constituintes*[43].

2.1.2.3 Eliminando os Princípios X-barra

Agora, relembre o que resta de conteúdo empírico para os Princípios X-barra: em primeiro lugar, eles devem *definir os rotulamentos admissíveis dos nós* em EP; em segundo lugar, eles devem *determinar diferentes níveis de projeção* de um item lexical em constituintes sintáticos. O que Speas sustenta é que esses dois tipos de afirmação podem ser deduzidos da forma como se dá a projeção lexical, e portanto não precisam ser estipulados em princípios independentes.

---

[42] '^' em (41) é a operação primitiva de *constituição*, ou melhor, de *projeção de um constituinte*. Essa operação pode ser concebida como um caso particular da operação aritmética da soma: ver adiante (44).

[43] De fato, se se assume que as redes temáticas codificam as únicas informações "visíveis" ao PProj nas entradas lexicais, não é necessário estipular a EP como uma representação "pura" das propriedades temáticas, nem a relação entre léxico e EP como uma relação de projeção: ambas conclusões são dedutíveis da ação da operação geral de mapeamento "Afete X" sobre as entradas lexicais, tal como a operação é limitada pelo PProj.

Quanto às distinções entre "níveis de projeção", Speas observa que, sendo cada nó em EP um constituinte resultante da projeção de uma rede temática por meio da descarga de suas posições, é possível definir as seguintes distinções de "nível de descarga" do constituinte *sem recorrer a traços primitivos de níveis de barra*[44]:

(42) a. nós sem qualquer posição temática descarregada: *núcleo lexical* (i.e, X^0);

b. nós com rede temática completamente descarregada ("saturada"): *projeções máximas* (i.e, X'');

c. nós com a rede temática parcialmente descarregada: *projeções intermediárias* (i.e, X').

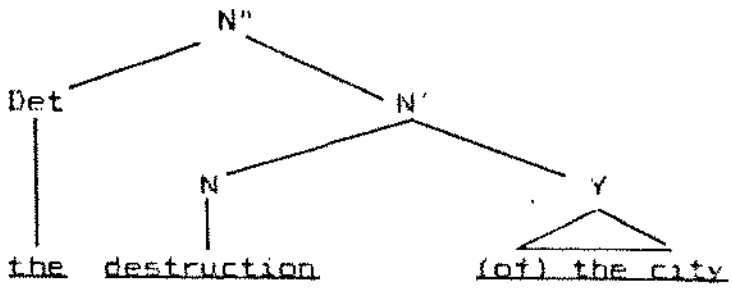
Essas são exatamente as distinções que a teoria X-barra procura captar estipulando-as por meio de "traços barra". Na teoria de Speas, a distinção é deduzida do "nível de descarga" da rede temática que rotula o nó. Desse modo, um NP, representado nos moldes da teoria X-barra como (43a), p.ex., é representado aqui pelo marcador em (43b)[45]:

---

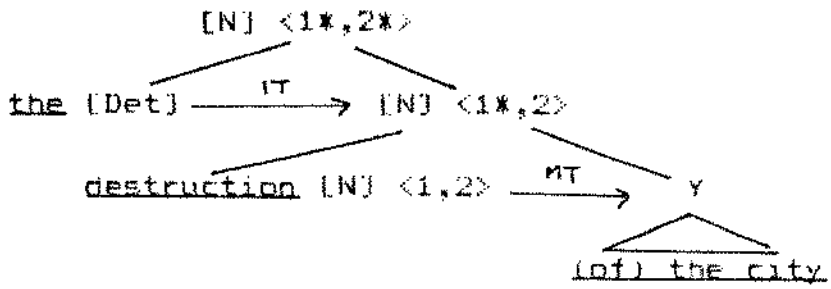
[44]Continuarei a usar, informalmente, a notação X-barra: assim, daqui por diante termos como "NP", "N'", etc., devem ser interpretados como em (44).

[45]De fato, Speas segue a teoria que desenvolveu em conjunto com Fukui no que diz respeito à projeção de categorias funcionais, como os determinantes. Nessa teoria, é a categoria funcional que é o núcleo categorial do constituinte projetado: p.ex., o NP é uma projeção categorial do determinante. Uma vez que essa discussão não está diretamente ligada à análise que proporei para a modificação adjetival do português, eu estarei assumindo uma representação categorial mais imediatamente compatível com a teoria que até aqui apresentei.

(43) a.



b.



Quanto ao fato de que são os "traços" do "núcleo" que "percolam" até o nó dominante, Speas mostrou que essa propriedade dos marcadores sintagmáticos em EP segue do fato de que a descarga temática ser uma operação de cancelamento aritmético.

A rede temática de um item lexical informa o número de relações sintático-semânticas que este item exige para projetar um expressão bem formada. Assim, o fato de que juntar o item lexical com um elemento que satisfaça uma destas relações resulte essencialmente no item satisfeito quanto aquela relação não precisa ser estipulado; segue do fato de que essa é uma operação que justamente satisfaz uma exigência "cancelando-a" -- descarregando uma posição temática[46]:

---

[46]Segundo Speas, assim "... podemos deduzir as propriedades formais dos marcadores sincategoremáticos que eram previamente codificadas no esquema X' a partir de primitivos pré-lingüísticos. [Nota 18:] O conhecimento da ooperação aritmética de cancelamento é pré-lingüístico no sentido de que sabemos que, se temos um objeto e ele é retirado de nós, ficamos sem nada. Ou, inversamente, se temos um ob-

(44) a. Em notação aritmética:

i) (X - Y) + Y = X - Y + Y = X

ii) (item lexical - posição temática) + posição temática = item lexical

b. Na notação de Higginbotham/Speas:

i) <Y> ^ Y = <Y*>

ii) item lexical <posição temática> ^ posição temática = item lexical <posição temática*>

Mais que isso, do fato de o processo de descarga temática ser uma operação de cancelamento, *em conjunção com o Critério Temático e a definição em (41)*, é possível deduzir várias outras propriedades dos marcadores sintagmáticos projetados em EP que tinham de ser estipuladas na teoria X-barra. Entre essas propriedades estão: (i) a endocentricidade dos constituintes sintáticos; (ii) o fato de que os elementos que descarregam posições temáticas são saturados, ou sem rede temática, ou então é sua rede temática que é "projetada" para o nó dominante; (iii) o fato de que a modificação tem de resultar na saturação do modificador e na projeção da rede temática do modificado.

No resto da presente dissertação, eu estarei assumindo a teoria da projeção de Speas, que inclui a teoria da interpretação de Higginbotham eliminando o que há nela de redundante. Uma das conseqüências da teoria de Speas fundamental para o meu trabalho é a de que, no que concerne à estrutura temática -- i.e, a estrutura de argumentos dos itens lexicais --, todos os níveis de representação sintática, *inclusive e especialmente EP e FL* são idênticos; mais

---

jeto a que falta uma parte, e esta parte lhe é adicionada, então temos simplesmente o objeto ...", p.83.

que isso, *as mesmas operações que constroem a representação da estrutura temática nestas representações sintáticas -- os modos de descarga temática -- detinem também sua interpretação semântica.* Essa propriedade da teoria preenche o requisito central que a discussão do capítulo 1 sugeriu para uma explicação adequada das propriedades da modificação adjetival do português (cf. (105) do capítulo anterior):

(45) A estrutura que surge na modificação adjetival -- sua representação sintática (em todos os níveis, especialmente em EF e FL) --é uma expressão das relações -- temáticas -- entre a estrutura de argumentos do adjetivo -- representada em sua rede temática -- e a do N modificado, e os efeitos semânticos dessa estrutura -- a interpretação semântica de sua representação sintática -- derivam do modo como cada uma destas estruturas argumentais está sendo saturada -- i.é, o modo de descarga por meio do qual as posições temáticas em jogo estão sendo descarregadas.

2.1.3 Sobre a Ordem Linear dos Constituintes[47]

Como vimos no capítulo 1, a modificação adjetival do português se caracteriza por um conjunto de correlações associando certas propriedades interpretativas à distribuição linear do adjetivo dentro do NP. Eu disse (na nota 33 deste capítulo) que há um consenso crescente em torno da idéia de que as relações de dominância e de identidade categorial são determinadas por fatores diferentes dos fatores que determinam as relações de ordem linear dos constituintes em uma estrutura sintática.

---

[47]As idéias gerais que apresento rapidamente nessa seção são um resumo do que é sugerido, p.ex., em Marantz (1984), capítulo 2, e Speas (1986), também no capítulo 2.

No que diz respeito às relações de dominância e identidade categorial, acabamos de ver na seção precedente uma teoria em que tais relações resultam do modo como as propriedades temáticas dos itens lexicais são projetadas na sintaxe; em especial, é importante notar que essa teoria em momento algum recorre a relações de ordem. Entretanto, as estruturas projetadas a partir do léxico devem eventualmente se trasformar em enunciados lingüísticos, i.é, uma cadeia temporal de sons; e, se o que fazemos quando interpretamos um enunciado é (entre outras coisas) restaurar as relações projetadas do léxico, então tais relações devem tambem estar de algum modo representadas na cadeia temporal de sons que constituem o enunciado.

Assim, o conjunto de relações projetadas sintaticamente como relações de dominância e identidade categorial devem, em algummomento, ser codificadas em um conjunto de relações que possam ser identificadas em uma cadeia temporal de sons, i.é, que possam ser "superficializadas": relações de forma ou *morfológicas*, e relações de precedência temporal ou *lineares*. Como sabemos, as línguas do mundo, de maneiras e em medidas variáveis de língua para língua, recorrem a ambos os recursos, fazendo uso de relações morfológicas como a concordância e a marcação casual, e/ou de relações lineares como a adjacência e a precedência.

No que diz respeito às relações lineares especificamente, vários "parâmetros de linearização" têm sido postulados nos últimos anos a fim de dar conta do conjunto de generalizações acerca de

tais relações que se observa em várias línguas[48]. O primeiro parâmetro deste tipo que surgiu, ainda dentro do paradigma da teoria X-barra "tradicional", foi o "parâmetro da posição do núcleo" de um sintagma X-barra: as línguas poderiam optar por linearizar uniformemente seus sintagmas com o núcleo ocupando a "posição inicial ou final", i.é, precedendo ou seguindo seus complementos. Posteriormente, esse parâmetro teve de ser refinado e surgiram os "parâmetros de direcionalidade": as línguas poderiam optar por linearizar uniformemente seus sintagmas por meio da atribuição de Caso e/ou temática "direcionadas à direita ou a esquerda", i.é, com o atribuidor Casual/temático precedendo ou seguindo o recebedor de Caso/papel temático.

A idéia geral subjacente aos diversos "parâmetros de linearização" é a de que, se uma relação lingüística assimétrica não intrinsecamente linear se mostra relevante para capturar alguma generalização de ordem, é porque a GU deve ter algum parâmetro de linearização associado a ela. Neste contexto, considere o paradigma que emerge em português quando consideramos as relações de precedência à luz da teoria das relações temáticas que apresentei:

(46) a. $[_{VP}$ comeu $\xrightarrow{MT}$ batatas$]$ *vs.* *$[_{VP}$ batatas $\xleftarrow{MT}$ comeu$]$

b. $[_{N'}$ carro $\xrightarrow{LT}$ vermelho$]$ *vs* *$[_{N'}$ vermelho $\xleftarrow{LT}$ carro$]$

c. $[_{N'}$ suposto $\xrightarrow{MA}$ estadista$]$ *vs* *$[_{N'}$ estadista $\xleftarrow{MA}$ suposto$]$

d. $[_{NP}$ um $\xrightarrow{LT}$ carro$]$ *vs* *$[_{NP}$ carro $\xleftarrow{LT}$ um$]$

A generalização óbvia subjacente a (46) é a de que *em português os elementos a partir dos quais partem as relações temáticas devem preceder os elementos aos quais as relações se dirigem*. Isso sugere

[48]Ver Giorgi & Longobardi (1989), pp.156-64.

que pode haver algum "parâmetro de linearização" da GU associado às relações temáticas e responsável pela generalização exemplificada em (46).

Há vários modos alternativos de formular esse parâmetro hipotético: poderíamos formulá-lo como um "parâmetro de direcionalidade" das relações temáticas, ou como um "parâmetro da posição de núcleo (linear)"[49], p.ex. Aqui, eu adotarei a primeira formulação simplesmente porque os "parâmetros de direcionalidade" estão em moda no momento: não creio que haja diferenças empíricas relevantes envolvidas (ver, entretanto, a nota 49). Assim, tomemos como hipóteses de trabalho: (i) a existência na GU de um "parâmetro de direcionalidade" das relações temáticas; (ii) que a opção do português em relação a esse parâmetro é a de linearizar uniformemente as relações temáticas "em direção à direita".

Uma conseqüência dessas hipóteses é a de que, em princípio, não deveriam existir estruturas do português em que uma relação temática fosse "direcionada à esquerda". É evidente que um contra-exemplo imediato a essa predição são as ocorrências de adjetivos, aparentemente na função temática de *modificador*, precedendo um substantivo, cf.

(47) $[_{NP}$ um $[_{N'}$ competente $\xleftarrow{T}$ professor$]]$

$[_{NP}$ um $[_{N'}$ calvo $\xleftarrow{T}$ pianista$]]$

Embora exemplos como os em (47) sugiram que minhas hipóteses de trabalho sejam incorretas ou precisem de qualificação adicional, eu as adotarei sem modificações e procurarei mostrar que mesmo casos

[49]Por *núcleo linear* de uma relação temática me refiro ao elemento do qual ela parte; essa noção deve ser distinguida da noção de *núcleo categorial* ou *temático*, propriamente dito, aquele responsável pela categoria do constituinte projetado na relação. P.ex., na projeção

como os exemplificados em (47) se submetem a elas. Como veremos, tais hipóteses, em conjunção com a teoria da projeção lexical que apresentei na presente seção, oferecem um quadro adequado à explicação das correlações entre ordem e interpretação, descritas no capítulo 1, que caracterizam a modificação adjetival do português.

---

de um NP, o núcleo linear é o determinante, mas o núcleo temático é o nome. Ver, entretanto, a nota 45 desse capítulo.

2.2 A Estrutura da Modificação Adjetival do Português

Nesta seção, a fundamental deste capítulo, eu procurarei dar uma resposta clara, dentro do quadro da teoria que apresentei na seção anterior, à principal questão teórica posta pelas correlações entre distribuição e interpretação dos adjetivos dentro do NP do português ((100) do capítulo anterior, (1) do presente capítulo):

(47) Qual(is) a(s) diferença(s) entre a estrutura caracterizada pela posição pós-nominal e a caracterizada pela posição pré-nominal, e como tal(is) diferença(s) dá(ão) origem aos efeitos semânticos observados?

Como veremos, a diferença fundamental reside no fato de que, quando em posição pré-nominal, o adjetivo é o *núcleo* do NP; quando posposto, ele é um *modificador*. Na subseção 2.2.1 eu procuro, em primeiro lugar, apresentar algumas evidências desse fato; depois, eu mostro que ele pode ser deduzido da teoria apresentada em 2.1; finalmente, procurarei justificá-lo teoricamente sustentando que a distinção *(morfo-)sintática* entre adjetivos e substantivos é "neutralizada" em português.

Com esse resultado adicional em mãos, eu procurarei mostrar nas subseções seguintes como deduzir as propriedades distribucionais e de interpretação que caracterizam vários "casos típicos" de algumas classes de adjetivos do português[50]. Em todos os casos que discutirei, veremos que a interação entre as idiossincrasias codificadas nas redes temáticas, os princípios que determinam a projeção dessas idiossincrasias *e a linearização esquerda-para-di-*

[50]Como deve estar claro a estas alturas, o que define uma *classe de itens lexicais* na teoria apresentada em 2.1 é, além de sua identidade categorial, seus "traços de subcategorização" codificados nas redes temáticas: redes temáticas análogas definem propriedades sintático-semânticas análogas.

reita das relações temáticas fornecem predições acuradas sobre o comportamento de diversos adjetivos em português.

2.2.1 Nomes: Adjetivos & Substantivos

Nas versões correntes da TPE, as principais categorias lexicais -- grosseiramente falando, as classes morfo-sintáticas hipoteticamente universais de palavras -- são definidas por um sistema de *traços categoriais* primitivos -- os traços [±N, ±V] --, cf. (48) abaixo. Deste sistema podem ser deduzidas as chamadas *classes naturais* de categorias em (49)[21]:

(48) *Categorias Lexicais*:

[+N, +V]: adjetivos [+N, -V]: substantivos

[-N, +V]: verbos [-N, -V]: preposições

(49) *Classes Naturais de Categorias Lexicais:*

[+N]: adjetivos e substantivos

[-N]: verbos e preposições

[+V]: adjetivos e verbos

[-V]: substantivos e preposições

Como se pode ver em (49), *adjetivos e substantivos compõem uma classe natural de categorias*, i.é, uma classe de categorias cuja

---

[21]Para uma discussão esclarecedora das motivações e conseqüências do sistema, ver o cap. 1 de Stowell (1981). Para uma crítica conceitual séria, ver Schmerling (1983).

natureza as faz sofrer certos processos gramaticais uniformemente[82], P.ex., o inglês é uma língua que distingue sintática e morfologicamente substantivos de adjetivos -- substantivos, mas não adjetivos, apresentam flexão de número, cf. (50), e ambas as categorias possuem posições distribucionais claramente distintas, cf. (51)-(52) --; no entanto, há pelo menos um processo comum a ambas as categorias em inglês e que não corre com qualquer outra categoria lexical, a *regra de inserção de* of, cf. (53)[83]:

(50) those boys *vs* *those boy
those sick boys *vs* *those sicks boys

(51) *Posições Tipicamente Adjetivais*

a. Núcleo de Predicado Nominal:

i) That boy is [$_A$ French/sick]

ii) That boy is *[$_N$ Frenchman/student] (compare com "the boy is [$_{NP}$ a Frenchman/student]")

b. Modificador Nominal:

i) He is [$_{NP}$ a [$_A$ French/sick] boy]

ii) He is [$_{NP}$ a *[$_N$ Frenchman/student] boy]

(52) *Posição Tipicamente Substantiva -- Núcleo de NP*:

a. [$_{NP}$ The *[$_A$ French/sick]] is that one.

b. [$_{NP}$ The [$_N$ Frenchman/student]] is that one

---

[82]Evidentemente essa idéia não é nova, e a própria classificação tradicional das "partes do discurso", ela própria herdada da gramática clássica grega, chamava a ambos substantivos e adjetivos de "nomes": ver, p.ex., Robbins (1967). Uma questão conceitual interessante é: qual a natureza dos traços categoriais e por que eles têm as conseqüências que têm? Na literatura técnica, pode-se encontrar pouco mais do que algumas observações vagas sobre isso. Ver, p.ex., Stowell (1981), pp.25-8.

[83]Ver Stowell (1981) p.22-3; para uma posição diferente quanto à regra de inserção de of, ver Levin & Rappaport (1986), nota ...

(53) a. John fears heights
John's fear *of* heights
John is fearful *of* heights

b. John is careful to consider his neighbors
John's consideration *of* his neighbors
John is considerate *of* his neighbors

Nos termos da teoria em (48)-(49), a regra de inserção de of pode ser atribuida ao traço [+N].

Com referência às *relações temáticas* projetáveis dentro de um NP por adjetivos e substantivos do inglês, a diferença sintática fundamental, cf. (51b)-(52), entre as duas categorias pode ser caracterizada do seguinte modo: adjetivos devem ter sua rede temática saturada por *identificação temática* (com o núcleo nominal), e não podem tê-la saturada por *ligação temática* (com um determinante); com os substantivos, ocorre justamente o oposto.

Assuma interpretação conceitual mais comum da teoria das categorias em (48)-(49), segundo a qual as propriedades gramaticais *distintivas* de cada categoria devem estar de algum modo associadas aos traços que definem sua identidade. Nesse caso, poderiamos supor, p.ex., (i) que a propriedade temática que caracteriza os Ns dentro de NPs -- o fato de terem de ser ligados tematicamente por um determinante -- é de algum modo derivada do traço [-V], e (ii) que a propriedade temática que caracteriza os As dentro de NPs -- o fato de terem de ser identificados tematicamente por um núcleo nominal -- é de algum modo derivada do traço [+V][84].

[84]Evidentemente que tudo isso é uma estipulação, na ausência de uma interpretação conceitual clara da natureza dos traços categoriais: ver nota 52 deste capítulo.

Agora, considere o caso do português: como em inglês, alguns adjetivos e substantivos lexicalmente associados do português aparentemente possuem em comum a inserção da preposição de, cf.

(54) a. Collor teme os resultados da investigação
O temor (de Collor) *dos* resultados da investigação
Collor está temeroso *dos* resultados da investigação

b. João esqueceu Maria
O esquecimento *de* Maria (por João)
João anda esquecido *de* Maria

Entretanto, ao contrário do que acontece com o inglês, o português *não* distingue morfologicamente As de Ns -- ambos possuem em português flexão de gênero e número --, nem apresenta uma diferença distribucional muito clara entre os elementos dessas categorias. Com efeito, embora apresentem posições *preferenciais* relativamente marcadas[55], *em princípio qualquer adjetivo pode ocupar a posição de núcleo do NP*, cf. (55) (em contraste com (52))[56], e *qualquer substantivo pode ocupar uma posição tipicamente adjetival*, cf. (56) (em contraste com (51))[57]:

(55) *Posição Tipicamente Substantiva -- Núcleo de NP*:
[$_{NP}$ O [$_{A}$ francês/doente/jovem]] é aquele lá

---

[55]Ver logo adiante.
[56]Quanto à análise destas ocorrências adjetivais como sendo "adjetivos substantivizados", ver nota 63.
[57]Há ainda pelo menos uma outra posição tipicamente adjetiva que, em português, mas não em inglês, pode ser ocupada por substantivos: a de núcleo de uma comparação, cf.

(i) Paulo é mais esforçado/bonito que José
(ii) Paulo é mais(= melhor) dentista/atleta que José
(iii) Paul is more * (a) dentist than Joe

(56) *Posições Tipicamente Adjetivais*

a. Núcleo de Predicado Nominal:

Aquele rapaz é [$_{N}$ estudante/médico/cidadão (da Itália)]

b. Modificador Nominal:

Ele é [$_{NP}$ um rapaz [$_{N}$ estudante/médico/cidadão (da Itália)]]

Mais que isso, se é verdade que Ns podem ocupar posições de As e vice-versa em português, é de se esperar que uma combinação de (55) e (56a) resulte em uma construção perfeitamente gramatical em português, i.é, NPs em que o núcleo é um adjetivo e em que o modificador é um substantivo devem ser gramaticalmente possíveis em português. E, de fato, um NP como o em (57a) pode ser perfeitamente interpretado em português com o A como núcleo e o N como modificador[**], em contraste com o que acontece com o inglês, cf. (57b):

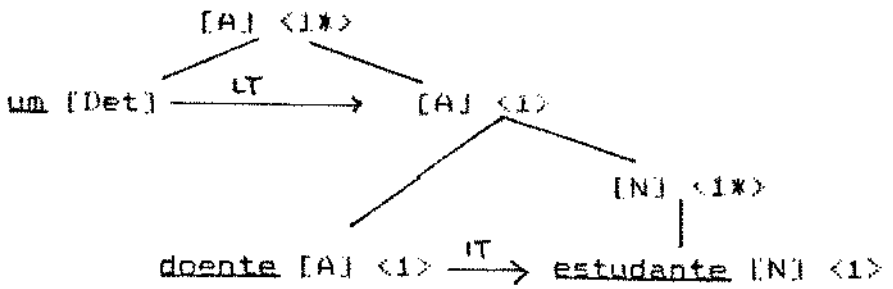
(57) a. Ele é [$_{NP}$ um [$_{A}$ francês/doente/jovem] [$_{N}$ estudante/médico/cidadão (da Itália)]]

b. He is *[$_{NP}$ a [$_{N}$ boy/student] [$_{A}$ sick/French]]

Considere as relações temáticas projetadas em NPs como o em (57a) na interpretação relevante: sendo o adjetivo o *núcleo* do NP, é sua rede temática, quando saturada por *ligação temática* com o determinante, que projeta o NP; sendo o substantivo um *modificador* do núcleo, sua rede temática é saturada por *identificação temática* com o núcleo; i.é, o NP em (56a) possui a seguinte estrutura temática:

[**]De fato, essa interpretação é obrigatória para o caso de francês: ver seção 2.2.2.2.

(58)



De fato, NPs como o em (57a) *tem de ter como núcleo o adjetivo* se assumimos, como assumi na seção 2.1, que: (i) para participar de uma estrutura sintática, um item lexical tem de projetar alguma das relações temáticas disponíveis[99]; (ii) a única relação possível entre o A e o N é uma relação de identificação temática; (iii) entretanto, o N não pode descarregar a posição temática aberta do A por identificação temática, pois a linearização esquerda-para-direita das relações temáticas do português impediria que, se esse fosse o caso, o N seguisse o A. Então, a única possibilidade que resta é uma estrutura como (58).

Em termos um pouco mais gerais, *sempre que um adjetivo precede um substantivo dentro de um NP, em português, o adjetivo é o núcleo identificador, e o substantivo é o modificador identificado.* Mas essa é apenas uma conseqüência particular do fato de a modificação resultar da projeção da relação de identificação temática, em conjunção com a opção paramétrica do português pela linearização para a direita das relações temáticas: o núcleo, seja ele um N ou um A, deve preceder o modificador, seja ele um N ou um A. Sob este

[99]Estou assumindo aqui, seguindo a discussão do capítulo 1, especialmente da seção 2.1, que as relações de ordem da estrutura superficial da modificação nominal do português não afetam estrutura que foi projetada a partir do léxico. Uma outra alternativa, também compatível com a teoria da projeção de Speas, seria supor que o NP em (57a) fosse o resultado superficial de alguma derivação que afetasse a estrutura projetada, embora conservando a representação das relações temáticas relevantes projetadas a partir do léxico. Entretanto, ver a crítica da seção 1.2 contra as propostas disponíveis que seguem essa alternativa.

ponto de vista, pense nas seguintes generalizaçoes descritivas obtidas no capitulo anterior ((68a,b) do capitulo 1):

(59) a. Adjetivos pospostos ao N são interpretados restritivamente;

b. Adjetivos antepostos ao N são interpretados não-restritivamente.

Como é evidente, tais generalizações são *teoremas* na teoria que apresentei. (50a) segue do fato de que, quando pospostos, i.é, quando precedidos do N, de acordo com a linearização das relaçöes temáticas em português, os As são os modificadores identificados tematicamente pelo N, que é o núcleo identificador. Ora, na identificação temática, o núcleo é interpretado como o "predicado nuclear", e o modificador como o "predicado restritivo"[40], do que segue logicamente que, se o A é o modificador, então ele tem de ser interpretado como o "predicado restritivo".

Considere agora (59b): quando antepostos, i.é, quando precedem o N, de acordo com a linearização das relaçöes temáticas em português, os As são os núcleos identificadores do N, que é o modificador identificado tematicamente. Ora, sendo o núcleo identificador interpretado como o "predicado nuclear", e o modificador identificado como o "predicado restritivo", segue logicamente que, se o A é o núcleo, então não pode ser interpretado como o "predicado restritivo". Esse raciocinio leva a predição de que, nesse caso, o N, sendo o modificador deve (poder) ser interpretado como o "predicado restritivo", predição confirmada por um teste já conhecido nosso[41]:

(60) [$_{NP}$ Dois [$_{A}$ franceses/doentes/jovens]] cantavam um belo dueto de Monteverdi.

---

[40]Cf. a seção 2.1.1.3.
[41]Ver seção 1.1.2.

a. [$_{NP}$ O [$_{A}$ francês/doente/jovem] [$_{N}$ estudante/médico/cidadão (da Itália)]], entretanto, desafinava.

b. *[$_{NP}$ O [$_{N}$ estudante/médico/cidadão (da Itália)] [$_{A}$ francês/doente/jovem]], entretanto, desafinava.

Em face desse comportamento ambivalente de Ns e As em português, deveríamos nos perguntar: o que faz com que essas duas categorias lexicais, supostamente distintas, cf. a teoria em (48)-(49), tenham um comportamento não apenas morfo-sintático, mas também interpretativo, até onde a interpretação possa se determinada pela sintaxe, análogo? Essa pergunta é particularmente intrigante pelo contraste entre Ns e As do português, de um lado, e Ns e As do inglês, de outro.

Lembre-se que, com base no comportamento de Ns e As do inglês, seria supor-se plausível: (i) que a propriedade lexical de ter a rede temática saturada por identificação temática com um núcleo nominal fosse derivada do traço [+V]; e (ii) que a propriedade lexical de ter a rede temática saturada por ligação temática com um determinante fosse derivada do traço [-V]. Se (i) e (ii) fossem o caso, substantivos, *por definição*, não poderiam ter sua rede temática saturada por identificação temática -- eles não possuem o traço [+V]; e adjetivos não poderiam ter sua rede temática saturada por ligação temática -- eles não possuem o traço [-V]. *Mas o caso dos adjetivos e dos substantivos do português contradiz essa hipótese.*

Sob este aspecto, o comportamento de As e Ns do português coloca, de fato, a seguinte questão: do ponto de vista da teoria das categorias lexicais em (48)-(49), como é possível que As e Ns tenham uma analogia tão estreita de comportamento morfo-sintático-interpretativo em português, e um comportamento tão dissimilar em inglês?

Segundo Stowell, "a parte as propriedades formais associadas a regras sintáticas específicas, o sistema de traços de [(48)-(49)] pode ser motivado com base no fato de que pares de categorias que o sistema define como classes naturais são freqüentemente agrupados em uma única categoria ..." Isso acontece quando há a *neutralização de um traço categorial*: uma distinção categorial desaparece quando o traço responsável por ela é neutralizado, i.é, não tem especificação para alguma classe (natural) de categorias.

"P.ex. [, segue Stowell], *em algumas línguas não há distinção lexical ou morfológica entre As e Ns, e por isso há apenas um tipo de constituinte da categoria [+N]*" (Stowell (1981), p.25). Ora, no caso do português, As e Ns não apenas *não* se distinguem morfologicamente, como também não se distinguem sintática ou interpretativamente, ao menos naquilo que a interpretação possui em comum com a sintaxe, os modos de composição ou descarga temática. Ou seja, o português não apresenta a distinção categorial entre As e Ns: isso indica que *em português o traço [±V] é neutralizado, i.é, não é especificado para a classe das categorias [+N].*

Agora, suponha que, entre outras conseqüências, o traço [+V], por alguma razão, impeça que um item lexical que o porte tenha sua rede temática saturada por ligação temática com um determinante, e que o traço [-V], por alguma razão, impeça que um item lexical que o porte tenha sua rede temática saturada por identificação temática com um núcleo nominal. Nesse caso, podemos não apenas derivar o comportamento de Ns e As em inglês -- nessa língua, a classe das categorias [+N] é especificada para o traço [±V] --, como também o de Ns e As em português. *As em português, não sendo especificados para o traço [+V], podem ter sua rede saturada por ligação temática com um determinante. Ns em português, não sendo especificados para o traço [-V], podem ter sua rede saturada por identificação temática com um outro núcleo [+N].*

Daqui por diante, ao lado das *categorias (lexicais) morfo-sintáticas* dos *adjetivos* e *substantivos*, definidas como em (49), eu chamarei de *nomes* aos itens que pertencem tanto à *classe natural* de categorias morfo-sintáticas definidas pelo traço [+N], quanto aos que pertencem à *categoria morfo-sintática* definida exclusivamente pelo traço [+N] (i.é, a categoria morfo-sintática resultante da neutralização de [±V] para a classe definida por [+N]). *Em inglês, adjetivos e substantivos são categorias (lexicais) morfo-sintáticas distintas, e não há uma categoria morfo-sintática dos nomes; em português, adjetivos e substantivos não se distinguem categorialmente, pertencendo todos à categoria morfo-sintática dos nomes.*

Uma análise que siga essas linhas possui uma conseqüência geral importante: ela exclui a distinção de categorias morfo-sintáticas como uma explicação para as possíveis diferenças de comportamento entre os itens tradicionalmente identificados como As e Ns. Isso impede, p.ex., que limitações de distribuição morfo-sintática como as que aparentemente afetam apenas Ns, mas não As, em (61)-(63) abaixo, possam ser atribuídas à uma distinção morfo-sintática entre Ns e As:

(61) Modificação Adverbial de muito:
  a. João é *muito* inteligente/dedicado/doente/etc.
  b. * João é *muito* médico/estudante/rapaz/etc.

(62) Predicação Estativa com estar:
  a. João *está* doente/cansado/infeliz/etc.
  b. * João está ministro/médico/rapaz/etc.

(63) Derivação de Antônimo pela Prefixação de in-:
  a. *in*humano, *in*feliz, *ir*responsável, etc.
  b. *inestudante, *in(h)omem, *irrapaz, etc.

De qualquer modo, parece-me difícil atribuir tais diferenças de comportamento à distinção categorial entre As e Ns, uma vez que *mesmo alguns itens lexicais consensualmente considerados "adjetivos" não se submitem aos processos em (61)-(63)*, cf. (64)-(66), respectivamente, o que significa que as propriedades descritas em (61)-(63) *não* podem ser derivadas dos traços [+N, +V] simplesmente:

(64) João é (**muito*) casado/francês/morto

(65) * João *está* inteligente/francês/humano

(66) * *in*francês, * *ir*rebelde

Evidentemente, (61)-(63) não são os únicos processos que permitem distinguir a maioria dos As da maioria dos Ns, mesmo em português. É preciso reconhecer como observações triviais que a maioria dos Ns ocorre muito mais fácil e freqüentemente na posição de núcleo de NP do que na de modificador, bem como que é justamente o inverso o que acontece com a maioria dos As[42]. Para dar apenas uma idéia da complexidade dos fatores envolvidos nessa assimetria de preferências, considere os seguintes paradigmas:

(67) a. [Um rapaz médico] esteve aqui ontem
b. [Um rapaz advogado] esteve aqui ontem
c. [Um rapaz médico e advogado] esteve aqui ontem
d. *[Um rapaz médico advogado] esteve aqui ontem
e. [Um rapaz médico/advogado careca] esteve aqui ontem
f. [Um rapaz careca médico/advogado] esteve aqui ontem
g. [Um rapaz careca casado/casado careca] esteve aqui

[42]Mesmo no caso daqueles adjetivos que teriam alguma facilidade inerente de ocorrerem antepostos ao N, como belo, grande, etc.: ver os resultados de freqüência de Boff (1991), capítulo III.

(68) a. Paulo viu [um homem/chapéu branco] naquele quadro
b. Paulo viu [um branco homem] naquele quadro
c. Paulo viu #[um branco chapéu] naquele quadro

Comecemos por (67): (67a,b) mostram que médico e advogado, ambos Ns, podem funcionar como modificadores de um outro N; (67c) mostra que podem inclusive formar um modificador composto por coordenação; entretanto, (67d) mostra médico e advogado não podem co-ocorrer como modificadores no mesmo NP, embora isso, pelo menos aparentemente, nada tenha a ver com relação de identificação temática em si, cf. (67e-g). A pergunta é: o que dá conta da restrição exemplificada em (67d)?

Agora, quanto a (68): (68a) mostra que adjetivos de cor como branco podem, quando identificados tematicamente, ser interpretados como predicados de indivíduos ou coisas; (68b) mostra que, também como identificadores temáticos "regulares", tais adjetivos podem eventualmente funcionarem como predicados de indivíduos, caso em que o NP relevante é interpretado como "um indivíduo de cor/raça branca que é um homem"; entretanto, não há uma possibilidade análoga caso sejam interpretados como predicados de coisas, como (68c) atesta pela ausência de uma interpretação como "uma coisa de cor branca que é um chapéu" para o NP relevante[43,44]. A pergunta,

---

[43]Esse é um exemplo particular de um fato mais geral: As em posição de núcleo do NP apresentam um comportamento extremamente variado e, aparentemente, idiossincrático. Esse comportamento dos As poderia sugerir que suas ocorrências nessa posição são na verdade *ocorrência de substantivos lexicalmente derivados dos adjetivos correspondentes*: ver Miriam Lemle (1985), seção 8.2.1.

Embora eu não possa aqui responder em detalhe à análise de Miriam Lemle, creio que ela é incorreta fundamentalmente por três razões: (i) confunde o caso geral, muito menos idiossincrático do que ela supõe, com casos específicos de lexicalização de expressões fixas (p.ex., um conversível por um automóvel conversível); (ii) prediz que somente os Ns que antecedam As *em construções fixas ou freqüentes* possam ser usados como modificadores (i.é, como As: ver a formulação da regra lexical de M. Lemle), o que é claramente falso diante do fato de que, *em princípio é possível usar qualquer*

aqui, de novo, é: o que explica essa restrição? É interessante notar que o mesmo paradigma se reproduz com um item lexical como médico, que, como predicado de indivíduos, é usualmente considerado um substantivo, cf.

N como um modificador de um outro N semanticamente apropriado; (iii) procura justificar conceitualmente a regra lexical de derivação de substantivos a partir de adjetivos não com base no fato destes itens pertencerem a uma classe natural de categorias, mas com base na regra do português que permite que adjetivos ocorram em um NP cujo núcleo é elíptico; entretanto, isso não justifica teoricamente o caso dos substantivos que são usados como modificadores, i.é, como As.

M. Lemle sustenta que o caso do inglês forneceria uma evidência de que a hipótese descrita em (iii) acima é correta: nessa língua, em que o núcleo do NP não pode sofrer elípse, mas tem de ser nesses casos preenchido por one, adjetivos em geral não podem ser "substantivizados". Entretanto, esse argumento é empiricamente enfraquecido pelo fato de que, diacronicamente, a correlação é: *queda das flexões morfológicas (Caso e número) dos adjetivos - gradual desaparecimento de "ocorrências nucleares" de adjetivos e da elipse nominal - surgimento de* one (ver Lightfoot (1979), pp.168-186). Isso sugere que tanto as "ocorrências nucleares" quanto a elipse nominal eram -- e são, em português -- ambas propriedades associadas *às propriedades morfológicas do adjetivo*.

Se supusermos que a presença de morfologia nominal no adjetivo é uma característica da neutralização da distinção A-N, esses fatos recebem uma interpretação mais adequada na análise que venho defendendo. Neste sentido, considere a natureza *pronominal* de one: é relativamente consensual admitir que a ausência de uma categoria vazia *pro* em inglês está associada à ausência de uma flexão nominal (suficientemente rica, no caso da flexão verbal) que a *identifique*; de fato, o inglês só possui pronominais lexicais, e um one é um deles. Ao contrário, línguas como o português possuem *pro* porque podem identificá-lo por meio da flexão nominal rica (ver Rizzi (1986) para alguma discussão). Lembre-se que o português também possui flexão nominal rica no NP quando comparado com o inglês: gênero e número em todos os elementos *vs.* número apenas no núcleo e no determinante. Seguindo o raciocínio, os núcleos nominais elípticos do NP português seriam simplesmente alguma categoria vazia pronominal *identificada* pela flexão. Evidentemente, mais precisa ser dito sobre esta questão.

*Ambos os NPs em (68b,c) podem ainda ter duas interpretações, a chamada "interpretação apositiva afetiva/avaliativa", cf. 2.2.2.1 adiante, e uma interpretação em que 'N+A' é interpretado como um composto lexical do tipo vermelho-sangue, azul-mar, etc.

(69) a. Paulo encontrou [o rapaz/centro/instrumento médico] que procurava

b. Paulo encontrou [o médico rapaz] que procurava

c. Paulo encontrou #[o médico centro/instrumento] que procurava

Não creio que o paradigma em (69) tenha alguma relação íntima com (68), mas creio que ele esclarece o tipo de restrição que está envolvido: *é uma restrição de natureza idiossincrática e diz respeito essencialmente às propriedades de significado do item lexical*. No caso de (69), essas propriedades me parecem inclusive ter natureza temática, i.é, se referem à estrutura de argumentos dos elementos envolvidos, que, como argumentei extensivamente no capítulo 1, é uma propriedade idiossincrática: médico pode ser um predicado de indivíduos *ou um argumento*, i.é, um adjetivo referencial[45].

De fato, não apenas restrições como as exemplificadas em (67)-(69) parecem ter um caráter marcadamente idiossincrático associado ao significado dos itens lexicais, como também em (64)-(66), e mesmo em (61)-(63) no caso dos Ns. P.ex., dadas as propriedades de significado de francês, casado, ministro, médico, etc. -- os indivíduos são ou não franceses, etc. --, é difícil que, em situações normais, alguém possa "estar francês" ou "ser muito francês".

E, mesmo assim, situações marginais podem oferecer uma interpretação adequada para tais expressões e, então, elas se tornam perfeitamente aceitáveis em português, o que mostra que *não há limitações de natureza gramatical atuando*: p.ex., um indivíduo pode "estar francês" se ele possui parentesco direto com indivíduos de diversas nacionalidades, e ele próprio está sempre "mudando de cidadania"; chauvinistas são exemplos típicos que são "muito franceses", demasiadamente, eu diria.

---

[45]Ver seção 2.2.2.2.

É evidente que um estudo muito mais detalhado da natureza do significado lexical é necessário para se obter qualquer conclusão teorica razoavelmente segura sobre a natureza das restrições que acabo de discutir; mas este estudo não é o objetivo do presente trabalho. De qualquer modo, creio que o fato de que minha análise consegue predizer ao menos alguns dos padrões morfo-sintático-interpretativos do comportamento de Ns e As em português *com base em resultados teóricos e empíricos independentemente conquistados* é uma evidência clara da plausibilidade dela.

2.2.2 Adjetivos Categoremáticos

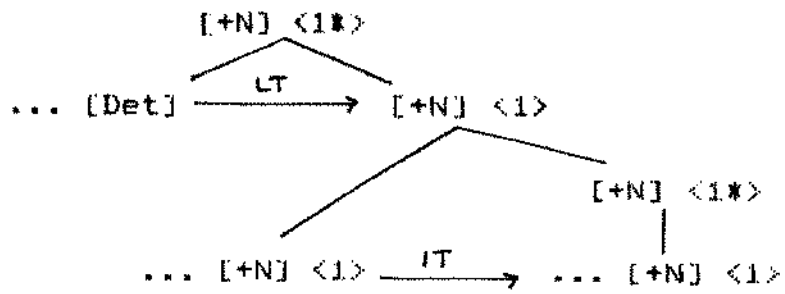
Tanto na seção 1.1 quanto na seção 2.1.1.3 ~~que~~ vimos adjetivos "categoremáticos" (ACs) são aqueles que podem ser adequadamente interpretados como predicados unários. Lembre do caso de sonolento e calvo, quando interpretados como os predicados "x é um indivíduo que tem (a propriedade física, orgânica do) sono" e "x é um indivíduo que tem (a propriedade física da) calvície", respectivamente. Na presente teoria, tais adjetivos devem possuir entradas lexicais como as em (65):

(65) a. sonolento [+N] <1> Indivíduo(1)

b. calvo [+N] <1> Indivíduo(1)

E, dado o conjunto de relações temáticas disponíveis e sua linearização em português, entradas como estas projetam, fundamental e exclusivamente, NPs com configurações como a em (66), em que podem ocupar qualquer uma das posições lexicais [+N], i.é, podem ter sua única posição temática descarregada por identificação temática com o núcleo, ou por ligação temática com o determinante:

(66)



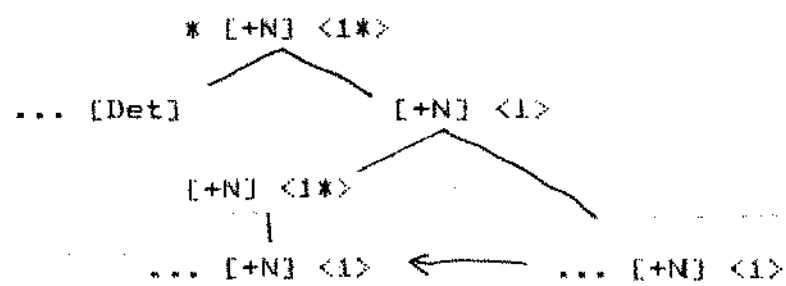
De fato, duas instanciações de (66) perfeitamente gramaticais em português estão em (67), em que as entradas em (65) se alternam nas posições lexicais [+N]:

(67) a. [$_{NP}$ Um sonolento calvo] dormia sob a palmeira

b. [$_{NP}$ Um calvo sonolento] dormia sob a palmeira

É especialmente importante notar que as entradas em (65) *não* podem ocorrer numa estrutura como (68) (considerando a *ordem linear* como relevante aqui) simplesmente porque a linearização das relações temáticas impede que a identificação temática se dê em direção à direita**:

(68)



**Estou ignorando a questão de saber em que nível de representação lingüística as relações de ordem linear são definidas. O importante é que estruturas como (68) não se superficializam em português e, na teoria que apresentei, esta restrição decorre do parâmetro de linearização das relações temáticas.

Se os NPs relevantes em (67) pudessem ter a estrutura em (68), o NP em (67a) poderia ser interpretado como (69b) abaixo, em que calvo é interpretado como o "predicado nuclear", e sonolento como o "predicado restritivo"; e o NP em (67b) poderia ser interpretado como (69a), em que calvo é o "predicado restritivo", e sonolento o "nuclear". Mas isso não acontece: o NP em (67a) é interpretado exclusivamente como (69a), e (67b) como (69b), tal como a teoria prediz:

(69) a. Ex [[sonolento(x)] & calvo(x)]

b. Ex [[calvo(x)] & sonolento(x)]

Assim, a principal generalização descritiva do capítulo anterior relativa aos ACs, abaixo repetida como (70) ((68c) no capítulo 1) é deduzida da teoria da modificação adjetival do português até aqui desenvolvida:

(70) "ACs" são normalmente pospostos ao N e, quando antepostos, em geral se tornam "núcleos" do NP.

ACs ocorrem normalmente pospostos porque adjetivos são preferencialmente modificadores, e modificadores em português só podem seguir o núcleo; ACs se tornam núcleos quando antepostos ao outro nome simplesmente porque a identificação temática do português, como todas as demais relações temáticas, tem de linearizar-se da esquerda-para-direita. Ou seja, (70) é um caso particular das generalizações em (59) (cf. a subseção anterior).

2.2.2.1 A "Interpretação Apositiva Afetiva/Avaliativa"

A teoria que desenvolvi até aqui dá conta tanto da interpretação restritiva dos ACs pospostos, como daquilo que chamarei de sua "interpretação substantiva" quando antepostos ao um N ou outro A: a interpretação em que são interpretadas como um N núcleo regular, i.é, simplesmente como um predicado unário nuclear, não-restritivo. Entretanto, como sabemos, os As antepostos -- incluindo os ACs, embora estes com menos freqüência e/ou facilidade: ver abaixo -- podem ter o que se tem caracterizado como uma "interpretação apositiva afetiva/avaliativa/subjetiva/etc."[67]

Do ponto de vista objetivo, o chamado "efeito apositivo" dessa interpretação, como argumentei nas seções 1.1.2 e 1.2.2, se reduz ao fato de que um A nessa posição não pode ser interpretado restritivamente, o que pode ser derivado na presente teoria se, como nos demais casos de As antepostos, também nestes casos é o A que identifica tematicamente o N, e não vice-versa. E quanto ao "efeito afetivo/avaliativo/subjetivo" dessa interpretação? Qual sua fonte? Resulta, de algum modo, da estrutura temática projetada por estes As?

Comecemos por recordar a dicotomia introduzida por G&L entre As *predicativos* e As *referenciais* ou *não-predicativos*[68]. As predicativos podem ser modificados por intensificadores adverbiais como muito, demasiadamente, etc. e podem ser antepospostos facilmente ao nome, recebendo então uma "intepretação apositiva avaliativa" que contrasta com sua "interpretação restritiva objetiva" pós-nominal, cf. (71a)-(72a), respectivamente. Em contraste com os As predicativos, As não-predicativos, *em sua interpretação literal usual*[69], não podem ser modificados por intensificadores e, em posição pré-nominal, recebem uma

[67]Ver discussão dos exemplos (54) e (56) do capítulo anterior; ver também Hoff (1991), capítulo II.
[68]Ver seção 1.2.

"interpretação substantiva", e não a "interpretação apositiva avaliativa", cf. (71b)-(72b), respectivamente:

(71) a. *muito* esperto/competente/novo/alto/etc.
b. * *muito* francês/casado/calvo/sonolento/etc.

(72) a. [um [$_A$esperto/competente/novo/alto] professor]
b. # [um [$_A$francês/casado/calvo/sonolento] professor]

Um terceiro teste para esta dicotomia de As foi notado por Alvana Boff[70]: As predicativos podem ocorrer como predicados de uma *small clause* complemento de "verbos de avaliação" como considerar, julgar, achar, mas As não-predicativos, *em sua interpretação não literal*, não, cf.

---

[69]Ver notas 23 e 25 do capítulo 1 e logo adiante.

[70]Alvana sustenta que o seu teste identificaria uma dicotomia diferente, As "avaliativos" por oposição às "não-avaliativos", mais adequada à identificação dos As que podem ser interpretados "avaliativamente" na posição pré-nominal, já que o teste dos intensificadores prediria que vermelho pudesse ter tal interpretação, o que segundo Alvana, não ocorre, cf.

(i) Este vestido é *muito* vermelho (para o meu gosto)
(ii) # Um vermelho vestido

Mas, aqui, há um pequeno lapso: por que vermelho, *quando modificado por um intensificador, pode ocorrer no teste de Alvana?*

(iii) # Eu considero/julgo/acho este vestido vermelho
(iv) Eu considero/julgo/acho este vestido *muito* vermelho

E mais: quando intensificado pelo morfema de superlativo -íssimo, vermelho se torna perfeitamente aceitável na "interpretação avaliativa" pré-nominal, cf.

(v) Eu gosto daquele *vermelhíssimo* vestido

Ver Alvana Boff (1991), p.57 e ss, e aqui logo adiante.

(73) a. Eu considero/julgo/acho [$_{SC}$ aquele professor [$_{A}$ esperto/competente/novo/alto]]

b. # Eu considero/julgo/acho [$_{SC}$ aquele professor [$_{A}$ francês/casado/calvo/sonolento]]

Agora, se voltarmos à discussão que desenvolvi no capítulo 1, especialmente na seção 1.1.2, veremos que os As predicativos são justamente os As que sustentei, baseado em suas propriedades inferenciais, serem "predicados relacionais *relativizáveis*", ou, simplesmente, As relativizáveis (ARs): aqueles cuja atribuição da propriedade que expressam pode ser de algum modo relativizada de acordo com alguma classe de comparação, atributo, etc.[71] Já os As não-predicativos são justamente aqueles cujas propriedades inferenciais, *em sua interpretação literal*, seguem do fato de serem interpretados como predicados unários, i.é, os ACs[72].

Como argumentei extensivamente na seção 1.1.2.3, as ocorrências pré-nominais dos ARs, em sua "intepretação apositiva avaliativa", possuem uma propriedade inferencial característica: elas exigem que seu "segundo argumento" seja interpretado como a relativização expressa de algum modo pelo N que o segue[73].

Parece-me relativamente claro, do ponto de vista intuitivo, que não é acidental o fato de justamente os ARs possuirem um comportamento positivo em (71) e (73). A fim de que se possa "intensificar" a atribuição de uma propriedade a alguém ou algo, é preciso que essa propriedade seja *relativa*, i.é, que se possa tê-la

---

[71]É importante distingüi-los de outra classe de As relacionais, aqueles que, como suposto, não são *relativizáveis* à classes de comparação, atributos, etc., mas que *introduzem contextos intensionais*: ver seção 2.2.3.1.

[72]Ignorando, por um momento, a interpretação *referencial*, i.é, como *argumento* de um N, de adjetivos como francês: ver seção 2.2.2.2.

[73]Evidentemente, essa propriedade deriva da *marcação temática autônima* do N pelo A: ver seções 2.1.1.3 e 2.2.3.

em maior ou menor grau em relação a alguma referência -- outra pessoa ou objeto, uma classe de pessoas ou objetos, um atributo, etc. Do mesmo modo, posso *considerar/julgar/achar* alguém *esperto/alto/competente/novo para um professor*, p.ex., mas não faz sentido *considerar/julgar/achar* alguém *francês/casado/calvo/sonolento para ou como um professor*, p.ex.: uma pessoa é ou não francesa, casada; tem ou não tem calvície, sono, etc.

Desse modo, embora eu não saiba exatamente como as propriedades temáticas dos ARs determinam as propriedades estruturais e selecionais das construções em (71) e (73), que chamarei de "contextos avaliativos", uma coisa me parece clara: *são, definitivamente, as propriedades temática dos ARs -- o fato de serem As relacionais relativizáveis -- que as determinam*: As não-relacionais, i.é, ACs, *em sua interpretação literal*, estão excluídos destas construções. Em suma, a generalização parece ser a seguinte: *somente ARs ocorrem em contextos avaliativos*.

Ora, também a "interpretação apositiva avaliativa" dos As antepostos só ocorre, em condições usuais[74], com ARs, cf. (72). Como eu já disse, além do "efeito avaliativo", essa interpretação dos ARs possui duas outras propriedades: (i) é necessariamente não-restritiva, i.é, o AR não é interpretado como o "predicado restritivo"; (ii) toma como o "segundo argumento" do AR a relativização expressa pelo N que o segue.

Entretanto, parece claro que nem (i), nem (ii) acima, por si sós e isoladamente, podem ser responsáveis pelo "efeito avaliativo". Em primeiro lugar, a "interpretação substantiva" dos ACs também faz com que eles sejam interpretados como "predicados nucleares", i.é, não-restritivamente, e no entanto esta interpretação

---

[74] i.é, levando em conta o que tenho chamado de "interpretação literal" dos adjetivos: nesta interpretação, ACs não podem, quando antepostos, serem terem uma "interpretação apositiva avaliativa": ver adiante.

não dá origem ao "efeito avaliativo"[78]. Em segundo lugar, quando pospostos ao N núcleo, ARs, além de serem interpretados como o "predicado restritivo", podem tomar a relativização expressa pelo N como seu "segundo argumento" e, no entanto, aparentemente não são "interpretados avaliativamente", cf.

(73) a. Paulo é um estudante [Aesperto/competente/novo/alto]

b. ! Se Paulo é um estudante esperto/competente/novo/alto, então ! ele é esperto/competente/novo/alto

c. Se Paulo é um estudante esperto/competente/novo/alto, então ele é esperto/competente/novo/alto para um estudante

d. Dois estudantes declamavam belos sonetos de Camões. O estudante esperto/competente/novo/alto escolhera os mais melancólicos.

Assim, nem a interpretação não-restritiva da posição nuclear requer que um A tome a relativização expressa pelo N seguinte como o "segundo argumento" do N; nem, inversamente, o fato de o A tomar a relativização expressa pelo N com o qual co-ocorre me um NP requer a interpretação não-restritiva do N; nem, finalmente, qualquer uma destas propriedades de interpretação isoladamente fornece o "efeito avaliativo".

Entretanto, quando as duas coisas acontecem simultaneamente -- i.é, quando um AR pré-nominal é interpretado como o "predicado nuclear" e toma a relativização expressa pelo N que o segue como seu segundo argumento -- temos o "efeito avaliativo", cf. (72a) e suas propriedades de interpretação. Ora, isso sugere que *o "efeito avaliativo" é um efeito colateral do fato de, nestas construções, o*

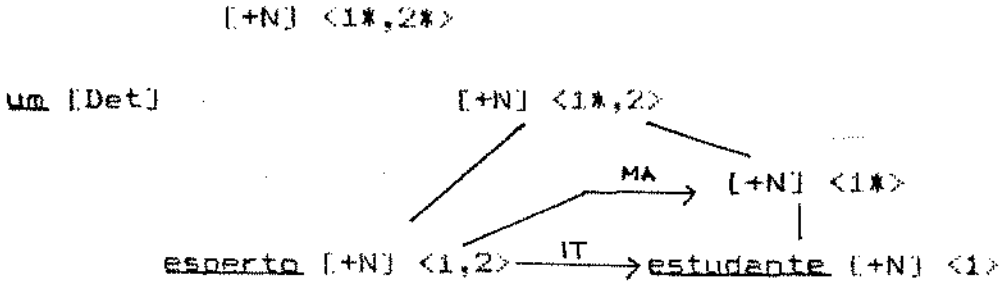
---

[78]Alguns ARs também podem ter uma "interpretação substantiva": ver seção 2.2.3.2.

AR simultaneamente ser o núcleo do NP e tomar o N como seu "segundo argumento".

Isso dá, na presente teoria, origem a uma configuração sintática como a em (74), interpretada como (75) (note que o "segundo argumento" é, na verdade, expresso pelo constituinte que satisfaz a posição 2 da rede temática de esperto abaixo, nomeadamente, o N estudante[74]):

(74)



(75) Ex [[esperto(x,E)] & estudante(x)]

Tomemos, então, a estrutura em (74) como a estrutura sintática que caracteriza a "interpretação apositiva avaliativa" dos As antepostos, e admitamos que, semanticamente, essa interpretação seja derivada das condições de verdade de (75). Poderíamos especular que a natureza "avaliativa/afetiva/subjetiva/etc." associada a essa interpretação pode ser derivada do fato de o adjetivo, como núcleo, ocupar uma posição sintático-semanticamente saliente, de algum modo propícia para hipotéticos mecanismos pragmáticos associados àqueles efeitos[77].

---

[74]Tomando, provisoriamente, a entrada lexical de esperto como

esperto [+V] <1,2> Atributo(1), Indivíduo(2)

Ver seção 2.1.1.3.

[77]Ver também a nota 29 do presente capítulo.

Mais objetivamente, atribuindo-se a estrutura em (74)-(75) à "interpretação apositiva avaliativa" da posição pré-nominal dos As, é possível explicar naturalmente porque esse fenômeno forma um paradigma com os fenômenos em (71) e (73): em todos eles as propriedades essenciais da construção derivam das propriedades temáticas dos ARs, que possuem uma posição temática para relativizações. Isso, evidentemente, também explica a marginalidade das ocorrências de ACs típicos, na posição pré-nominal, com uma "interpretação apositiva avaliativa": eles *não* dispõe, em sua rede temática primária, de uma posição para relativizações.

Entretanto, conforme eu disse no início dessa subseção, *também ACs típicos como* francês, casado, sonolento, etc. *possuem uma "interpretação apositiva afetiva"*, o que obviamente contradiz a análise acima sugerida dessa interpretação. Mas um estudo mais acurado dos fatores que permitem a ocorrência destes ACs com uma tal interpretação resulta, como veremos diretamente, numa confirmação inesperada da minha análise.

Em primeiro lugar, recorde a distinção entre *interpretação literal* e *não-literal* que introduzi nas notas 23 e 25 do capítulo anterior a propósito da interpretação de algumas ocorrências de sonolento e casado: em suas interpretações literais, tais adjetivos expressam propriedades -- física (ter sono) e jurídica (estar numa certa situação civil), respectivamente -- que um indivíduo tem ou não e que, portanto, não faz muito sentido relativizar:

(76) a. # Paulo está sonolento (para um vigia)

b. # Paulo é casado para um médico (Entretanto, "Paulo é casado como brasileiro"[78])

---

[78]Note que a relativização em relação a um termo como brasileiro pode ser interpretada porque situações jurídicas são, evidentemente, relativas às leis a que o indivíduo se submete: brasileiros são casados *se cumprem as exigências jurídicas do Brasil*, que podem não ser as mesmas e/ou não serem aceitas em outros países.

De modo análogo, francês e calvo, em suas interpretações literais -- ser nascido na França e ter calvície -- também não podem ser relativizados:

(77) a. # Paulo é francês (para um brasileiro)
b. # Paulo é calvo (para um careca)

Também como acontece com sonolento e casado, há situações pragmáticas que favorecem interpretações não literais de francês e calvo. P.ex., suponha que Paulo *não seja* um francês, mas que insiste em *se comportar como tal*; suponha que Paulo seja quase que completamente careca. Nestas situações, é perfeitamente plausível "intensificar" adjetivos como francês e calvo, cf. (78), em contraste com (71b):

(78) a. Paulo é *muito/demasiadamente* francês
b. Paulo é *muito/demasiadamente calvo*

é claro que, em (78), francês e calvo *não* tem o mesmo significado do que em seu "sentido literal": francês significa algo como "identificado com os franceses", p.ex.; calvo não se refere ao fato de o indivíduo ter ou não calvície, mas ao estado, mais ou menos adiantado, deste malefício à vaidade masculina. Mas, de fato o que é relevante em (78) é que mostra que estes adjetivos -- tipicamente ACs -- *podem* ocorrer num "contexto avaliativo"; entretanto, *seu significado não é o mesmo e isso pode significar que sua estrutura temática, nestes contextos, também não é a mesma*. Lembre-se que a intensificação em (78) é típica dos ARs; assim, é de se esperar que, nestes contextos, francês e calvo funcionem como ARs, o que parece ser confirmado por

(79) a. Paulo é *muito/demasiadamente* francês para quem não é um francês

b. Paulo é *muito/demasiadamente calvo* (mesmo) para os calvos

Mais que isso, quando intensificados, francês e calvo ocorrem, evidentemente que com seu significado "não literal", naturalmente em outro contexto característico dos ARs: como predicados da *small clause de* "verbos de avaliação", cf.

(80) a. Eu considero/julgo/acho *muito/demasiadamente* francês

b. Eu considero/julgo/acho *muito/demasiadamente* calvo

Finalmente, se com tais significados francês e calvo se tornam ARs, seria de esperar que, pudessem eles ocorrer em posição pré-nominal com uma "interpretação apositiva avaliativa". Embora não seja possível testar esse fato por meio de ocorrências destes adjetivos intensificadas por muito, podemos testar com elementos funcionalmente análogos como demasiadamente e mesmo o morfema superlativo -íssimo[79]:

(80) a. O francesíssimo comportamento de Paulo

b. O calvíssimo pianista

---

[79]Há uma restrição geral, válida mesmo para os ARs típicos, cuja natureza é ainda desconhecida, que impede a ocorrência de As intensificados por muito em posição pré-nominal:

(i) ?* um *muito* esperto/competente/alto/novo professor
(ii) um professor *muito* esperto/competente/alto/novo

A observação de que os ACs, quando modificados pelo morfema do superlativo, podem ocorrer em posição pré-nominal com a "interpretação apositiva avaliativa", é de G&L.

Tudo isso parece sugerir apenas uma coisa: que, mesmo ACs típicos, quando "interpretados avaliativamente", têm sua estrutura temática alterada e se tornam AKs.

2.2.2.2 Adjetivos Referenciais

Agora, lembre que no capítulo 1 eu sustentei, com base nos testes inferenciais introduzidos por Borges, que As como francês, alemão, etc. tinham (pelo menos) duas interpretações claramente distintas: (i) podiam ser interpretados como *argumentos* do predicado denotado pelo N e, nesse caso, denotavam a mesma entidade denotada pelo nome próprio correspondente (francês era interpretado do mesmo modo que (da) França, p.ex.); (ii) podiam ser interpretados como predicados unários do tipo "x é originário de X, X um país, etc."[80]. Como mostrei na ocasião, as "propriedades sincategoremáticas" de certas ocorrências destes adjetivos podiam ser deduzidas de (i), e as "propriedades categoremáticas" de outras ocorrências dos mesmos adjetivos, de (ii). A questão, óbvia, que levantei na ocasião foi: como estas duas interpretações destes As estão associadas? Temos, nos dois casos, as mesmas propriedades temáticas envolvidas? Nesta seção, eu procurarei dar uma resposta adequada a estas questões.

Comecemos partindo da natureza *derivada* destes As: parece claro que eles são, de algum modo, lexicalmente associados a algum nome próprio: alemão está lexicalmente associado a Alemanha, francês a França, etc. Do ponto de vista interpretativo, é evidente que a entidade denotada pelo nome próprio ocupa um papel central na interpretação do A referencial correspondente: no caso de sua in-

---

[80]Evidentemente, essa interpretação não se aplica apenas a Ns derivados de nomes próprios de países: voltairiano também pode ser interpretado como "x é originário de Voltaire", cf. "Ele tem um estilo voltairiano": ver adiante.

terpretação argumental, ele aparentemente denota a mesma entidade; no caso de sua intepretação categorematica, esta entidade fornece o segundo termo da relação "x é originário de X".

Em segundo lugar, é importante notar que a diversidade de significados que As referenciais podem ter resulta não de suas propriedades particulares especificamente, nem das dos nomes próprios aos quais estão associados lexicalmente: antes, elas são determinadas pelos elementos aos quais os As referenciais estão ligados sintatica e semanticamente em uma estrutura complexa, seja ele interpretado como um argumento ou categorematicamente. Em (81) abaixo vemos os diferentes papéis que As referenciais podem ter de acordo com as propriedades do N que o toma como argumento:

(81) a. [A derrota *italiana* na copa] comoveu o país (papel temático: *paciente*)

b. [O sentimento *italiano* de indignação] surpreende-nos (papel temático: *experienciador*)

c. [A invasão *italiana* da Albânia] deixou-nos indignados (papel temático: *agente*)

d. [O inspiração *da-vinciana* do esboço] é evidente (papel temático: *tonte*)

Do mesmo modo, o predicado geral "x é originario de X" pode ter diferentes interpretações especificas de acordo com o tipo de entidade que x é:

(82) a. Jean Pierre é *francês/da França* ("originário da França" = "nascido/vindo da França)

b. Aquele belo navio é *francês/da França* ("originário da França" = "feito/fabricado na França"; ou "de bandeira francesa")

c. Politicamente falando, a idéia de cidadania como o fundamento do Estado é (obviamente) *francesa/da França* ("originário da França" = "idealizada/formulada/materializada politicamente na França")

Em cada caso, o papel do A referencial parece ser o de dizer que a entidade x do qual ele é predicado está de algum modo relacionada com a França, Itália, Da Vinci, e isso é tudo: *o conteúdo da relação é fornecido pelo próprio tipo de entidade que é x*. O papel interpretativo do nome próprio lexicalmente associado, em contextos análogos, é ainda mais limitado: ele simplesmente denota a entidade -- país, indivíduo, etc. -- com o qual x está relacionado, e a relação em si tem de ser fornecida diretamente pelo predicado que introduz x, como no caso dos verbos, ou indiretamente por meio de uma preposição, como acontece com os Ns deverbais, cf.

(83) a. [A Alemanha] *derrotou* [a França]
b. a derrota *d*[a França] *para* [a Alemanha]

Agora, considere a seguinte teoria da interpretação que Higginbotham sugeriu NPs da forma em (84) -- de que (83b), ou NPs como os em (81) são exemplos --, em que cada A_i é um argumento do N[81]:

(84) $[_{NP}$ Det $[_{N'}$ N A_1 A_2 ... A_n $]]$

Higginbotham propôs que NPs como (84) fossem interpretados por estruturas lógicas da forma em (85), em que os papéis temáticos atribuídos pelo N aos seus argumentos A_i em (84) fossem interpretados como certas relações R_i entre as entidades x das quais o N é predicado e as entidades a_i denotadas por cada A_i[82]:

(85) Det x: [N(x) & $R_1(a_1,x)$ & $R_2(a_2,x)$ ... & $R_n(a_n,x)$]

Conforme vimos, cada R_i em um NP se manifesta, em geral, como uma preposição, cf. (83b)[83]. Assim, um N como o em (86), quando projeta um NP como (83b), é interpretado não como (87a), mas como (87b)[84]:

---

[81]Ver Higginbotham (1983), pp.415-18.

[82]Como se sabe, papeis temáticos como *agente*, *paciente*, etc. tem conteúdo relacional no sentido de que eles descrevem o modo de participação de uma entidade a_i em um evento x: a_i pode ser um agente em x, etc. Ver, para alguma discussão, Carlson (1984) e Dowty (1991). Quanto às razões que levaram a Higginbotham a interpretar a atribuição de papeis temáticos *nominais*, mas não os *verbais*, como conjunções lógicas, "esta hipótese é não somente compatível com, mas, pode-se inclusive dizer, explica, o fato de que os argumento de N são opcionais [os argumentos de Vs, em geral, não: ver adiante] -- não é implausível supor que conjuntos [i.é, constituintes proposicionais de uma conjunção] podem sempre ser omitidos" (p.416).

[83]Em inglês, há também o morfema 's de genitivo. Em geral, fala-se de *preposições vazias* vs. *preposições verdadeiras*, i.é, haveria preposições sem conteúdo semântico intrínseco e que seriam provavelmente "spell-outs" morfológicos das propriedades temáticas do N núcleo resultantes de uma regra que se aplicaria nos casos *default*, i.é, na ausência de uma preposição lexical com conteúdo intrínseco correspondente ao papel exigido pelo N. Preposições como o de do português e o of do inglês seriam exemplos típicos de

(86) derrota [+N] <1,2,3> Paciente(1), Agente(2), Evento(3)

(87) a. Q x: [derrota(França,Alemanha,x)], lido "o evento x em que a Alemanha derrotou a França"

b. Q x: [derrota(x) & Paciente(França,x) & Agente(Alemanha,x)], lido "o evento x tal que x é uma derrota, e a França é o paciente de x, e a Alemanha é o agente de x"

Consideremos a interpretação argumental do AS referenciais à luz dessa teoria. Como eu sustentei no capítulo 1, sua estrutura lógica deve ser idêntica à de um NP em que o nome próprio correspondente ocorre com a mesma interpretação, i.é, NPs como os em (81) devem ter uma estrutura lógica como a em (65).

Entretanto, devemos considerar -- e expressar de algum modo -- o fato de que existe uma pequena diferença entre o significado de um A referencial e o nome próprio lexicalmente associado, diferença que, como vimos, possui um reflexo sintático. O A referencial traz em si a idéia de que há uma relação entre a entidade denotada pelo nome próprio a que está lexicalmente associado, e aquela da qual ele predica a relação, embora quem determine a natureza da relação seja o tipo desta última entidade: por isso, AS referenciais não precisam -- aliás, excluem -- o uso de preposições para estabelecer a relação. Diferentemente disso, o nome próprio *não* traz em si a idéia dessa relação -- ele apenas denota uma entidade --, e por isso essa relação deve ser estabelecida de outro modo; superficialmente, ela se manifesta por meio de uma preposição adequada.

A fim de expressar essas propriedades do AS referenciais e dos nomes próprios a eles associados, e sua relação lexical, suponha

preposições vazias. Ver Chomsky (1986a) para alguma discussão. Como, no momento, essa questão não é relevante, vou simplesmente ignorá-la. Entretanto, ver adiante nesta seção.

que Ns proprios possuam entradas como (88a), interpretadas como (88b) (em que a é uma entidade particular), e que As referenciais possuam entradas como (89a), interpretadas como (89b); de (88b) e (89b) resulta que a interpretação de um A referencial é como (89c)[83]:

(88) a. $\underline{N_i}$ [+N]
b. [v(x,[$\underline{N_i}$]) sse x = a] -> v(a,[$\underline{N_i}$])

(89) a. $\underline{A_i}$ [+N] <1,2> Relação(1), Entidade(2)
b. v(<R,x>, [$\underline{A_i}$]> sse Ey [v(y,[$\underline{N_i}$]) & R(y,x)]
c. R(a,x)

I.é, dado um nome próprio $\underline{N_i}$ que denote uma entidade a, deve ou pode existir um $\underline{A_i}$ lexicalmente associado que denota o conjunto dos pares ordenados <R,x> tais que x está na relação R com a. Nestes termos, francês, derivado do nome próprio França, possui a entrada lexical em (90a), interpretada como (90b):

(90) a. francês [+N] <1,2> Relação(1), Entidade(2)
b. R(França,x)

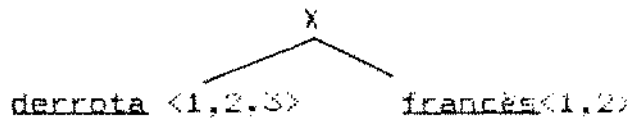
Em outros termos, francês em (90a) denota um predicado de dois lugares lido "x é uma entidade que está em uma relação R com a França": uma aproximação nada ruim do ponto de vista intuitivo.

---

[84]Comparar com o tratamento destes NPs na seção 1.1.2.2.
[85]Evidentemente, como a conexão lexical entre (88) e (89) -- inclusive morfologicamente -- é sistemática, ela deve ser derivada por uma regra (de redundância?) lexical, cuja formulação está completamente fora do alcance deste trabalho. Em (88)-(89) eu expresso essa conexão lexical por meio da indexação.

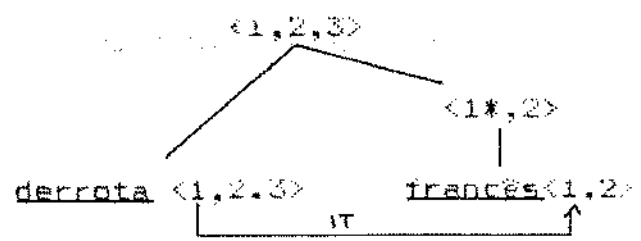
Agora, considere a projeção de um constituinte sintático por entradas como as em (86) e (90a) juntas, como em (91)[86]:

(91)



Nas duas entradas, as primeiras posições a terem de ser descarregadas são as posições 1, cf. o PFProj[87]. Agora, o conteúdo da posição 1 de derrota é exatamente o tipo de coisa que pode satisfazer a posição temática 1 de francês, embora o inverso não seja verdadeiro[88]; sendo ambas posições em redo temáticas diferentes,a única relação possível entre elas é a de *identificação temática*, de modo que, inicialmente (91) dá origem a (92a), interpretado como (92b):

(92) a.



b. derrota(x) & Paciente(França,y)

---

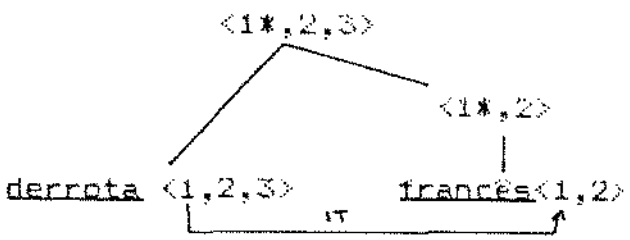
[86]Daqui por diante, ignorarei detalhes da estrutura que não sejam relevantes para a discussão.

[87]Ver 2.1.2, em particular a nota 36.

[88]Papéis temáticos relacionais como *agente, tema*, etc. são, em geral, satisfeitos por (constituintes ou posições temáticas denotando entidades como) *indivíduos, objetos*, etc.; entretanto, o inverso não parece verdadeiro: ver discussão sobre (115)-(117). É evidente aqui que existe uma diferença qualitativa no tipo de entidade lingüística que caracteriza posições temáticas por meio de noções relacionais como *agente, tema*, etc., de um lado, e as entidades lingüísticas que caracterizam posições temáticas por meio noções ontológicas como *indivíduos, objetos*, etc. Entretanto, no presente estágio de formulação da teoria, é difícil ver qual a natureza exata dessa diferença e suas conseqüências sintático-semânticas.

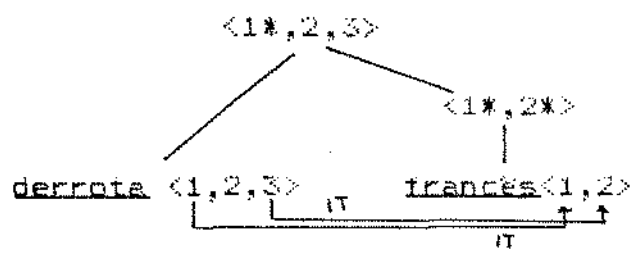
Ora, como vemos pelo resultado interpretativo da identificação temática em (92a), *pela propria natureza da estrutura tematica dos As referenciais*, ao terem sua posição temática 1 descarregada por um papel temático do N, elas fornecem as condições para a descarga da posição temática correspondente a este papel, de modo que (92a) é, na verdade, (93), interpretado como (92b):

(93)



Entretanto, a estrutura (93) não pode ser bem formada: a posição 2 de francês não foi descarregada dentro da projeção deste A e, portanto, não pode mais ser projetada, violando o Critério Temático; de fato, podemos ver por (92b) que ela resulta numa variável não-ligada, uma estrutura lógica proibida pelas línguas naturais**. Desse modo, a posição 2 tem que ser descarregada de algum modo dentro do constituinte em (93). De novo, ela só pode ser descarregada por identificação temática: não pode ser pela posição 2 de derrota (cf. nota ...), mas pode ser pela posição 3. Assim, (93) é na verdade (94a), interpretado como (94b), como seria de se esperar:

(94) a.



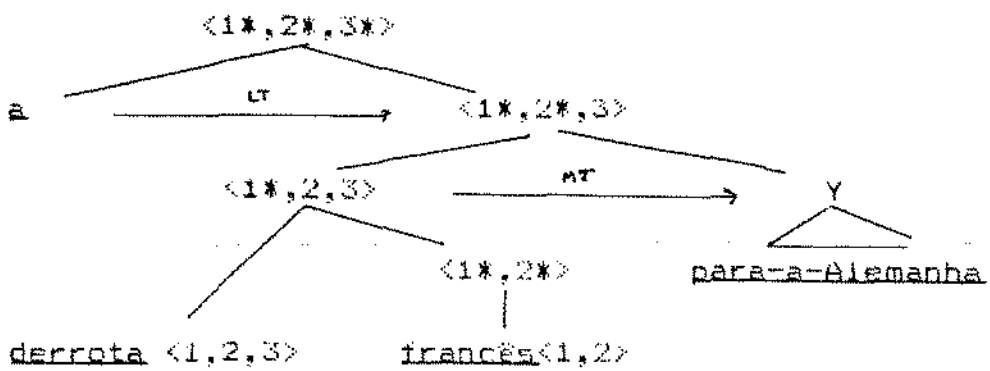
b. derrota(x) & Paciente(francês,x)

**Ver, p.ex., Higginbotham (1985), p.560, Chomsky (1986a), p.98-9.

Assim, seguindo a teoria da projeção que apresentei na seção 2.1, um constituinte como (94a) resulta, em última instância, num NP superficial como (95a), cuja estrutura é (95a) e a interpretação, (95b):

(95) a. a derrota francesa para a Alemanha

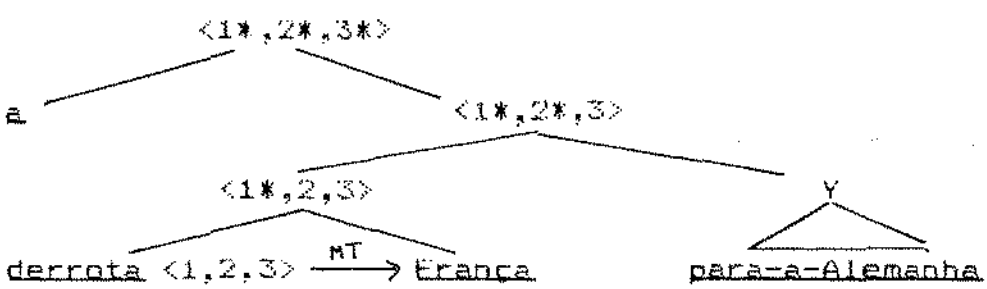
b.



c. Q x: [derrota(x) & Paciente(França,x) & para(Alemanha,x)]

Compare (95a) como (83b): ambas possuem a mesma interpretação, embora estruturas ligeiramente diferentes. A diferença reside no fato de que estrutura de (83b) é projetada a partir da *marcação temática* do NP França, cf. (96) abaixo:

(96)



Desse modo, a teoria venho desenvolvendo não apenas explica a relação intuitiva entre (83b) e (95a), mas também e principalmente as propriedades inferenciais de (95a).

A análise acima apresentada da interpretação argumental dos As referenciais tem outra conseqüência desejável: dela segue naturalmente que As referenciais, embora se comportem interpretativamente como NPs argumentais, *não se comportam sintaticamente como eles*. Mais especificamente: como vimos na seção 1.2.3, um dos argumentos de G&L a favor de uma análise da anteposição dos As românicos por meio de movimento seria uma possível analogia entre a impossibilidade da anteposição de As referenciais e o fato de estes As, apesar de seu conteúdo referencial, não poderem funcionar como antecedentes de anafóricos. Entretanto, G&L não possuem explicação alguma para esta última propriedade do As referenciais (independentemente disso, vimos na seção 2.2.2, 2.2.2.1 algumas situações em que As referenciais *podem* se antepor a um N).

Como bem sabemos, os princípios da teoria da ligação se aplicam exclusivamente às posições-A[90]. O que são posições-A? "Uma posição-A é uma posição em que um *argumento* como um nome ou uma variável [sintáticos, i.é, NPs] podem ocorrer em Estrutura-P; é uma posição temática potencial" (Chomsky (1981), p.47): Chomsky não está se referindo às posições temáticas de Higginbotham, mas às posições que em FL são *marcadas tematicamente*[91]. Ora, As referenciais não ocupam uma posição marcada tematicamente, mas possuem uma posição em sua rede *identificada tematicamente*. Posições-A são posições que são projetadas categorialmente como um NP, p.ex. Neste sentido uma posição identificada tematicamente não é projetada categorialmente; logo, não é uma posição-A e não é "visível" aos princípios da teoria da ligação.

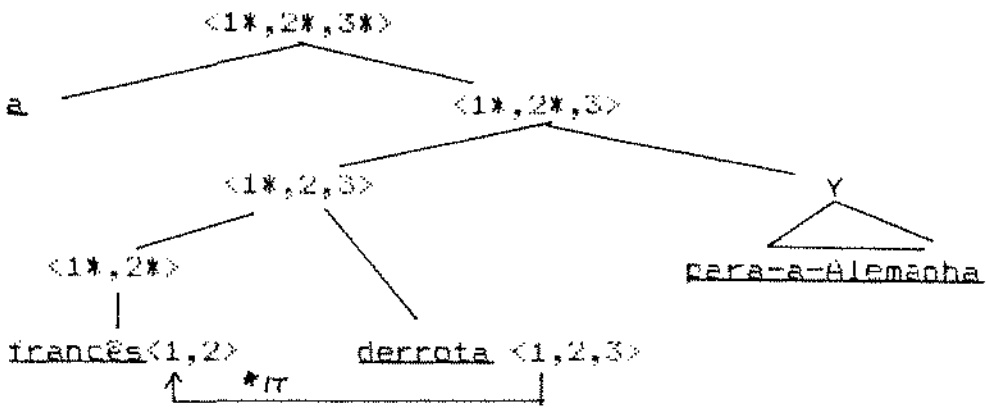
---

[90]Ao menos nas versões padrão da teoria da ligação: ver Chomsky (1986a).
[91]Ver Chomsky (1981), p.35 e ss.

Desse modo, não se pode explicar a impossibilidade de As referenciais *argumentais* em posição pré-nominal dizendo que não poderiam ligar um vestígio em posição-A, como pretendiam G&L. Qual a explicação, então? Para termos um A referencial em posição pré-nominal interpretado argumentalmente, teríamos de ter uma estrutura como (97), excluída por uma razão que já conhecemos: a linearização das relações temáticas em português:

(95) a. *a francesa derrota para a Alemanha

b.



Há ainda um fenômeno que G&L atribuem à impossibilidade de As referenciais ligarem um vestígio em sua suposta posição de origem: a aparente impossibilidade destes As de satisfazerem um "papel temático interno" de Ns deverbais como invasão, destruição, etc.[92] Como se sabe, tais Ns podem ter dois tipos de interpretação: podem denotar um *processo* ou o *resultado* de um processo[93]. Segundo Grimshaw (1986) (*apud* Tellier (1988)), somente em sua interpretação *processual* tais Ns possuem uma estrutura de argumentos, i.é, uma rede temática, de modo que, em princípio, a questão não se coloca para a interpretação *resultativa*. Agora, quando interpretados *processualmente*, tais adjetivos *exigem* a presença sintática de seu "argumento interno", cf.

---

[92]Ver seção 1.2.3. Sobre possíveis contra-exemplos, ver nota 30 do capítulo 1.

(96) a. ?* a freqüente/lenta invasão/destruição ___
b. a freqüente/lenta invasão/destruição da Albânia

Entretanto, nisso os Ns deverbais processuais se comportam como os Vs em geral e, em particular, com os Vs dos quais são derivados: estes também não apenas exigem a presença sintática de seu argumento interno, mas também que esse argumento seja projetada em uma posição-A, i.é, se manifeste como um NP marcado tematicamente, cf.

(97) a. * A Itália destruiu/invadiu ___
b. * A Itália destruiu/invadiu albanês/albanesa
c. A Itália destruiu/invadiu a Albânia

Desse modo, existe a possibilidade de que o que impede que As referenciais descarreguem papéis temáticos internos de certos Ns deverbais não seja uma propriedade específica destes As, mas uma propriedade que estes Ns repartem com Vs, exigindo que seus argumentos diretos sejam projetados em posições-A. Essa possibilidade indica que uma investigação mais cuidadosa é necessária antes de qualquer conclusão nesse domínio.

Para encerrar esta seção, vejamos como é possível derivar a "interpretação categoremática" dos As referenciais, aquela em que são intepretados como "x é originário de X". Como vimos em (82), também nessa interpretação o A possui essencialmente o conteúdo intuitivo de expressar uma relação entre a entidade nomeada pelo nome próprio a ele lexicalmente associado, e a entidade da qual ele predica a relação; de novo, a natureza da relação é determinada pela natureza desta última entidade. Entretanto, há uma propriedade adicional nesta interpretação dos As referenciais: nela há sempre uma "relação de origem". Assim, a única diferença intuitiva entre a

---

*Ver Tellier (1988), p.208 e ss.

"interpretação categoremática" e a "argumental" de é a de que na primeira a natureza da relação está relativamente definida.

Agora, considere os predicados preposicionais em (82), cuja interpretação é análoga à dos As referenciais categoremáticos no mesmo contexto: é evidente que, nestes casos, a preposição de não é uma preposição *semanticamente vazia*, mas é o de que expressa *origem*"**, i.é, o mesmo de que ocorre em

(98) a. Paulo saiu *de* casa
b. Paulo foi/viajou *do* Rio a São Paulo
c. Paulo chegou *do* Rio
d. Paulo comprou *de* José aquele livro raro

Assim, parece relativamente claro que, além do de semanticamente vazio usado como *dummy Case marker* dentro do NP, o português tem um de lexical que expressa um predicado como "x é originário de X". Suponha que este de tenha a entrada lexical em (99a), interpretada como (99b):

(99) a. de [P] <1,2> Fonte(1), Entidade(2)
b. v(<x,y>, [de [P]]) sse De(x,y)

de em (99) expressa uma relação perfeitamente adequada para interpretar R em (90b) (como também o papel temático *Fonte(x,y)*, que de lexicaliza em português). Se, de fato, o léxico do português dispõe de uma entrada como (99) e de uma regra lexical geral que derive de Ns próprios As referenciais como os em (89), é plausível supor que haja uma segunda regra lexical que derive de (99) e (89) predicados unários como os em (100); (101) seria a versão de francês resultante dessa regra:

**Ver nota 83 deste capítulo.

(100) a. <u>A</u>$_i$ [+N] <1> Entidade(1)
b. v(x,[<u>A</u>$_i$ [+N] <1>]) sse <u>De</u>(a,x)

(101) a. <u>francês</u> [+N] <1> Entidade(1)
b. <u>De</u>(<u>França</u>,x)

Creio que não é necessário demonstrar que <u>francês</u>, interpretado como em (101b), possui as propriedades de um "AC": ele é um predicado unário.

Com essa análise das ocorrências "AC" dos As referenciais é possível demonstrar, sem qualquer estipulação adicional um fato notado Borges[95]: na sentença em (102) abaixo, a ordem linear dos As referenciais determina que o primeiro seja "interpretado argumentalmente" e o segundo "categorematicamente", i.é, (102) é interpretada como (103), em que R_m é o papel temático que <u>soldado</u> atribui a seu argumento[96]:

(102) Fritz é um soldado francês alemão
(103) <u>soldado</u>(<u>Fritz</u>) & R_m(<u>França</u>,<u>Fritz</u>) & <u>De</u>(<u>Alemanha</u>,<u>Fritz</u>)

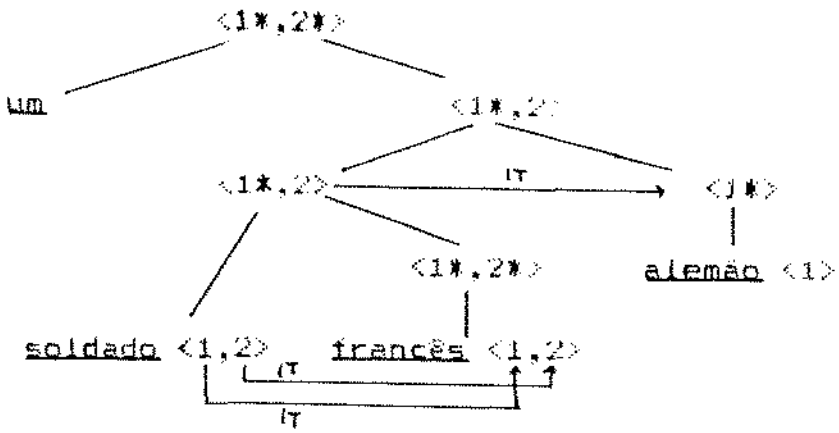
Agora, considere as entradas lexicais relevantes envolvidas em (102) e o NP que projetam:

(104) a. <u>soldado</u> [+N] <1,2> R_m(1), Indivíduo(2)
b. <u>francês</u> [+N] <1,2> Relação(1), Entidade(2)
c. <u>alemão</u> [+N] <1> Entidade(1)

---

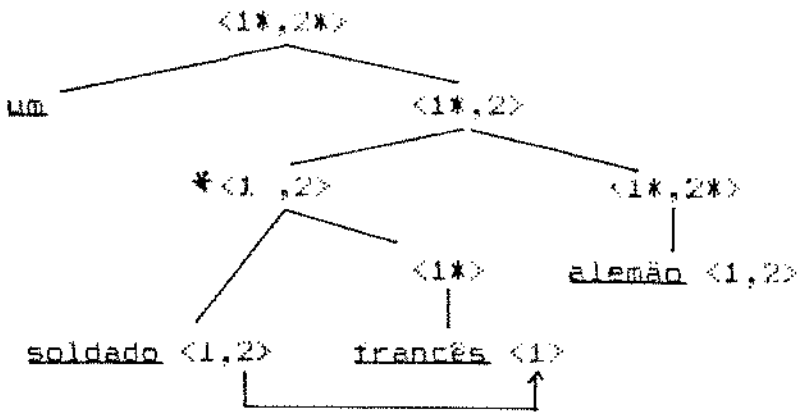
[95]Ver seção 1.1.2.3.
[96]Cf. seção 1.1.2.2, especialmente a nota 36.

(105)



A questão é: por que não é possível uma estrutura como (106)?

(106)



Do mesmo modo que em (91)-(94), o fator relevante aqui é o PProj: note que a posição temática associada ao papel temático R_{em} de soldado, a posição 1, é a "mais interna" na rede temática e deve ser descarregada no primeiro constituinte projetado. Se a linearização do NP em (102) conserva as relações estruturais definidas pelo PProj a partir das propriedades da entrada lexical, o argumento interno *tem* de estar adjacente ao núcleo; daí que o A adjacente ao núcleo é que é interpretado como seu argumento.

Creio ter demonstrado como as várias propriedades sintático-semânticas características dos As referenciais e dos ACs podem ser deduzidas de maneira natural na teoria que apresentei na seção, mais algumas hipóteses plausíveis sobre a estrutura temática asso-

ciada a estes itens lexicais. De fato, na discussão dos exemplos em (95) eu mostrei como era possível deduzir mais uma das generalizações descritivas obtidas no capítulo 1, a repetida em (107) abaixo ((67a) do capítulo 1):

(107) Adjetivos referenciais, quando pospostos, podem funcionar como argumentos do N, mas não quando antepostos.

Para completar a dedução de *todas* aquelas generalizações, resta a generalização em (67b) do capítulo 1, que diz respeito aos As relacionais, que são o assunto da próxima seção.

2.2.3 *Adjetivos Relacionais*

No capítulo 1, chamei de *relacionais* adjetivos como esperto, suposto, competente, alto, etc., fundamentalmente porque, a fim de dar conta de modo adequado das propriedades inferenciais destes As, era necessário toma-los como *relações*, i.e. predicados de (pelo menos) dois lugares. Assim, diferentemente do que ocorre com os ACs, que possuem entradas lexicais da forma em (108a) abaixo, As relacionais possuem entradas com a forma de (108b), em que '...' é uma seqüência *s* de zero ou mais posições temáticas e *n* é a última posição temática da rede; uma vez que estaremos discutindo, em geral, o caso mais simples, em que *s* = 0, podemos ignorar *s* e nos deter nos As relacionais com entradas da forma em (108c):

(108) a. θ_1 [+N] <1>
b. θ_1 [+N] <1, ..., n>
c. θ_1 [+N] <1,2>

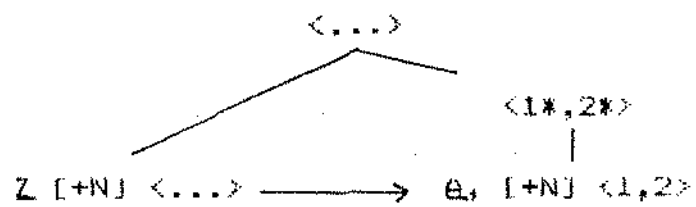
Consideremos, em abstrato, que relações temáticas são possíveis de serem projetadas por uma entrada como (108b) quando projeta um contituinte com outro elemento [+N]. Como sabemos, ambos os itens lexicais [+N] podem ocupar a posição de núcleo, i.é, a posição inicial, de modo que temos, de início, duas possibilidades:

(109) a.

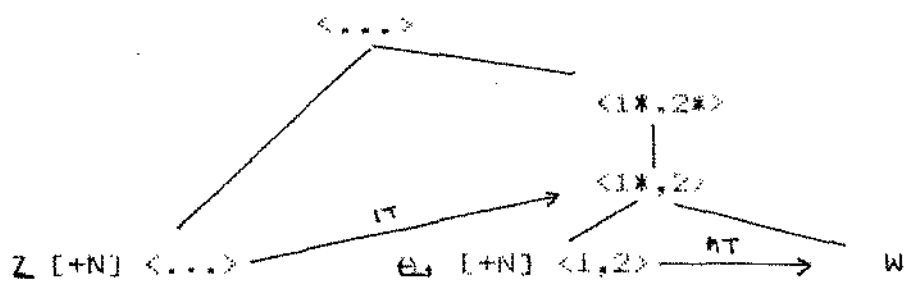
b.

Vejamos o primeiro caso, (109a). Antes de mais nada, λ é uma projeção da rede temática de Z, que é o núcleo e, portanto, deve ter sua última posição temática descarregada por LI com o DE1. Em segundo lugar, a última posição temática de θ_1, tem de ser, em princípio, descarregada por LI com alguma posição de Z, já que, sendo a última, é ela que simultaneamente fecha a projeção de θ_1 e estabelece a relação temática com Z. Finalmente, a posição 1 de θ_1 tem de ser ou descarregada por por LT com alguma outra posição de Z (cf. o Critério Temático em (25), neste capítulo), ou tem de ser descarregada por alguma relação temática (RT em (110) abaixo) *interna à projeção de θ_1 linearizada para a direita*; a opção da marcação temática autônima de Z por θ_1 é excluída pela linearização das relações temáticas do português. Desse modo, (109a) permite estruturas como (110a,b) e não pode resultar em estruturas como (110c):

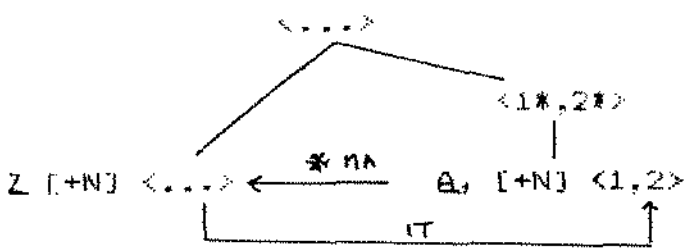
(110) a.



b.

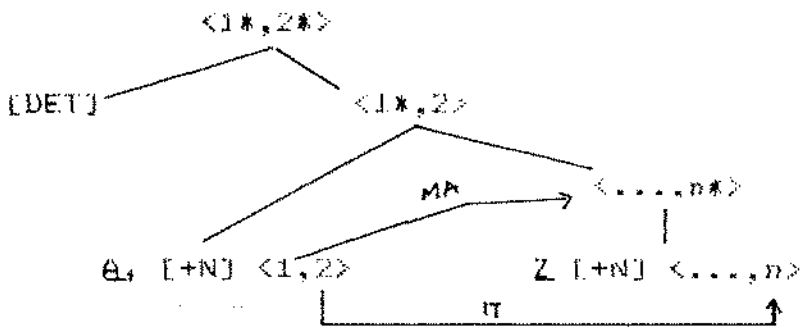


b.



Considere agora (109b). Sendo θ_1 o núcleo, deve ter sua última posição temática descarregada pelo DET. Sendo Z um modificador nominal de θ_1, tem de ter, em princípio, sua última posição temática descarregada por IT com uma posição de θ_1. Quanto à posição 2 de θ_1, há apenas uma alternativa: ela tem de ser descarregada por uma relação temática à direita, e as únicas disponíveis nessa configuração são as relações de marcação temática autônima ou de identificação temática com uma posição de Z que não seja n. Disso resulta que (109b) projeta uma estrutura como

(111)



A estrutura em (111), como vimos na seção 2.2.2.1, é a que resulta na "intepretação apositiva avaliativa" dos AAs antepostos.

Há, além disso, duas observações importantes a serem feitas, de imediato sobre as estruturas (110a,b) e (111). Em primeiro lugar, é preciso dizer que elas são *deduzidas* da teoria que desenvolvi até aqui, o que mostra que a única generalização descritiva do capítulo anterior que ainda não havia sido demonstrada no presente capítulo, (112) abaixo ((67b) do capítulo 1) é um *teorema* aqui:

(112) As relacionais, quando antepostos, exigem que o N denote seu segundo argumento (cf. (111)), mas quando pospostos isso nem sempre ocorre (cf. (110b)).

Nas subseções seguintes, estaremos vendo várias instanciações específicas de (110) e (111), mostrando que tais estruturas fornecem predições acuradas sobre o comportamento sintático-semântico dos As discutidos no capítulo 1, uma vez feitas certas assunções plausíveis sobre as propriedades temáticas destes itens.

2.2.3.1 Suposto e o Caso dos Adjetivos Intensionais

Os chamados *adjetivos intensionais* (AIs), como termo diz, são adjetivos cujas condições de verdade exigem referência à noção de *intensão*, que basicamente relativiza a referência de uma expressão a mundos e tempos possíveis[97]. P.ex., quando se diz que Itamar é o *próximo* presidente, não se esta dizendo que *é* o presidente *neste momento*, mas que ele *será* o presidente *num momento futuro*: próximo é um AI cujas condições de verdade fazem referência a tempos possíveis.

Em geral, as análises das correlações entre distribuição e interpretação de As em português a que me referi no capítulo 1 não fazem menção detalhada aos AIs[98], possivelmente porque eles possuem uma porpriedade atípica em relação aos demais As: *ao contrário destes, a posição natural dos AIs é a posição pré-nominal*, e suas ocorrências pós-nominais parecem, em geral, inaceitáveis, cf.[99]

(113) a. um suposto/pretenso comunista
b. * um comunista suposto/pretenso

---

[97]Este é o conteúdo intuitivo fundamental da noção na tradição iniciada por Carnap e seguida nas versões padrão da semântica de Montague: ver Dowty et alii (1981).
[98]Embora fale de "predicados intensionais", não há qualquer discussão específica deste tipo de A no trabalho de Borges. E Alvana Boff explicitamente os exclui de sua análise, cf. sua nota 14, p.63.
[99]Exemplos de Alvana: ver nota anterior.

(114) a. o próximo/último presidente

b. o presidente próximo/último

Deve ser evidente que, na teoria que venho desenvolvendo, tais restrições, quando e se de fato existem, devem ser derivadas do fato de que AIs, em NPs como os em (113)-(114), qualquer que seja a sua interpretação, *tem* de projetar uma estrutura como (111) e *não podem* projetar estruturas como as em (110a,b). Eu não pretendo mostrar que esse é o fato para *todos* os AIs, mas, mostrando que isso é verdade para um AI típico, suposto, eu pretendo sugerir que essa generalização é plausível.

A primeira observação a ser feita sobre suposto é a de que ele é um A derivado, i.e, resulta de certas operações lexicais que convertem um V, supor, em um A. A hipótese nula é a de que suposto possui exatamente as mesmas propriedades de supor, exceto possivelmente pelas conseqüências das operações que convertem o V no A[100]. Se adotamos a análise de Levin & Rappaport (1986) da derivação de As como suposto a partir de Vs como supor, então a associação lexical entre estes dois itens se limitaria a duas operações: (i) a afixação do morfema de particípio passivo -*do* ao V, cujos efeitos são a supressão do papel temático "externo"[101] e a "absorção" do Caso acusativo[102]; (ii) a mudança de categoria sintática do

---

[100]Para uma exaustiva discussão fartamente exemplificada, ver Levin e Rappaport (1986).

[101]Que expressarei formalmente como uma operação de descarga temática *no léxico* da posição associada, e interpretada por "existential closure" (116) e (117) adiante. Ver Higginbotham (1985), p.565-6; para uma discussão mais geral dessa operação lexical, ver Rizzi (1986).

[102]Cuja conseqüência é que um particípio passivo é na verdade um V inacusativo, i.é, que não pode atribuir Caso para seu "argumento direto", que deve mover-se até a posição de sujeito para recebê-lo: está é a "explicação padrão" da passiva verbal centro da teoria da Regência e Ligação.

particípio passivo, que é um V, para a categoria sintática A, cujo efeito é a "externalização do argumento direto"[103].

Desse modo, um V como ver, p.e.x, com uma entrada lexical como (115a) abaixo[104] e interpretado como (115b) abaixo, pode derivar, sucessivamente, o particípio passivo em (116a) e o A em (117a), interpretados como em (116b) e (117b), respectivamente:

(115) a. ver [+V] <1,2,3> Tema(1), Evento(2), Experienciador(3)
b. ver(x,y,z), lido "x é um evento de y ver z"

(116) Pela afixação de -do:
a. visto [+V] <1,2,3*> Tema(1), Evento(2), Experienciador(3)
b. Ey [ver(x,y,z)

(117) Pela mudança de [+V] para [+N][105]:
a. visto [+V] <1*,2*,3> Evento(1), Experienciador(2), Tema(3)
b. ExEy [ver(x,y,z)]

Creio que não é preciso demonstrar que a entrada em (117a) entra justamente no conjunto de relações temáticas que seria de se esperar de um AC, com os efeitos interpretativos respectivos (cf. "o rapaz visto (por Maria)" *vs.* "* o visto rapaz").

---

[103]Que representarei formalmente como uma operação que altera a rede temática original associando ao papel temático interno à última posição da rede, cf. (117), permitindo que ela seja descarregada *externamente* à projeção do A por meio da identificação temática.
[104]Ver nota 36 do presente capítulo.
[105]Lembre-se que, em português, As pertencem a categoria morfo-sintática dos nomes, cf. seção 2.2.1. Eu assumirei que um dos efeito desta regra de conversão categorial é a descarga lexical da posição de evento, o que pode ser a causa da "diferença sutil de significado" entre as passivas verbais, *interpretadas eventivamente*, e as passivas adverbiais, *interpretadas estativamente*. Há aqui algo que precisa ser investigado.

Agora, retornando ao caso de <u>supor</u>, tentemos identificar quais são suas propriedades temáticas e como elas se manifestam sintaticamente. Comecemos pelo seguinte paradigma:

(118)a. [$_{NP}$ Todos os que querem provar aquele teorema] *supõem* [$_{S}$ que a classe das linguagens definíveis recursivamente seja infinita]

b. [$_{NP}$ Muita gente] *supunha* [$_{S}$ que Collor fosse um estadista]

(119)a. [$_{NP}$ Todos os que querem provar aquele teorema] *supõem* d'[$_{NP}$ a classe das linguagens definíveis recursivamente] [$_{S}$ que ela seja infinita]

b. [$_{NP}$ Muita gente] *supunha* de [$_{NP}$ Collor] [$_{S}$ que Collor fosse um estadista]

Como podemos ver pelo contraste entre (118) e (119), <u>supor</u> parece ter duas estruturas temáticas projetadas em estruturas sintáticas diferentes[104]. Em (118), <u>supor</u> projeta uma estrutura que possui *dois* constituintes marcados tematicamente: o NP que expressa o *experienciador* da suposição, e uma S que expressa a *proposição* que é objeto da suposição. Em (119), são *três* os constituintes tematicamente marcados: além dos que o são em (118), há um outro NP que expressa o *tema* da suposição.

É evidente, do ponto de vista intuitivo, que estas duas estruturas temáticas estão de algum modo associadas. A fim de perceber a natureza dessa associação, observe agora o seguinte paradigma:

(120) a. Ana supôs que Fernando conhecesse Paulo César

b. Ana supôs de Fernando$_{i}$ que ele$_{i}$ conhecesse Paulo Cesar

c. Ana supôs de Paulo César$_{i}$ que Fernando o$_{i}$ conhecesse

[104]Não creio que seja possível postular a relação entre as sentenças em (118) e (119) por meio de uma regra de movimento.

c. * Ana supôs de Pedro, que Fernando, conhecesse PC.

(120) mostra que, em uma estrutura como a em (119), o NP tema da suposição tem de ligar algum elemento (sintaticamente, um pronome em (120b,c)) da estrutura temática da S que é objeto da suposição.

Assim, a fim de dar conta das relações sintático-semânticas sugeridas por (118)-(120), suponha que o V supor dispõe originalmente de uma rede temática como a em (121a), interpretada como (121b), e que existe uma regra lexical que se aplica a entradas como a em (121a) e deriva delas entradas como a em (122a), interpretada como (122b)[107]:

(121) a. $supor_1$ [+V] <1,2,3> Proposição(1), Evento(2), Experienciador(3)

b. $supor_1$(x,y,[P(...)]), lido "x é um evento de y supor que [P(...)]"

(122) a. $supor_2$ [+V] <1,2,3,4> Tema(1), Proposição(2), Evento(3), Experienciador(4)

b. $supor_2$(x,y,z,[P(...z...)]), lido "x é um evento de y supor de z que [P(...z...)]"

Agora, se aplicassemos as operações lexicais exemplificadas em (116)-(117) às entradas em (121) e (122), obteríamos os seguintes adjetivos:

(123) a. $suposto_1$ [+N] <1*,2*,3> Evento(1), Experienciador(2), Proposição(3)

---

[107] Formam um padrão com supor, nesse sentido, outros verbos de atitude proposicional como imaginar, pensar, etc.

b. ExEy [supor$_1$(x,y,[P(...)])]

(124) a. supor$_2$ [+V] <1,2*,3*,4> Proposição(1), Evento(2), Experienciador(3), Proposição(4)

b. ExEy [supor$_1$(x,y,z,[P(...z...)])]

Considere as estruturas projetáveis por uma entrada como (124a): suposto$_1$ é um A que precisa ter sua posição temática aberta descarregada por um elemento que denote uma proposição; e é isso o que acontece tanto em (125a) quanto (125b), interpretados como em (126a,b), respectivamente:

(125)a. [$_{NP}$ Que a classe das linguagens definíveis recursivamente seja infinita]/[$_{NP}$ Aquela premissa] é *suposto(a)* (por todos os que queriam provar aquele teorema)

b. [$_{NP}$ A premissa *suposta* (por todos ...)] era falsa.

(126) a. ExEy [supor$_1$(x,y,[Que a classe ...])] ou
ExEy [supor$_1$(x,y,[aquele x: premissa(x)])]

b. Q x: [[premissa(x) & EzEy [supor$_1$(z,y,x)] & por(z,[todos os ...])] & falso(x)

(125b)-(126b) testemunham claramente um caso em que suposto$_1$ pode ser tematicamente identificado: Ns como premissa (proposição, idéia, etc.), que podem denotar entidades proposicionais podem também satisfazer a posição 3 de (123a). Por uma razão análoga, NPs como o em (113b), abaixo repetido em (127a), em que a ocorrência de supor é uma ocorrência de supor$_1$, são inaceitáveis: comunista denota um predicado de indivíduos, não de entidades proposicionais, do que resulta que uma interpretação como (127b) abaixo é absolutamente anômala semanticamente:

(127) a. * um comunista suposto

b. # Ex [comunista(x) & EzEy (suposto$_1$(z,y,x))]

Agora, dada a possibilidade de que ACs, e suposto$_1$ é um AC, possam ocorrer em posição pre-nominal e serem interpretados, nesses casos, "substantivamente", é de surpreender que um NP como (124a) não disponha, em português, de tal possibilidade:

(128) a. # A suposta premissa

b. Q x: [EzEy [suposto$_1$(z,y,x) & proposição(x)]]

é claro que o NP em (128a) não denota um x tal que x é uma proposição e que x tenha sido suposto por alguém; antes, denota um x do qual se supõe que seja uma premissa. Ou seja, (128a) é interpretado como se a ocorrência de suposto nele seja uma ocorrência de suposto$_2$. Considere a configuração projetada pelo NP em (128a):

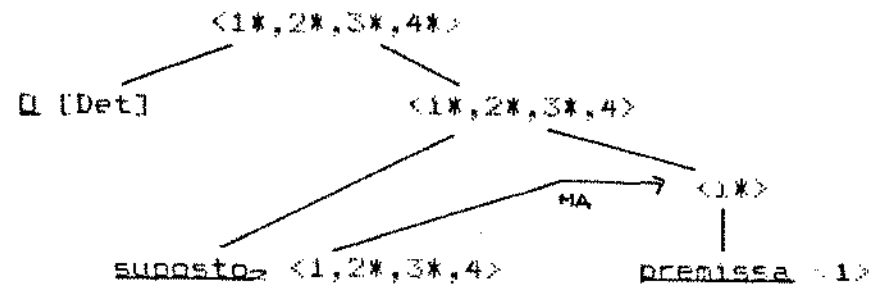
(129)

Não é implausível supor que, nesta configuração, a única em português em que a marcação temática autônima se realiza, cf. (111) vs. (110c), por essa mesma razão haja induzido uma "especialização" da posição pré-nominal para ocorrências de suposto$_2$, excluindo suposto$_1$ desta posição e, portanto, sua "interpretação substantiva" nestes contextos[108]. Desse modo, (129a) é projetado como (130a) e

[108]Poder-se-ia ver aqui um argumento a favor de uma regra lexical de derivação de Ns a partir de As, nos moldes da análise proposta por M.Lemle, cf. nota 63. deste capítulo: assim, a limitação da distribuição de suposto$_1$ poderia ser, de fato, uma conseqüência do

interpretado como (131b), dando o resultado correto também do ponto de vista intuitivo:

(130) a.



b. Q x: [ExEy [suposto→(z,y,x,[premissa(x)])]]

A configuração em (130a) merece algumas observações. A primeira delas a de que ela e adequada, estruturalmente, para que a posição 4 de suposto→ identifique tematicamente a posição 1 de premissa: e mais: aparentemente não ha outra posição temática que possa descarregar esta última. Ora, se de fato isso acontecesse, dada a teoria de Higginbotham da identificação temática, (128a) teria de ser interpretado como (131) abaixo, e não como (130b), um resultado factualmente incorreto:

(131) Q x: [ExEy [suposto→(z,y,x,[premissa(x)])] & premissa(x)]

Entretanto, note que a posição temática de suposto→ que *tem* de ser primeiramente projetada é a posição 1, que é descarregada por marcar autonimamente o N premissa. Ao fazer isso, pela própria estrutura temática de suposto→ e de premissa, a posição 1 de premissa é simultaneamente descarregada, sendo interpretada como uma variável

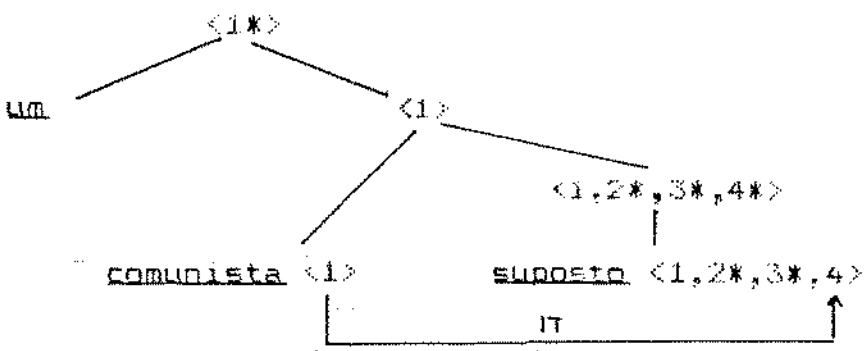
---

fato de que esta regra, condicionada lexicalmente, nao aplica a este A. Mas essa objeção não se sustenta diante de sentenças como "[NP o suposto] é que a classe das linguagens recursivamente definíveis seja infinita".

ligada pelo argumento *tema* de <u>suposto</u>→[107]. Uma vez descarregada, a posição 1 não está mais disponível para ser tematicamente identificada e, portanto, esta relação *não* se estabelece em (130a).

Para encerrar nossas considerações sobre <u>suposto</u>, devemos explicar por que NPs como (113b) não são aceitáveis. Já vimos por que isso ocorre quando <u>suposto</u> é interpretado como <u>suposto</u>, na discussão do exemplo (128). Assim, resta saber por que (113b) não é aceitável com <u>suposto</u>→. Observe a configuração associada a (113b) com <u>suposto</u>→.

(132)



A primeira posição temática de <u>suposto</u> que tem de ser descarregada é a posição 1. Ela não pode ser identificada tematicamente pela posição 1 de <u>comunista</u>, uma vez que <u>comunista</u> é um predicado de indivíduos, e não de entidades proposicionais. Ela também não pode ser descarregada por meio da marcação temática autônima do N <u>comunista</u>, como em (113a)-(130a), pois nesse caso instanciaria a estrutura em (110c) -- excluída pela linearização para a direita das relações temáticas do português. A única opção que resta é a marcação temática de um constituinte interno ao AP, mas não há nenhum constituinte em (132) que possa receber o papel temático associado à posição 1. Assim, a posição 1 de <u>suposto</u> não pode ser descarregada em (132), e a estrutura é excluída pelo Critério Temático -- o que exclui também os NPs que a realizam, como (113b).

---

[107]Algo semelhante acontece no caso dos As referenciais, cf. a discussão dos exemplos (91)-(93) neste capítulo.

Por este raciocínio, a estrutura (132) poderia ser melhorada se a posição 1 de suposto pudesse ser descarregada por marcação temática em algum constituinte apropriado interno ao AP. Isso parece se confirmar em construções como (133a), que possuem um caráter marcado em português[116], mas que são claramente mais aceitáveis, obviamente porque são interpretáveis (cf. (133b)), do que NPs como (113b):

(133) a. ? [$_{NP}$ um comunista suposto ser stalinista] revelou-se um trotskista

b. Ex [comunista(x) & EzEy [supor$_{\rightarrow}$(z,y,x,[stalinista(x)])]]

Assim, parece-me que, dadas certas assunções plausíveis acerca das propriedades temáticas de supor e do modo como suposto é derivado deste V, é possível mostrar como as correlações entre distribuição e interpretação que caracterizam o comportamento deste A podem ser deduzidas da teoria que apresentei. Mais que isso, de fato *o comportamento de suposto confirma predições que fiz em abstrato a partir dessa teoria*. Isso, evidentemente, não é suficiente para dizer que tenho uma teoria adequada do comportamento de todos os AIs, uma vez que muitos casos destes As *não* são derivados de Vs que introduzem contextos intensionais, como é o caso de suposto. Entretanto, creio que o relativo sucesso na análise de suposto abre o caminho para uma investigação mais detalhada e profícua das correlações que caracterizam os demais AIs em português.

---

[116]Por alguma razão desconhecida, o que é particularmente intrigante em face da aceitabilidade absoluta de construções análogas em inglês:

"A communist supposed to be a stalinist"

2.2.3.2 *Esperto e Outros Adjetivos Relativizaveis*

Na seção 2.2.2.1 eu introduzi o termo *adjetivo relativizavel* (AR) para me referir a um certo tipo de adjetivo relacional, caracterizado por exemplos como esperto, competente, novo, alto, etc. Como justifiquei naquela seção, baseado na argumentação que procedi no capitulo 1, estes As são *relativizaveis* no sentido de que atribuem uma certa propriedade a alguma entidade *em termos relativos*, i.é, a entidade possui (em algum grau) a propriedade expressa pelo adjetivo quando se considera algum ponto de referência. Em suma, a *predicação destes adjetivos depende de alguma "relativização"*[1].

No capitulo 1, eu caracterizei nocionalmente estas diferentes relativizações dizendo coisas como: alguém é esperto com relação a *alguma classe de comparação*, i.é, quando comparado com alguma classe de individuos, cf. (134a) abaixo; alguém é competente em relação a *alguma atividade* que exerça, i.é, em alguma coisa que faça, cf. (134b); alguém é um alto N se ocupa uma posição alta *na hierarquia* expressa por N, cf. (134c). Introduzamos uma quarta possibilidade de relativização: alguém pode ser novo enquanto algo, i.é, na *condição* de (ser) algo, cf. (134d):

(133) a. Paulo é [$_{NP}$ um estudante esperto [$_{xP}$ para um estudante]]
b. Paulo é [$_{NP}$ um professor competente [$_{xP}$ como um professor]]
c. Paulo é [$_{NP}$ um oficial alto [$_{xP}$ para um oficial])]
c. Paulo é [$_{NP}$ um oficial alto [$_{xP}$ na hierarquia militar])]
d. Paulo é [$_{NP}$ um pianista novo [$_{xP}$ enquanto pianista]]

---

[1]Ver a seção 1.1.2.1, especialmente a discussão dos exemplos (18) a (25).

Agora, recorde que meu argumento, no capítulo 1, foi o de que as várias propriedades que caracterizam os ARs derivam do fato de eles possuírem em sua estrutura de argumentos, sua rede temática, um lugar para as respectivas relativizações em (133). E de fato eu mostrei que essa hipótese, em conjunção com a teoria que apresentei, oferece uma maneira objetiva e plausível de caracterizar a chamada "interpretação apositiva avaliativa", cf. a seção 2.2.2.1: eu sustentei que, nesta interpretação, o que caracteriza a descarga das posições temáticas associadas às relativizações é uma configuração de marcação autônima. Assim, a questão óbvia é: temos razões independentes para considerar tais relativizações como parte da estrutura temática codificada na entrada dos ARs respectivos? E se as temos, quais suas conseqüências para a teoria?

2.2.3.2.1 Problemas

Consideremos um pouco mais detidamente as propriedades de significado das relativizações em (133). Do ponto de vista intuitivo, parece claro que elas expressam significados diferentes, como a caracterização nocional que fiz delas sugere. Entretanto, note que a *distinção entre elas parece obliterada (ao menos parcialmente) quando a relativização não é expressa abertamente por um XP adequado*: as sentenças em (134) abaixo poderiam ser perfeitamente parafraseadas por cada uma das alternativas aceitáveis em (135), (136), (137), (138) e (139), respectivamente, cf.[2]

(134) a. Paulo é [$_{NP}$ um estudante esperto]
b. Paulo é [$_{NP}$ um professor competente]
c. Paulo é [$_{NP}$ um oficial alto]

---

[2]Considerarei como relevante para o paradigma composto por (133c)-(134c)-(137) só a interpretação em que <u>alto</u> é <u>alto$_1$</u>; e para o paradigma (133d)-(134d)-(138), em que é <u>alto$_2$</u>, cf. seção 1.2.2.

d. Paulo é [NP um alto oficial]

e. Paulo é [NP um pianista novo]

(135) Paulo é um estudante esperto para um estudante/como um estudante/no estudo/enquanto estudante

(136) Paulo é um professor competente para um professor/como um professor/no que ensina/enquanto professor

(137) Paulo é um oficial alto para um oficial/?*como um oficial/(#na hierarquia militar/em altura)/?*enquanto oficial

(138) Paulo é um oficial alto ??para um oficial/como oficial/(na hierarquia militar/#em altura)/enquanto oficial

Dado que: (i) as sentenças em (134) podem ser parafraseadas por qualquer uma das alternativas aceitáveis correspondentes; (ii) que, do ponto de vista intuitivo, não é muito fácil distinguir os significados das alternativas entre si (um estudante que é esperto *para* um estudante é esperto *como* um estudante, ou não? um professor que é competente *como* professor é ou não competente *no que ensina*? e um pianista novo *como* pianista também é novo *enquanto* pianista?), e (iii) que as diferentes relativizações podem ocorrer com os diferentes adjetivos, duas questões imediatas se colocam: são de fato as relativizações exemplificadas acima diferentes entre si para além da diferença de manifestação superficial? poderiam elas ser diferentes maneiras de descarregar uma mesma posição temática dos ARs?

Quanto a esta última questão, a resposta é negativa pelo menos se a afirmação nela contida pretende ser uma regra geral: alguns ARs permitem que diferentes relativizações co-ocorram modificando-os, cf.

(139) a. Paulo é um estudante esperto em matemática para um calouro

b. Paulo é um professor competente em matemática como professor enquanto funcionário público
c. Paulo é um pianista novo como pianista enquanto artista

(139) já é um forte argumento contra a idéia de que as relativizações em questão expressem uma mesma propriedade temática e, portanto, que sejam "a mesma" em algum sentido. Mas há outros fatos que mostram mais claramente que são distintas.

Em primeiro lugar, o fato de a ocorrência da relativização ser, eventualmente, condicionada pelas propriedades do adjetivo, cf. (137)-(138), sugere que elas tem de expressar coisas distintas. Isso parece se confirmar em outros contextos, ao menos para os meus juízos de aceitabilidade, cf.

(140) a. Esta faca é boa para uma faca
Esta faca é boa para abrir latas/portas/caixas/etc.
?*Esta faca é boa para uma chave/chave de fenda/etc.
b. Esta faca é boa como uma faca
Esta faca é boa como abridor de latas/portas/etc.
Esta faca é boa como uma chave/chave de fenda/etc.
c. Esta faca é boa enquanto uma faca
Esta faca é boa enquanto abridor de latas/portas/etc.
??Esta faca é boa enquanto uma chave/chave de fenda/etc.

(141) a. Paulo se revelou em artes plásticas/no mundo das artes/etc. (cf. "?Paulo é um alto artista")
b. # Paulo se revelou para um artista plástico
Paulo se revelou para alguém de quem se esperava pouco (no mundo das artes)
c. Paulo se revelou enquanto artista plástico
?*Paulo se revelou enquanto alguém de quem se esperava pouco

d. Paulo se revelou como artista plástico
   # Paulo se revelou como alguém de quem se esperava pouco

(142) a. *Paulo joga para um zagueiro central
   Paulo joga como zagueiro central
   # Paulo joga enquanto zagueiro central (mas, se o zagueiro se recuperar, Paulo não joga)

b. Paulo joga muito para um zagueiro central
   Paulo joga muito como zagueiro central
   # Paulo joga muito enquanto (= "frequentemente na posição de") zagueiro central

É possível vasculhar um pouco mais as possibilidades de ocorrência destas relativizações, mas me parece claro, a estas alturas, que, elas de fato possuem propriedades interpretativas diferentes. Apenas para notar mais uma diferença: elas têm propriedades inferenciais diferentes, cf.[3]

(143) a. "Paulo é esperto para um estudante de matemática": *não segue* que Paulo seja um estudante de matemática

b. "Paulo é esperto como/enquanto estudante de matemática": *segue* que Paulo é um estudante de matemática

Assim, a primeira conclusão aqui parece-me definitiva: *temos (pelo menos) quatro relativizações que são diferentes, e, no entanto, podem todas elas serem expressas pela configuração de marcação autônima; em particular, podem todas elas serem expressas pelo N autonimamente marcado pelo A.* A pergunta óbvia é: *como isto é possível?*

Mas esse não é o único problema posto pelos paradigmas acima para a teoria que apresentei. O conjunto de sentenças em (134)-(138) suscita um outro tipo de problema: como poderiam as relativizações em (133) serem "tematicamente selecionadas", se de fato

[3]Ver também Higginbotham (1985), p.566, nota 19.

elas parecem ocorrer com todos os adjetivos (sujeitas eventualmente a algum condicionamento lexical, como fica claro em (137)-(138)*)?

Nesse sentido, tais relativizações parecem se comportar antes como *adjuntos* (como os de tempo e lugar, p.ex.), que também não costumam sofrer restrições selecionais. E o fato de elas ocorrerem em outros contextos sintáticos (dentro do VP, em (141)-(142), p.ex.) reforça essa idéia. Finalmente, sentenças como (139) simplesmente repõem a questão: sabemos que em geral os predicados possuem um número limitado e (relativamente) fixo de argumentos, e ao contrário permitem a modificação reiterada, recursiva, por meio de adjuntos; mas é exatamente esse último caso que parece ocorrer em (139). *Esse conjunto de fatos -- que caracterizam a diversidade e a liberdade de ocorrência das relativizações -- evidentemente coloca a seguinte questão: como, diante deles, podem as relativizações serem tematicamente selecionadas pelos As?*

E, finalmente, há um terceiro problema posto pelas relativizações em (133). Considere o fato de que elas podem ser expressas, com o adjetivo anteposto ao N, mesmo quando na ausência do XP correspondente, cf. (134); e, em especial, as sentenças em (34) podem ter sua relativização interpretada como aquela expressa pelo N anteposto, como já sabemos. Mas isso significa que os NPs em (34) (à exceção de (34d), obviamente) instanciariam uma configuração de marcação autônima à esquerda, o que obviamente contradiz toda a teoria que até aqui apresentei, cf. (110)-(111). Pior: supondo que isso fosse verdade, deixaríamos de ter uma explicação razoável para a agramaticalidade/inaceitabilidade de NPs como "um comunista *suposto*"[8]. Assim, a questão que NPs como (134), e suas intepretações, colocam é a seguinte: *como explicar, dada a teoria que apresentei, que os ARs podem tomar o N como expressando sua relativização, mesmo quando ocorrendo à direita do N?*

---

*Talvez seja relevante lembrar aqui que também os ACs podem ser relativizados, cf. seção 2.2.2.1.

Desse modo, podemos resumir os problemas postos pelo comportamento dos ARs à teoria que venho desenvolvendo nos seguintes termos:

(147) a. São de fato as relativizações tematicamente selecionadas pelos ARs? E, se são, como é possível explicar sua diversidade e liberdade de ocorrência?

b. Como podem tantas e tão diferentes entidades interpretativas serem resultado de uma única configuração sintática, a de marcação autônima? Em particular, como pode o N expressar tão diversas "relativizações"?

c. Como é possível conciliar com a teoria que desenvolvi até aqui da linearização das propriedades temáticas o fato de que ARs podem tomar o N como expressando sua relativização mesmo quando eles, os ARs, ocorrem à direita?

2.2.3.2.2 Algumas Hipóteses sobre as Propriedades dos ARs

Considere (147a). A pergunta é: temos razões independentes para acreditar que as relativizações são tematicamente selecionadas pelos ARs? Creio que existem duas fortes evidências sintáticas que sugerem que os XPs em (133) são de fato marcados tematicamente pelos respectivos adjetivos: eles comportam-se como argumentos -- i.e, como elementos marcados tematicamente -- tanto no que diz respeito aos efeitos do Princípio das Categorias Vazias (PCV), quanto em construções de lacunas parasitas (LPs).

O Princípio das Categorias Vazias (PCV)* é uma das condições que devem ser satisfeitas para que o vestígio de algum constituinte -- e, portanto, o movimento do constituinte -- seja licenciado.

*Ver discussão da seção 2.2.3.1.

Considere os paradigmas em (148)-(150) abaixo, que exemplificam a ação do PCV. Em (148) vê-se que uma pergunta múltipla contendo dois elementos QU *argumentais* é boa com ou sem movimento de algum dos elementos QU para COMP. Em (149), uma pergunta multipla com dois elementos QU, um argumental e outro não (o adjunto de causa por que), torna-se ruim quando o elemento QU *argumental* move-se para e COMP e o adjunto permanece *in situ*. Finalmente, (150) mostra que uma pergunta múltipla com dois elementos QU *não-argumentais* e ruim com ou sem movimento:

(148)a. Paulo deu que livro para quem?
b. Que livro Paulo deu para quem?
c. Para quem Paulo deu que livro?

(149)a. ?Paulo deu que livro por quê?
b. Por que Paulo deu que livro?
c. *Que livro Paulo deu por quê?

(150)a. *Paulo fugiu quando por quê?
b. *Quando Paulo fugiu por quê?
c. *Por que Paulo fugiu quando?

O PCV exige que um vestigio seja *apropriadamente regido*, o que quer dizer que ele tem de ser regido *lexicalmente* ou *por antecedência*[7]. Agora, adotando as assunções usuais neste contexto[8],

---

[6]Para uma apresentação, ver Lasnik e Uriagereka (1988), capitulo 4. Para uma discussão extensiva, ver Chomsky (1981); versões mais recentes do PCV são discutidas em Chomsky (1986b) e Rizzi (1989).
[7]Estou presumindo a versão inicial do PCV. Para os meus fins, basta o fato de que a "regência lexical" inclui como seu caso paradigmático a configuração de *marcação tematica por um núcleo lexical*, que é supostamente a relação existente entre os ARs e os XPs em (133). "Ser regido por antecedência" é basicamente ter um antecedente -- um constituinte apropriado co-indexado -- em uma posição apropriada -- aqui, COMP. Para discussão, ver referências da nota anterior.

poderíamos representar a FL das sentenças em (148)-(150) como em (148')-(150'):

(148')a. [$_{COMP}$ Que livro$_i$ Para quem$_j$]$_k$ [Paulo deu t_i t_j]? (k=i ou j)
b. [$_{COMP}$ Que livro$_i$ Para quem$_j$]$_i$ [Paulo deu t_i t_j]?
c. [$_{COMP}$ Que livro$_i$ Para quem$_j$]$_j$ [Paulo deu t_i t_j]?

(149')a. [$_{COMP}$ Que livro$_i$ Por que$_j$]$_k$ [Paulo deu t_i t_j]? (k=*i ou j)
b. [$_{COMP}$ Que livro$_i$ Por que$_j$]$_i$ [Paulo deu t_i t_j]?
c. *[$_{COMP}$ Que livro$_i$ Por que$_j$]$_i$ [Paulo deu t_i t_j]?

(150')a. *[$_{COMP}$ Quando$_i$ Por que$_j$]$_k$ [Paulo fugiu t_i t_j]? (k=*i ou *j)
b. *[$_{COMP}$ Quando$_i$ Por que$_j$]$_i$ [Paulo fugiu t_i t_j]?
c. *[$_{COMP}$ Quando$_i$ Por que$_j$]$_j$ [Paulo fugiu t_i t_j]?

Assim, os contrastes em (148)-(150) são explicados pelo PCV da seguinte forma: as diferentes FLs em (148') são gramaticais porque, em qualquer caso, ambos os vestígios satisfazem a cláusula da regência lexical do PCV e, portanto, em qualquer caso o PCV é satisfeito; em (149') são gramaticais as FLs em que o índice do COMP é herdado do elemento QU *não-argumental* -- cujo vestígio, não sendo regido lexicalmente, só pode satisfazer o PCV por meio da cláusula da regência por antecedência; em (150'), a presença de dois vestígios não regidos lexicalmente impede que quaisquer das FLs sejam gramatical -- em qualquer caso, COMP será o antecedente de apenas um dos vestígios, e o outro violará o PCV.

Em resumo, o PCV prediz que *vestígios de argumentos* serão sempre licenciados (no que diz respeito ao PCV, obviamente), enquanto

---

*As principais assunções aqui são: (i) o PCV atua sobre o nível de Forma Lógica; (ii) o índice de COMP é "herdado" do primeiro elemento QU a ocupar essa posição na derivação, e ele não pode ser modificado ulteriormente. Ver também Lasnik e Saito (1984), e Aoun et alii (1987) para estes e outros detalhes técnicos desta versão do PCV.

que os *vestígios de adjuntos* só serão licenciados se o respectivo COMP contiver um antecedente adequado. Agora, se aplicarmos o "teste do PCV" aos XPs em (133), cujo estatuto temático está em jogo, veremos que eles se comportam como elementos marcados tematicamente, i.é, como argumentos "regidos lexicalmente":

(151) a. Paulo é esperto para um calouro porque estuda.
b. Paulo é esperto para o que por quê?*
c. Por que Paulo é esperto para o quê?
d. *Para o que Paulo é esperto por quê?

(152) a. Paulo é competente como professor quando quer.
b. Paulo é competente como o que quando?
c. Quando Paulo é competente como o quê?
d. *Como o que Paulo é competente quando?

(153) a. A posição de Paulo era alta na hierarquia militar quando ele se aposentou.
b. A posição de Paulo era alta em que (hierarquia) quando?
c. Quando a posição de Paulo era alta em quê (hierarquia)?
d. *Em que (hierarquia) a posição de Paulo era alta quando?

Assim, o teste do PCV parece sustentar a hipótese de que os constituintes em questão *são* marcados tematicamente pelos respectivos adjetivos.

A esse resultado se soma o obtido com o segundo "teste sintático", o das construções de lacunas parasitas (LPs). LPs são

*Note que a interpretação de para o que relevante é aquela em que se pergunta com referência a que classe de indivíduos Paulo se mostra esperto. Há uma outra interpretação de para o que: aquela em que se pergunta para que fins Paulo se mostra esperto -- ele o pode ser *para roubar pirulito de criança*, etc. Incidentalmente, note que também nessa interpretação as sentenças em (90) são boas, o que significa que também este "complemento de finalidade" se comporta

categorias vazias que dependem (são "parasitas") da presença de uma outra categoria vazia na sentença, como em (67), em que "t_x" é a categoria vazia licenciadora e "e_x" é a LP[10]:

(154) Que livros$_x$ você resenhou t_x sem ter lido e_x ?

Entre as várias restrições que atuam sobre essas construções está uma especialmente importante aqui: LPs só podem ocorrer em posição de argumento de um item lexical, e nunca em posição de adjunto, cf. o contraste entre (67) e (68) abaixo[11]:

(155) a. * De que modo/Como$_x$ Paulo caminhou t_x antes de correr e_x ?

(cf. *Paulo caminhou* ***apressadamente*** *antes de correr* ***do mesmo modo***)

b. * Quando$_x$ Paulo chegou t_x porque precisava estar aqui e_x ?

(cf. *Paulo chegou* ***terça-feira*** *porque precisava estar aqui* ***nesse dia***)

Crucial para o meu argumento é o fato de que os XPs em (133) se comportam exatamente como seria de se esperar se fossem marcados

---

como um argumento do adjetivo. A pergunta óbvia é: são ambos os para o que derivados da mesma relação sintático-interpretativa?

[10]Para maiores detalhes, ver Chomsky (1982), (1986b), e Tellier (1988); quanto às construções de LP em português, ver Charlotte Galves (1984), Lúcia Lobato (1988) e meu trabalho de (1990). Aqui, ver a nota 36 do capítulo 1.

[11]Tellier analisa esta restrição como uma propriedade intrínseca dos operadores nulos, que não poderiam ser gerados na base como predicados secundários, i.é, adjuntos: LPs são construções derivadas por movimento de operadores nulos. Ver referências da nota anterior. As sentenças em (68) são agramaticais na interpretação relevante, i.é, análoga àquela expressa nas sentenças correspondentes entre parênteses.

tematicamente pelos respectivos adjetivos: eles permitem a ocorrência de LPs, cf.

(156) a. Para o que$_i$ Paulo se tornou competente t_i antes de se tornar esperto e_i ?

b. Como o que$_i$ Paulo se tornou esperto t_i porque se tornou competente e_i antes ?

(cf. *Paulo se tornou esperto* ***para/como um político*** *porque se tornou competente* ***para/como um político*** *antes*)

c. Em que (hierarquia) Paulo ocupou uma posição alta t_i sem jamais ter ocupado uma posição baixa e_i ?

d. Em que (hierarquia) as posições que Paulo ocupou sempre foram altas t_i sem jamais terem sido baixas e_i ?

(cf. *As posições que Paulo ocupou sempre foram altas* ***na hierarquia do serviço público*** *sem jamais terem sido baixas* ***nesta hierarquia***)

Assim, parece que os efeitos do PCV e as construções de LPs sustentam o caráter temático dos XPs em (133), i.é, há evidência sintática independente que sustenta a natureza "relacional" dos adjetivos em questão, de modo que a primeira parte da questão (147a) pode ser respondida positivamente, em princípio[12]. Agora, a questão

---

[12]Incidentalmente, note que o comportamento dos XPs em (133), quando internos ao VP, não parecem ter um comportamento tão uniforme em relação aos "testes sintáticos de *argumentalidade*": p.ex., a relativização por meio de <u>como</u> funciona aparentemente como um argumento, quanto ao PCV, mas não em construções de LPs, cf. (i)-(ii), respectivamente:

(i) a. Paulo joga (muito) como zagueiro central no São Paulo
b. Paulo joga (muito) como o que onde?
c. Onde Paulo joga (muito) como o quê?
d. *Como o quê Paulo (joga) muito onde?

(ii) a. Paulo jogou (muito) como zagueiro central no São Paulo antes de jogar (muito) como centro médio no Flamengo

é: como explicar a diversidade e liberdade de ocorrência destas relativizações?

Compare a fonte lexical dos ARs em (133) com a de <u>suposto</u>: é evidente que As como <u>esperto</u>, <u>competente</u>, etc. *não são derivados* de outro item lexical. Em particular, eles não são derivados de V algum. Dado fato de que o português neutraliza a distinção entre As e Ns, poderíamos supor que estes As são *intrinsecamente nominais*, i.é, possuem as propriedades intrínsecas dos elementos prototípicos da categoria [+N], os substantivos, ao contrário de <u>suposto</u> e de outros itens lexicais derivados de Vs[13]. Neste sentido, podemos admitir que ARs tem sua rede temática interpretada por uma estrutura lógica como a dos Ns prototípicos, i.é, (85) (ver p.145), em que os papéis temáticos são interpretados como relações unidas pela conjunção. Ao contrário, Vs e seus derivados, em constituintes da forma em (157a) abaixo, devem ser interpretados por estruturas lógicas como (157b). Assim, um AR como <u>esperto</u> possui uma entrada lexical como (158a), interpretada como (158b), resultando em exemplos como (158c), e <u>suposto</u> as entradas e interpretações que lhe atribuí na seção 2.2.3.1:

(157) a. $[_{x:}$ X A_1 ... A_n], em que X é um V ou um derivado de V
b. $[\underline{X}(x,a_1,\ldots,a_n)]$, lido "x é um evento em que...a_1...a_n..."

(158) a. <u>esperto</u> [+N] <1,2,...,n> Relativização(1), ..., Indivíduo(n)
b. [<u>esperto</u>(x) & $R_1(x,r_1)$ ... & $R_n(x,r_n)$]. lido "x é um indivíduo que é esperto em relação a r_1, e a r_2, ..., e a r_n"
c. Paulo é esperto para um estudante
[<u>esperto</u>(<u>Paulo</u>) &

---

b. Como o que$_i$ Paulo jogou (muito) t_i no São Paulo antes de jogar (muito) *e_i no Flamengo?

[13]Sob este aspecto, ver a discussão sobre o comportamento dos Ns deverbais na seção 2.2.2.2.

em-comparação-com (Paulo, [x:estudante(x)])),
lido "Paulo é esperto em comparação com (os membros d') a classe dos estudantes"

Agora, se a hipótese de Higginbotham de que a opcionalidade/obrigatoriedade de um argumento depende da estrutura temática de um item lexical ser interpretada ou como um predicado de *n* lugares, ou como uma conjunção de *n* relações[14], então temos as seguintes conseqüências de (157)-(158): predicados deverbais como suposto exigem a presença de seus argumentos; predicados *intrinsecamente nominais*, não. Se esta distinção se mostra sustentável, temos uma explicação para a opcionalidade e mesmo a diversidade (condicionada lexicalmente) das relativizações que podem ocorrer com os ARs[15], já que a conjunção lógica também é recursiva: em suma, *temos uma reposta plausível consistente com a teoria que desenvolvi até para (147a).*

Uma predição de (158) é a de que ARs como esperto, tendo uma estrutura temática que permite a omissão de suas relativizações, deveria poder ser "interpretado substantivamente", i.é, como um AC, e de fato exemplos como os em (159) confirmam a possibilidade (note que em (159b) uma "interpretação apositiva avaliativa" de esperto tornaria a relação discursiva entre as duas sentenças inaceitável):

(159) a. Paulo me deu apenas X cruzeiros pelo carro. E não é que o *esperto* queria troco?
b. Havia vários *espertos* na festa do PC ontem a noite. [O *[esperto]* ministro] foi o único a exceder-se no uísque.

---

[14]Ver nota 82 do presente capítulo.
[15]Esta diversidade de intepretação de certas relações temáticas associadas aos nominais também é característica dos Ns. P.ex., a relação de posse alienável pode ser interpretada de diversos modos: ver Tellier (1988), seção 4.2.1. Ver aqui a seção 2.2.2.2, também.

Agora, consideremos (147b): como pode um N ser interpretado de tão diversas maneiras -- como *uma classe de comparação*, *uma condição*, *uma hierarquia*, *uma atividade*, etc. Aqui, eu não posso mais do que dar uma resposta programática, uma vez que minha teoria e meus argumentos, até agora, não têm se preocupado com o *status* lógico-ontológico das entidades que tenho postulado -- o ponto fundamental aqui é que, se tais coisas existem, e as relações entre elas são análogas às que tenho postulado, temos explicações bastante razoáveis e simples para um conjunto amplo de fatos da modificação adjetival do português.

Creio, de qualquer modo, que a explicação está associada ao fato de que, *nominais intrísecos são, essencialmente, do ponto de vista da estrutura lógica, predicados unários* cujo caráter proposicional permite um conjunto amplo de, digamos, "interpretações conceituais": quando interpretamos um nominal como bacana como o predicado "x é bacana", podemos querer dizer (inclusive por meio do mesmo enunciado e nos mesmos contextos) que "x pertence à classe dos bacanas", "x possui a propriedade ou atributo da *bacanidade* (i.e, de ser bacana)", "x ocupa uma posição entre (i.e, na escala ou hierarquia d') os bacanas", etc.[14] Ora, dadas estas propriedades dos nominais típicos, seria surpreendente se eles *não* pudessem expressar aquilo que um predicado equivalente pudesse. Assim, digamos que a resposta a (147b) está na "natureza semântico-conceitual" dos Ns.

Resta, assim, considerarmos finalmente a questão (147c): como podem os ARs tomar uma relativização expressa pelo N quando pospostos a ele *sem violar a linearização das relações temáticas do português*? Creio que esta pergunta possui uma resposta natural quando

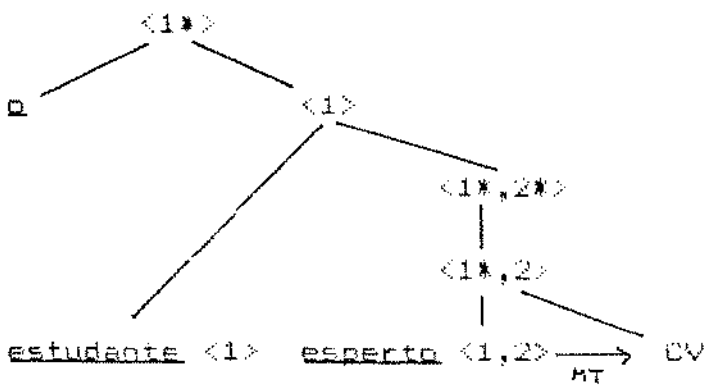
---

[14]Para mais alguma discussão sobre a natureza destas "entidades proposicionais", ou "atributivas", como Higginbotham as chama, ver Higginbotham (1989a), seção 4, p.501 e ss.; sobre a lógica das classes de comparação, ver Klein (1980,81); sobre a diversidade interpretativa dos nominais, ver Williams (1983) e Partee (1987), *apud* Bach (1989).

consideramos construçoes como as exemplificadas em (151)-(153), (156): o que estas construçoes sugerem e que *as relativizações podem ser ocupadas por categorias vazias*. Assim, suponha que um NP como o em (160a) abaixo, quando interpretado "relativizadamente", possua a estrutura em (160b) (uma instanciação de (110b):

(160) a. O estudante esperto

b.



A questão óbvia aqui é: que CV é esta? Evidentemente, nem do tipo de PRO -- é regida pelo A --, nem um vestigio de um constituinte lexicalmente manifesto -- não há movimento visivel envolvido aqui. Assim, restam duas possibilidades: uma variavel sintática ligada por um operador nulo ou *pro*[17]. Ludlow (1989) sustentou, para sentenças predicativas em que o AP e o NP não se encontram em relação de regência, cf. (161a) abaixo, que o que há ali é o movimento de um operador nulo, que se adjunge ao N' do NP sujeito e fornece a "relativização" expressa pelo N' como a interpretação da CV, cf. (161b). Poderiamos, então, propor uma estrutura análoga para (160b), como (161c):

(161) a. $[_{IP}\ [_{NP}$ O estudante$]\ [_{I'}$ é $[_{AP}$ esperto$]\ ]\ ]$

b. $[_{IP}\ [_{NP}$ o $[_{N'}\ Op_i\ [_{N'}$ estudante$]]]$ é esperto $t_i]$

[17]Sobre a tipologia das categorias vazias, ver Chomsky (1982), Pellier (1988), Rizzi (1986).

c. $[_{NP}$ o $[_{N'}$ Op_i $[_{N'}$ estudante $[_{AP}$ esperto $t_i]\ ]\ ]\ ]$

Entretanto, a estrutura em (161c) possui dois inconvenientes. O primeiro, de natureza teórica e mais geral, foi notado pelo próprio Ludlow: o operador em (161b) é tem seu movimento caracteristicamente limitado ao interior da sentença em que ocorre o A, o que o torna diferente dos demais movimentos de operadores nulos[18]. O segundo inconveniente é que uma análise como a em (161c) resultaria, pelas assunções de Ludlow, em uma interpretação como (162) para (160a), o que é absolutamente incorreto:

(162) Q x: [estudante(x) & [esperto(x) &
Em-comparação-com (x, y: [estudante(y) & esperto(y)])]]

Dadas essas dificuldades com a hipótese de que a CV em (160b) seja uma variável de operador nulo, poderíamos especular que ela é na verdade do tipo de *pro*, i.é, um pronominal vazio. Do ponto de vista da teoria do *pro*, isto é factível: a CV em (160a)-(161a) é licenciada formalmente pela regência lexical do A e é identificada pela concordância com o N, em (160a), e com o NP, em (161a)[19]. Essa análise tem uma conseqüência imediata: a fonte da identificação da CV *tem* de ser interna à sentença, uma vez que a concordância é a expressão morfológica de uma relação temática. Isto explica de maneira natural a limitação característica da interpretação da CV em (160a)-(160b), que não pode ser naturalmente explicada em termos de movimento do operador nulo.

Além disso, essa análise permite ver sob uma luz diferente as propriedades interpretativas de ARs como esperto em ocorrências como (160a)-(161a). Uma vez que a CV é identificada pelos traços de concordância que, em última análise, são traços do referente do NP

[18]Ver Ludlow (1989), nota 6, pp.524-5; quanto ao movimento-padrão de operadores nulos, Tellier (1988), Chomsky (1986b).

independentes da restrição efetuada pelo N núcleo[20], podemos esperar que: (i) a CV seja interpretada como uma relativização que diga respeito ao referente do NP *tal como restrito pelo predicado denotado pelo N*, e nesse caso a relativização é fornecida pelo próprio N[21], como em (162); (ii) a CV seja interpretada como uma relativização que diga respeito ao referente do NP, *sem levar em conta a restrição operada pelo N*, e nesse caso ela seria interpretada como uma "relativização genérica", como em (163):

(163) Q x: [estudante(x) &
Em-comparação-com (x, Cy: VP [P(...y...) -> P(...x...)]])]

"O indivíduo x tal que x é um estudante e x é esperto em comparação com os indivíduos de qualquer classe a qual x pertença (i.é, qualquer classe de comparação para x)"

De fato, parece que adjetivos como esperto em (160a)-(161a) podem ter essa interpretação, cf. seção 1.1.2.1[22].

Finalmente, há uma terceira possibilidade interpretativa destas ocorrências adjetivais que pode receber alguma luz sob essa análise da CV em (160a)-(161a). É possível que a relativização do adjetivo seja fornecida pelo contexto do discurso, como em

(164) Havia vários [amigos de Maria]$_i$ na festa. Ela convidou vários deles porque eram bonitos, mas ela convidou Paulo$_i$ achava ele [inteligente$_i$ *pro*$_i$]

---

[19]Quanto à teoria do *pro*, ver Rizzi (1986).
[20]Sintaticamente, essa intuição é expressa pela análise dos traços de concordância como inerentes a categoria DET, e a análise dos pronomes pessoais como determinantes; creio também que isso se aplica aos nomes próprios: ver Boff (1991), Abney (1987).
[21]Note, incidentalmente, que analisar a CV como *pro* nesses casos começa a explicar também a natureza da elipse do núcleo nominal em português: ver comentários na nota 63 deste capítulo.
[22]Ver as pp.17 e ss.

Em casos como o (164) (na interpretação em que a classe de comparação é a dos amigos de Maria), a CV, sendo identificada pela concordância, continua sendo restrita pelo elemento que a identifica -- que é interno à sentença --, mas *pode ser interpretada, como um pronome livre, por material específico externo à sentença, se esse material se aplica a seu identificador.*

É evidente que estas observações não pretendem ser uma análise detalhada da estrutura em (160b), mas apenas sugerir que ela pode ser investigada com certo proveito dentro da teoria das CV[23].

Há ainda algumas questões laterais que podem ser facilmente respondidas, dadas as assunções até aqui feitas. A primeira delas diz respeito à interpretação preferencial de NPs como o em (164):

(164) um esperto estudante

Embora as assunções que fiz sobre As como esperto permitiriam que este NP tivesse facilmente tanto uma interpretação "substantiva" quanto uma "apositiva avaliativa" num NP como (164), é claro que a interpretação preferencial é a última, e a primeira só se realiza em contextos pragmáticos específicos, como os em (159). Qual a razão desta preferência? Creio que aqui podemos pensar que os ARs formam um padrão com As intensionais como suposto: ARs também apresentam uma "especialização funcional" na posição pré-nominal para a relação de marcação autônima[24].

Esta explicação teria um pequeno inconveniente: como explicar que, embora ambos esperto e suposto possuam esta "especialização

---

[23]Um problema potencial seria o caso de NPs como "*o comunista suposto": por que neste caso a estrutura (160b) é agramatical/inaceitável?

[24]Ver a discussão dos exemplos (128)-(130) da seção anterior.

funcional" na posição inicial, esperto ainda assim *pode* ocorrer com uma interpretação substantiva, mas suposto, nesta posição, não? Creio que a solução deste problema também tem a ver com a estrutura lógica que interpreta as redes temáticas destes As: os argumentos de esperto são "opcionais", de modo que um N que o segue pode ou não ser interpretado como seu argumento. Entretanto, suposto, sendo derivado de V e, como tal, exigindo a presença de seus argumentos, interpreta todo elemento regido por ele e imediatamente à sua direita como seu argumento.

Embora a discussão das propriedades dos ARs na presente seção não seja mais do que esquemática, ela mostra que existem boas razões para acreditarmos que, com hipóteses auxiliares razoáveis, como creio que são as que apresentei aqui, é possível vislumbrar um modo de derivar as propriedades dos ARs dentro da teoria que apresentei. Com isso, espero ter mostrado que as questões postas por uma tal teoria merecem maior investigação e que ela tem chance de obter sucesso na descrição e explicação dos problemas associados aos ARs.

2.3 Resumo e Conclusão da Dissertação

Podemos resumir a teoria apresentada na seção 2.1 do presente capítulo, essencialmente, a dois pontos:

(165) a. Cf. as seções 2.1.1 e 2.2.2, as estruturas sintático-semânticas das línguas naturais -- e a do português, em especial -- podem ser concebidas como a *projeção* da estrutura temática dos itens lexicais por meio das operações de *descarga temática*, ou *princípios de constituição das relações temáticas*:

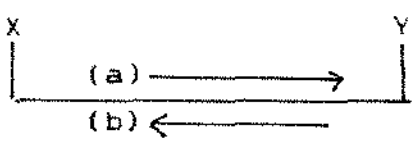
i) Marcação Temática: $\langle \ldots x^{*} \ldots \rangle \longrightarrow X$

ii) Ligação Temática: $X \longrightarrow \langle \ldots x^{*} \ldots \rangle$

iii) Identificação Temática:

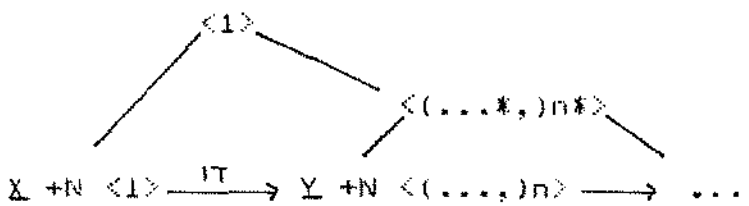
$\langle \ldots x \ldots \rangle \longrightarrow \langle \ldots x^{*} \ldots \rangle$

b. Cf. a seção 2.1.3, as relações de precedência resultam de certos parâmetros específicos entre os "parâmetros de superficialização das relações temáticas", os parâmetros de "linearização"; entre estes parâmetros está (provavelmente o mais genérico deles) o "parâmetro da linearização das relações temáticas", que pode ser representado pelo esquema abaixo, em que (a) e (b) são suas opções disponíveis para a escolha por parte das línguas:

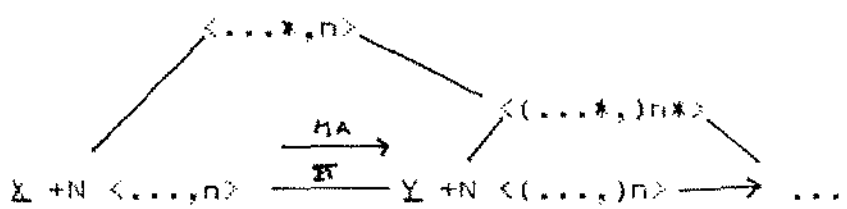


Essa teoria, em conjunção com duas hipóteses particulares ao caso do português -- a de que a opção desse parâmetro em português é (a), cf. a seção 2.1.3, e a neutralização da distinção categorial entre As e Ns, cf. seção 2.2.1. -- predizem as estruturas em (166a,b) como estruturas possíveis da modificação nominal em português, e excluem estruturas do tipo da de (166c):

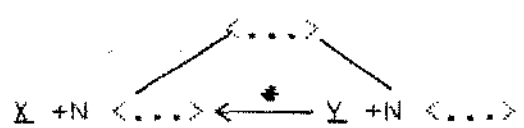
(166) a.



b.



c.



O que procurei mostrar através de toda a seção 2.2 é que as estruturas em (166) fornecem uma resposta clara sobre a primeira parte da questão central colocada pelas correlações entre interpretação e distribuição dos As dentro do NP em português, a saber, (167) ((100) do capítulo 1, (1) do presente):

(167) Qual(is) a(s) diferença(s) entre a estrutura caracterizada pela posição pós-nominal e a caracterizada pela posição pré-nominal dos As, e como tal(is) diferença(s) dá(ão) origem aos efeitos de significado observados?

A resposta à primeira parte é: a posição "pré-nominal" em (166) é a posição de núcleo do NP e é a posição de que partem todas as relações temáticas possíveis de serem estabelecidas diretamente entre dois elementos nominais; a posição "pós-nominal" é a posição de modificador restritivo. A resposta à segunda parte da pergunta em (167) constituiu-se num lento trabalho de demonstração de como o conjunto de generalizações obtidas no capítulo 1 podia ser derivado das propriedades das estruturas em (166) (a generalização em (67a) do capítulo 1, (3a) do presente, foi demonstrada na seção 2.2.2.2; a em (67b)-(3b), em 2.2.3; a em (68a)-(4a), em 2.2.2; a em (68b)-(4b), em 2.2.2; e a (68c)-(4c), idem).

Aliado a estes resultados, a teoria em (167) é capaz de dar não apenas corpo teórico a observação descritiva (102) do capítulo 1, abaixo repetida como (168a), como também oferecer uma resposta para a pergunta a ela associada em (104) daquele capítulo, (168b) aqui:

(168) a. A atribuição de papéis semânticos entre As e Ns dentro do NP do português é dirigida para a direita.
b. Existe alguma conexão entre a direção de atribuição de papéis temáticos e a distinção entre a interpretação restritiva e a não-restritiva dos elementos nominais?

É claro que (168a) é apenas um caso particular da opção do português no parâmetro de linearização das relações temáticas, e (168b) segue exatamente disso: tanto a atribuição de papéis temáticos como a distinção entre interpretação retritiva e não-restritiva -- derivada da identificação temática -- são (resultados de) uma relação temática, e as relações temáticas em português devem ser, por hipótese, linearizadas uniformemente.

Além desses resultados gerais, procurei mostrar que as estruturas em (166) podiam explicar vários fenômenos particulares asso-

ciados à modificação adjetival do português, como, p.ex., a "interpretação apositiva avaliativa" da posição "pré-nominal", e as propriedades de distribuição e interpretação de suposto, um adjeitvo problemático para as demais análises.

Assim, a teoria que apresentei na seção 2.1 atinge os dois objetivos que eu estabeleci na introdução da presente dissertação: (i) cobre empiricamente o conjunto de fatos sobre a modificação adjetival do português identificados no capítulo 1, descrevendo-os e explicando-os; (ii) ela é consistente com a teoria gramatical que emerge das pesquisas recentes, em particular quanto ao fato de que explica as propriedades da modificação adjetival do português a partir da projeção das propriedades temáticas dos itens lexicais envolvidos e da linearização das relações resultantes desta projeção. Assim, a presente teoria da modificação adjetival do português é um argumento a favor de uma teoria gramatical que expresse formalmente essas idéias conceituais.

BIBLIOGRAFIA

Abney, Stephen (1986) "Functional Elements and Licensing". Versão não-publicada, MIT.

Baker, Mark e Hale, Kenneth (1990) "Relativized Minimality and Pronoun Incorporation". *Linguistic Inquiry* 21: 289-97.

Boff, Alvana Maria (1991) A Posição dos Adjetivos no Interior do SN. Dissertação de Mestrado, IEL/UNICAMP, Campinas, SP.

Borges Neto, José (1991) Adjetivos: Predicado Extensionais e Predicados Intensionais. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

Chomsky, Noam A. (1981) Lectures on Government and Binding. Dordrecht, Holanda: Foris.

Chomsky, Noam A. (1981) Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding. Cambridge, MA, EUA: The MIT Press.

Chomsky, Noam A. (1986a) Knowledge of Language. New York: Praeger.

Chomsky, Noam A. (1986b) Barriers. Cambridge, Mass.: MIT Press.

Chomsky, Noam A. (1988) "Some Notes on Economy of Derivation and Representation". Manuscrito, MIT.

Cresswell, M.J. (1976) "The Semantics of Degree". Em: Partee (1976).

Dowty, David R. (1991) "Thematic Proto-Roles and Argument Selection". *Language* 67: 547-619.

Dowty, David R. et alii (1981) Introduction to Montague Semantics. Dordrecht: D. Reidel.

Frege, Gottlob (1893) "Über Sinn und Bedeutung". Traduzido como "On Sense and Reference" em Geach, P.T. e Black, M., eds. (1952) Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege. Oxford: Basil Blackwell.

Fukui, Naoki e Speas, Margaret (1986) "Specifiers and Projection". *MIT Working Papers 8*.

Giorgi, Alessandra e Longobardi, Giuseppe (1989) "NP Parametrization: the Head-Subject Hypothesis". Em: Idem. The Syntax of Noun Phrases. Versão de maio de 1989 a ser publicada pela Cambridge University Press.

Higginbotham, James (1981) "Logical Form, Binding, and Nominals". *Linguistic Inquiry* 14: 395-420.

Higginbotham, James (1985) "On Semantics". *Linguistic Inquiry 16*: 547-593.

Higginbotham, James (1989a) "Elucidations of Meanings". *Linguistics and Philosophy 12*: 465-517.

Higginbotham, James (1989b) "Knowledge of Reference". Em: George, Alexander, ed. Reflections on Chomsky. Oxford, Inglaterra: Basil Blackwell. pp. 153-174.

Hornstein, Norbert (1984) Logic as Grammar. Cambridge,MA: The MIT Press.

Hornstein, Norbert e Lightfoot, David (1981) "Introduction". Em: Idem, eds. Explanation in Linguistics: the Logical Problem of Language Acquisition. Londres: Longman.

Jackendoff, Ray (1977) X'-Syntax. Cambridge, Mass.: MIT Press.

Kamp, Hans (1975) "Two Theories about Adjectives". Em: Keenan, Edward, ed. (1975) Formal Semantics of Natural Language. Cambridge,Mass.: Cambridge University Press.

Lemle, Miriam (1985) Análise Sintática. São Paulo,SP: Ática.

Levin, Beth e Rappaport, Malka (1986) "The Formation of Adjectival Passives". *Linguistic Inquiry 17*: 623-661.

Levin, Beth e Rappaport, Malka (1988) "What to do with Theta-Roles". Em: Wilkins, Wendy, ed. (1988) Thematic Relations. New York: Academic Press. (*Syntax and Semantics*, volume 21)

Ludlow, Peter (1989) "Implicit Comparison Classes". *Linguistics and Philosophy 12*: 519-533.

Marantz, Alec (1984) On the Nature of Grammatical Relations. Cambridge, Mass.: MIT Press.

Montague, Richard (1970) "English as a Formal Language". Em: Thomason, Richmond, ed. (1974) Formal Philosophy. New Haven, Connecticut: Yale University Press.

Partee, Barbara H., ed. (1976) Montague Grammar. New York: Academic Press.

Quine, Willard V. (1960) Word and Object. Cambridge, Mass.: MIT Press.

Rizzi, Luigi (1986) "Null Objects in Italian and the Theory of *Pro*". *Linguistic Inquiry* 17: 501-57.

Rizzi, Luigi (1989) Relativized Minimality. A ser publicado pela MIT Press.

Radford, Andrew (1981) Transformational Syntax. Cambridge, Inglaterra: Cambridge University Press.

Siegel, Muffy (1976) "Capturing the Russian Adjectives". Em: Partee (1976).

Speas, Margaret (1986) Adjunctions and Projection in Syntax. Tese de Ph.D. do Departamento de Lingüística do MIT.

Stowell, Timothy (1981) Origins of Phrase Structure. Dissertação de Ph.D., MIT, Cambridge, MA.

Tellier, Cristine (1988) Universal Licensing. Tese de Ph.D. do Departamento de Lingüística da *McGill University*, em Montréal, Québec, Canadá.